

Cláudio C. e C. Gonçalves

## Imperfectividade e Morfologia Verbal

Tese submetida ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística do Departamento de Línguas e Literaturas Vernáculas como requerimento parcial para obtenção do grau de Doutor em Lingüística.

Orientadora:  
Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira

Florianópolis  
Fevereiro, 2007

# FOLHA DE APROVAÇÃO

## Agradecimentos

Minha orientadora, Roberta Pires de Oliveria por ter acreditado em mim desde a entrevista no exame de seleção. Durante esses quatro anos seu apoio foi inestimável. Extendo esse agradecimento também a Luiz Arthur Pagani: uma vez orientador, sempre orientador.

Os professores cujas cadeiras cursei na UFSC: Cássio Rodrigues, Carlos Mioto, Ruth Lopes, Ronice Quadros, Décio Krause, Alberto Oscar Cupani e Newton da Costa. Gostaria de mencionar especialmente a professora Ruth Lopes que várias vezes nesses quatro anos leu minhas tentativas de fazer sintaxe e com quem fiz meu estágio de docência. Também os professores em cursos especiais, de verão etc através desses quatro anos: Angelika Kratzer, Lisa Selkirk, David Embick, Andrés Salanova, Sílvia Cavalcanti, Cristina Schmitt, David Pesetski, Norvin Richards, Elizabeth Leiss, Paul Pietroski, Kai von Fintel.

Meus colegas e amigos (em algum tempo) pós-graduandos da UFSC ou não. Em especial gostaria de mencionar Ina Emmel, Luisandro Mendes, Ana Silva Alves, Ana Luzia Dias, Renato Basso, Rodrigo Tadeu Gonçalves, Karina Molsing, Leriana Almeida.

Na defesa do projeto desta tese contei com a leitura da professora Paz Gonzalez e do professor Werner Abraham. Depois tive a oportunidade de discuti-lo mais longamente com o professor Abraham. Seu interesse pelo projeto foi de grande importância para mim.

Aos membros da banca que me honraram em aceitar esse convite.

Fora do mundo acadêmico, a presença de minha família durante esses quatro anos. Martha, Adriana, Maurício, Thaís e Murilo. Vocês sabem.

Dedico esta tese à memória de meu pai. E ao meu filho, Murilo, meu sentido e minha referência.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é contribuir para a compreensão teórica de alguns fenômenos relacionados à expressão de temporalidade (Tempo e Aspecto) nas línguas naturais. No geral, defende-se uma abordagem para esses fenômenos onde a informação semântica é subespecificada e princípios pragmáticos desempenham um papel na atribuição de propriedades temporais de proferimentos, especialmente com respeito à distinção entre perfectividade e imperfectividade. Um dos pontos de partida é a presunção de que há importantes semelhanças entre as estruturas lingüísticas que expressam valores tempo-aspectuais nas línguas européias. Essas semelhanças são tomadas como pistas cruciais sobre um núcleo semântico comum subjacente a essas formas. Defende-se que um dos principais obstáculos para se chegar a um tratamento comum que sirva às línguas européias em geral é a compreensão da noção de imperfectividade e sua oposição com a noção de perfectividade. Devido, em parte, à sua herança lógica, a semântica formal se concentrou em dar conta de valores perfectivos como valores default. Para dar conta de valores imperfectivos a partir desses defaults postula-se, quando necessário, entidades e/ou passos derivacionais adicionais. A abordagem defendida nesta tese segue o caminho contrário: parte-se de valores imperfectivos e deriva-se os demais valores da interação entre semântica e pragmática. A Introdução traz alguns argumentos gerais que falam a favor da sub-especificação e fixa as principais presunções teóricas sob as quais se trabalha. O capítulo dois propõe que verbos com morfologia de presente carregam informação semântica não-reportiva. Ou seja, ao invés de identificar tempo de proferimento e tempo em que se assevera ter ocorrido o evento, as formas do presente colocam o tempo de proferimento como sub-intervalo do tempo de ocorrência do evento. Isso traz algumas consequências com respeito ao que conta como evidência para se asseverar que um evento ocorreu, que também são exploradas nesse capítulo. As leituras imperfectivas do presente simples e de perífrases da forma estar + verbo no gerúndio são obtidas com auxílio das Máximas de Grice. Os capítulos três e quatro propõem uma semântica para a oposição perfectividade vs. imperfectividade para as formas do pretérito de verbos eventivos e estativos, respectivamente. Os dados empíricos são principalmente do português brasileiro, mas defende-se que a análise pode ser estendida para outras línguas românicas que tenham a oposição semelhante entre pretérito perfeito e imperfeito. A idéia geral desses capítulos é que as formas do pretérito não codificam unicamente as noções de perfectividade e imperfectividade. Especificamente, discute-se evidência empírica que sugere que o pretérito perfeito licencie inferências sobre a ocorrência do evento semelhantes àquelas licenciadas pelo pretérito imperfeito. O capítulo 5 encerra a tese com uma discussão da chamada Abordagem do Resultado Eventual à semântica de perífrases progressivas (estar + verbo no gerúndio). Apresenta-se uma alternativa a essa abordagem onde o valor progressivo é um resultado da interação da semântica subespecificada com fatores contextuais e também uma versão do tratamento dos problemas intensionais do progressivo (paradoxo do imperfectivo).

## ABSTRACT

The aim of this dissertation is to further the understanding of certain issues of temporality (tense-aspect) in natural language. In general, I argue for a theoretical framework where semantic information is underspecified and pragmatic principles play a role in yielding the temporal properties of utterances, especially with respect to the distinction between perfectivity and imperfectivity. An important point of departure is the assumption that there are important structural similarities between the tense-aspect forms of European languages. Such similarities are taken as important clues about a common semantic core that underlies those verb forms. I argue that one of the main obstacles for providing a uniform cross-linguistic treatment of verbal phenomena is understanding imperfectivity and its opposition to perfectivity. Due to its logical heritage, formal semantics has focused on perfective values and posited extra mechanisms and entities to account for imperfective values as the need arises in each language. The underspecification strategy advocated here, focus on cross-linguistically common phenomena and derives further values from the interaction between semantics and pragmatics. The Introduction brings some general theoretic arguments for the approach and lays issues and assumptions. Chapter Two proposes that verbs with present tense morphology, including *be V-ing* periphrases, have non-reportive semantic information. Hence, instead of identifying the time of utterance with the time the eventuality is claimed to hold in, it proposes that the time of utterance is included in the time the eventuality is claimed to hold in. Some consequences with respect to what counts as evidence to claim that an eventuality holds are drawn from the proposed view of present simples. The intuitive imperfective readings of present simple and *be V-ing* are yielded by Gricean Maxims. Chapters Three and Four propose a semantics for the imperfectivity vs. perfectivity opposition for past tenses of non-state and state verbs respectively. The empirical data is drawn from the perfective and imperfective past tenses of Brazilian Portuguese, but is argued to hold for further Romance languages. It is argued that, despite their names, those tenses do not uniquely encode perfectivity and imperfectivity. Specifically, it discusses empirical evidence that shows that the perfective past tense allows similar inferences to the imperfective past tenses. Chapter 5 closes with a discussion of the Eventual Outcome Approach to the semantics of progressive and shows that the view that imperfectivity is pragmatically determined can deal with the problems deriving from it.

# S U M Á R I O

## CAPÍTULO 1

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Sobre a abordagem.....	13

## CAPÍTULO 2 SOBRE O PRESENTE SIMPLES.....18

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 IMPERFECTIVIDADE E MORFOLOGIA DO TEMPO PRESENTE.....	19
1.2 A SEMÂNTICA PADRÃO DO PRESENTE.....	26
1.2.1 Representação da Teoria Padrão em DRS.....	28
1.2.2 $[t \subseteq s]$ , $[e \subseteq t]$ e Morfologia de Presente Simples.....	32
2 PRESENTE E PROGRESSIVO SEM OPERADORES.....	38
2.1 ALGUNS PROBLEMAS INCIDENTAIS COM ACHIEVEMENTS E ACCOMPLISHMENTS.....	41
3 PRESENTE SIMPLES COMO $[n \subset t]$ .....	49
3.1 OS PRÓXIMOS PASSOS.....	52
4 SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA NA TEORIA DA OTIMALIDADE.....	53
5 O PAPEL DA EVIDENCIALIDADE.....	58
5.1 EVIDÊNCIA E COMPROMISSO.....	58
5.2 EVIDÊNCIA E SEU PAPEL NO ENRIQUECIMENTO DA DRS.....	60
5.2.1 As Leituras de ‘João nada’.....	61
5.2.2 Explicando ‘João bebe’.....	65
6 CONCLUSÃO.....	66

## CAPÍTULO 3 IMPERFECTIVIDADE EM VERBOS DE EVENTO.....67

1 INTRODUÇÃO.....	68
2 OS FENÔMENOS CENTRAIS.....	71
3 SEMÂNTICA DE IMPF e PS.....	76
4 INFERÊNCIAS COM RESPEITO AO MPS.....	80
4.1 ACHIEVEMENTS.....	85

4.2 CONCLUSÃO.....	87
5 DISCURSOS E ORAÇÕES COM ‘QUANDO’ .....	90
5.1 ORAÇÕES SUBORDINADAS TEMPORAIS.....	91
5.2 PEQUENOS DISCURSOS.....	95
5.3 PEQUENOS DISCURSOS COM MORFOLOGIA IMPF.....	98
6 DISCUSSÃO.....	100
7 ESTADOS vs. NÃO-ESTADOS.....	103
 <b>CAPÍTULO 4 IMPERFECTIVIDADE E VERBOS DE ESTADO.....</b>	<b>105</b>
1 INTRODUÇÃO.....	106
2 ‘KNOW’ E ‘UNDERSTAND’ .....	108
2.1 OS TESTES USUAIS PARA VERBOS DE ESTADO.....	111
3 HIPÓTESES SOBRE MUDANÇAS NAS CLASSES DE VERBOS.....	113
3.1 SOBRE O PORQUE DE ESTADOS SE COMPORTAREM COMO EVENTOS.....	116
4 ALTERNATIVAS À COERÇÃO.....	120
4.1 INDEPENDÊNCIA ENTRE MORFOLOGIA E MUDANÇA DE STATUS ONTOLÓGICO.....	120
4.2 CONCLUSÃO.....	122
5 ESTADOS E A OPOSIÇÃO ENTRE IMPF E PS.....	124
5.1 AS LEITURAS DE ‘INSIGHT’ E DE CONHECIMENTO PRÉVIO.....	124
5.2 ‘IMEDIATAMENTE’ E ‘IMMEDIATELY’ .....	126
5.3 ‘JÁ’ E ‘ALREADY’ .....	127
6 DISCUSSÃO.....	129
7 CONCLUSÃO.....	135
 <b>CAPÍTULO 5 MODALIDADE E IMPERFECTIVIDADE.....</b>	<b>136</b>
5.1 INTRODUÇÃO.....	137
1.1 A ABORDAGEM DO RESULTADO EVENTUAL.....	137
1.2 INÉRCIA E CONTINUAÇÕES.....	140
2 UM PONTO DE VISTA SOBRE FENÔMENOS DE RESULTADO EVENTUAL.....	150
3 CONTRA EXPECTATIVAS, PRECLUSÕES E INTERFERÊNCIAS.....	155
 <b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>158</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>161</b>





# **Capítulo 1**

## **Introdução.**

## 1. INTRODUÇÃO.

O objetivo desta tese é ampliar a compreensão teórica da manifestação da temporalidade (tempo-aspecto) nas línguas naturais. Ela parte da presunção que há importantes semelhanças estruturais entre as formas que atualizam valores tempo-aspectuais nas línguas européias. Essas semelhanças são vistas aqui como pistas importantes sobre um núcleo semântico que subjaz às formas verbais nesse grupo de línguas.

Diferentes maneiras de interação entre informação semântica e informação contextual serão exploradas na tentativa de dar conta de alguns aspectos desse núcleo. Os fenômenos empíricos analisados serão a morfologia verbal do tempo do presente simples e a dos pretéritos perfeitos e imperfeitos.

Intuitivamente, há diferentes tipos de valores semânticos envolvidos na noção de imperfectividade. Esses valores aparecem em diferentes contextos sintáticos. E expressam alguma mistura dos seguintes valores: Continuação temporal, contrafactualidade, diferentes tipos de genericidade. Devido a essa mistura, os morfemas que são identificados com expressão de imperfectividade parecem à nossa intuição empírica altamente ambíguos. Essa ambigüidade é comumente vista como evidência para se afirmar que os morfemas imperfectivos desencadeiam diferentes tipos de operações sintáticas ou semânticas. Ou seja, é evidência que a imperfectividade não é um fenômeno unificado e que a interpretação de formas imperfectivas é mais custosa que a de formas perfectivas.

Nesta tese, será proposto que as formas imperfectivas não apresentam mais complicações semânticas e/ou estruturais que suas contrapartes bem comportadas, as formas perfectivas. Será defendido que apesar de a imperfectividade não ser um fenômeno unificado, mas uma hoste de diferentes fenômenos, o processo mediante o qual as formas imperfectivas têm valores semânticos atribuídos a si não envolve necessariamente estruturas lingüísticas e operações mais complicadas que o processo que atribui significado às formas perfectivas. Ao invés de complicações estruturais, eu vou defender que há

diferentes tipos de interação entre os módulos responsáveis pela interpretação lingüística causando a alternância de valores semânticos observadas nas formas imperfectivas. Mais especificamente, vou defender que os efeitos semânticos de natureza temporal ocasionados pelas formas imperfectivas estão codificados em sua semântica ao passo que os efeitos semânticos de natureza modal são determinados pela interação entre princípios semânticos e pragmáticos.

Presume-se aqui que o valor semântico de uma expressão é sua contribuição para as condições-de-verdade da sentença onde essa expressão aparece e que o valor semântico é construído mediante a interpretação de estruturas sintáticas. Sendo assim, a ambigüidade das formas imperfectivas é um problema de importância considerável para a teoria lingüística. Aquele de como escolher o valor semântico adequado para um morfema que se percebe como ambíguo. Para interpretar uma forma assim ambígua é necessário de algum jeito saber qual de suas contribuições para o significado é a mais central, ou seja, qual delas deve ser objeto da interpretação. Pode-se dizer que a escolha de uma contribuição adequada de uma forma ambígua envolve a atribuição de uma análise sintática (em inglês, 'syntactic parse') adequada e a subsequente associação com o valor semântico adequado. Essa associação envolve a seleção de uma gama de opções. A desambiguação, nesse caso, consistiria numa série de tentativas de se associar uma análise sintática a um valor semântico. Esse tipo de associação por tentativa e erro sem dúvida é uma parte da interpretação lingüística. Mas a quantidade de ambigüidade léxica e estrutural encontrada nas línguas naturais e a facilidade aparente com que se chega à interpretação de formas vistas como ambíguas, sugere que há sistematicidade (e não só acaso) na escolha da forma léxica ou estrutural adequada. Pode-se pensar em várias maneiras pelas quais tais processos poderiam ser sistemáticos. Espera-se que persuasões teóricas do pesquisador e tipos de fenômenos sob foco sejam dois dos fatores que motivam a arquitetura desses processos. Nos capítulos seguintes vamos fechar o foco na ambigüidade de expressões imperfectivas em verbos com morfologia de presente simples e em verbos com morfologia dos chamados tempos do pretérito. Serão feitas propostas sobre a interpretação dessas formas cujo objetivo é a compatibilidade com a maneira pela qual seus significados são escolhidos. Ambos os tipos de morfologia

atualizam valores imperfectivos, no entanto as propostas serão diferentes para cada tipo de morfologia.

Para o presente simples, que será o assunto do Capítulo 2, a desambiguação se dará através da interação entre princípios de semântica e pragmática e a subespecificação dos verbos. Com o objetivo de capturar o valor semântico das formas de presente simples em sentenças como ‘João nada’, será defendido que a informação semântica subespecificada interage com as máximas de Grice (restrições de informatividade dos proferimentos) para formar os valores adequados. O valor progressivo de perífrases como ‘estar+V-ndo’ ficará como um caso especial dessa interação.

Nessa linha de análise, a desambiguação será o resultado de um enriquecimento pragmático da representação semântica subespecificada do verbo. Isso significa que a interação entre a semântica e a pragmática tem um papel importante na proposta que será desenvolvida aqui. Assim sendo, antes de prosseguir, vou dizer algumas palavras sobre a concepção de semântica e de pragmática que vai orientar esta pesquisa, no que vou seguir Lewis (1970) nas linhas de Szabó (2005).

Semântica e pragmática são diferentes partes da teoria geral da interpretação de proferimentos de atos de fala. Ordinariamente, no uso de linguagem, quando uma sentença é proferida ou interpretada, têm-se uma intuição sobre seu valor de verdade. Por exemplo, ao escutar ‘estou com fome’, o destinatário vai atribuir o valor verdadeiro quando *eu* for o proferidor e esse proferidor naquele momento (e mundo) estiver com fome. Dizemos, então, que esse proferimento de ‘estou com fome’ tem condições-de-verdade relativas ao contexto de proferimento. Segue então que o contexto é um dos fatores que determinam aquelas condições-de-verdade (relativas) sobre as quais temos uma intuição em uma situação de uso. A pragmática é o estudo de como o contexto afeta as condições-de-verdade relativas.

O outro fator que determina as condições-de-verdade relativas é o significado (valor semântico) das entidades lingüísticas que forma a sentença que é proferida. O significado lingüístico é a relação entre valores-de-verdade e os fatores que os

determinam. O significado lingüístico de ‘estou com fome’ são suas condições absolutas de verdade: Uma função que vai de mundos possíveis, tempos e indivíduos para a verdade somente no caso em que o indivíduo é o falante naquele momento e está com fome. O papel da semântica é especificar o significado lingüístico de uma expressão. Condições-de-verdade relativas, que são sobre ocorrências lingüísticas específicas (inglês, ‘tokens’), são o meio através do qual nós temos a primeira intuição sobre condições-de-verdade absolutas, estas que são sobre tipos lingüísticos abstratos (inglês, ‘types’).

Na teoria geral de interpretação de proferimentos, a pragmática tem diferentes aspectos teóricos que interagem com a estrutura lingüística de diferentes maneiras. Por outro, a semântica só interage com a estrutura lingüística de uma maneira. A semântica está no meio do processo que mapeia expressões e valores semânticos. Alguns aspectos do contexto vêm antes da semântica e outros vêm depois.

Um outro caminho para lidar com a ambigüidade é propor valores semânticos que sejam compatíveis com os vários contextos onde aparecem. Isso é inspirado de duas maneiras pela oposição encontrada nas línguas românicas entre tempos verbais perfectivos e tempos verbais imperfectivos. Primeiramente, como é defendido no capítulo 3, é uma hipótese plausível que os imperfectivos das línguas românicas não imponham um desafio de aprendizagem mais difícil que os perfectivos. Consequentemente sua sintaxe e semântica não devem ser mais complexa que a dos perfectivos. Também, como mostram os dados do capítulo 3, formas perfectivas permitem inferências que sugerem uma leitura como imperfectivos sob certas circunstâncias. Esses dois fatores nos levarão a propor uma semântica para os tempos verbais perfectivos que seja compatível com os aspectos temporais da imperfectividade. Logo, será defendido que a expressão da imperfectividade não é um fenômeno completamente determinado pela morfologia. Por hipótese, os pretéritos perfectivos e imperfectivos diferem, pois imperfectivos necessariamente têm de permitir que a eventualidade denotada pelo verbo.

O último capítulo tem como foco um dos aspectos modais da imperfectividade, especificamente o progressivo. Ele começa revisitando os temas principais na semântica do progressivo que surgiram na lingüística com a abordagem do

resultado eventual, ligada principalmente ao nome de David Dowty. Mostra-se que essa abordagem do resultado eventual levou a diferentes reformulações da noção de continuação de eventos onde a sofisticação formal era sempre crescente. Argumenta-se então que uma abordagem de subespecificação, como a defendida nesta tese, pode oferecer a mesma cobertura empírica com uma noção intuitiva de continuação de evento.

## 1.1 SOBRE A ABORDAGEM

Nesta seção, vou esclarecer algumas das presunções preliminares sobre como tempo e aspecto se encaixam na estrutura linguística em geral. Mesmo que eu nem sempre seja explícito sobre esses assuntos nos capítulos seguintes, ficará suficientemente claro como quaisquer novidades propostas devem se encaixar nestas presunções.

Presume-se que algum tipo de estrutura sintática é o ‘input’ do componente interpretativo que gera valores-de-verdade. Considera-se que tempos verbais (em inglês, ‘tenses’) sejam predicados que expressão relações temporais entre o tempo do evento e o tempo de referência. Minimamente, existem esses predicados temporais nas línguas naturais:

(1) Predicados de Relações Temporais:

- a. pretérito: o tempo do evento é anterior ao tempo de referência.
- b. não-pretérito: o tempo do evento não é anterior ao tempo de referência.

Segue-se Parsons (1990), Higginbotham (2004), Pietroski (2004), Szabo (2004) entre outros no uso de um vocabulário davidsoniano. Assim, vejo que tempos ( inglês, ‘tenses’) aceitam eventos como argumentos.

Perceba que as definições para cada um dos predicados pode ser satisfeita pelos estados de coisas que são bastante diferentes umas das outras dependendo das características do evento que serve de argumento. Por exemplo, vejamos o caso

dos verbos ‘gostar’ e ‘ferver’. Uma sentença como ‘O Woody gostou do filme’ é tipicamente usada para descrever um certo tipo de evento: a sensação que Woody teve durante a exibição do filme que ele assistiu - começo, meio e fim - anteriormente ao momento de proferimento da sentença. Não seria inteiramente falso proferir esse tipo de sentença em uma situação onde o filme ainda não tenha acabado (isto é., Woody ainda está assistindo), mas em que sabemos que ele já formou sua opinião sobre o filme. Mas esse tipo de uso parece ser menos típico do que o anterior para o tipo de sentença que estamos considerando: A informação que a sentença dá sobre a situação é, de alguma forma, menos precisa que no caso anterior. Por exemplo, o destinatário de uma sentença assim poderia reagir: ‘ah! Você quer dizer que quando o filme terminar ele terá gostado’.

Vejamos agora uma sentença como ‘a água ferveu’. Ela pode ser usada para dizer que o evento é anterior ao tempo de referência, tal qual no primeiro uso de ‘gostou do filme’. Mas em situações que são semelhantes à segunda situação de uso de ‘gostou do filme’ (isto é, aquelas em que a sentença é proferida antes do filme terminar), a sentença ‘a água ferveu’ é tão aceitável quanto no primeiro tipo de caso.

Suponha que o evento de a água em uma chaleira atingir o ponto de ebulição para a altitude em que ela se encontra aconteceu anteriormente ao tempo de referência, como exigido pela entrada para o predicado ‘pretérito’ acima. Suponha ainda que a chaleira tenha sido deixada no fogo tal que a água continua a ferver no momento de proferimento da sentença, tal que, nesse momento de proferimento, a água continua fervendo. Diferente do caso de ‘gostou do filme’ proferida antes do término do filme, o fato de o fervimento da água ainda não ter terminado não torna inadequado o proferimento de ‘a água ferveu’ para descrever a situação. Isso pode ser constatado, verificando-se a infelicidade de se retorquir ‘Ah! Você quer dizer que a água vai ter fervido quando ela terminar de ?evaporar/?ferver (completamente)’. Há contrastes semelhantes para o tempo não-pretérito, vou presumir que o leitor esteja convencido e que o ponto está claro: As definições das relações temporais são frouxas o suficiente para que sejam satisfeitas por eventos de diferentes tipos.

Há um lado positivo para essa frouxidão nas entradas das relações temporais: elas não excluem situações que nós não queremos excluir. Mas, por outro lado, elas não diferenciam o contraste entre situações semelhantes como ocorre com 'gostar' vs. 'ferver'. Mas na verdade isso não é necessariamente negativo. Não deixa de ser atraente a idéia de o contraste entre 'gostar' e 'ferver' estar não na relação entre o tempo de ocorrência do evento e o tempo de referência, mas sim na estrutura das eventualidades que são descritas por esses dois itens léxicos. Assim, é importante que o verbo não só tome um argumento de evento, mas também que esse argumento que ele toma tenha algum tipo de informação sobre a estrutura do evento. A idéia de que haja algum tipo de estrutura sobre o evento na sintaxe-semântica já foi implementada de várias maneiras e por diferentes autores, não necessariamente usando argumentos de evento como aqui.

Dowty, entre outros, tinha uma proposta para a decomposição do valor semântico dos verbos que dava conta das propriedades aspectuais dos verbos nas diferentes classes de Vendler. Os elementos primitivos eram os operadores DO, BECOME, CAUSE e BE X. Assim, 'Black Bart killed the sheriff' se decompunha em CAUSE (Bart, BECOME (BE\_DEAD(Sheriff))), onde devido cuidado era tomado para evitar incorrer na conseqüência que 'kill' fosse a mesma coisa que 'cause to die'. A idéia de decomposição verbal cresceu independentemente na literatura sintática e semântica através dos anos 80 e 90 através do trabalho de Levin e Rappaport, Hale e Keyser, Ramchand entre muitos outros. Mediante a influência de Davidson, tais autores foram também em parte responsáveis pela popularização da atribuição de argumentos de eventos para verbos. Isso mudou a letra, mas não o espírito da estratégia de decomposição que Dowty usou. Como resultado as classes Vendlerianas tomaram o seguinte aspecto:

## (2) Classes de Eventos

- a. Estados:  $V(s)$
- b. Atividades:  $V(e)$
- c. Accomplishments:  $V(e, e')$
- d. Achievements:  $V(e, e')$



Quanto ao aspecto gramatical, uma grande quantidade de trabalho em sintaxe e semântica assume que há um núcleo funcional acima do VP que relaciona eventualidades a intervalos temporais: os intervalos temporais nos quais as eventualidades ocorrem ou se verificam. O conteúdo exato desse núcleo é objeto de discussão. Novamente, tal como no caso do tempo (Tense), o número de predicados aspectuais e os valores que eles tomam dependem no tipo de fenômeno que cada teoria tem como objetivo. Não há consenso sobre quais seria o menor grupo de predicados aspectuais universais.

Os três níveis descritos acima (Aktionsart, Aspecto, Tempo) têm a seguinte sintaxe. Onde ★ é uma variável para alguma relação de tempo (por exemplo, <, > ou =).

### (3) Estruturas Sintáticas

- a. [TP Spec [T [ e★r ]T<sup>0</sup> [ AspP Asp<sup>0</sup> [VP Spec [V' [ e ]V<sup>0</sup> [DP ] ] ] ] ] ] ]
- b. [TP Spec [T [ (e, e')★r ] T<sup>0</sup> [AspP Asp<sup>0</sup> [VP Spec [V' [ (e, e') ]V<sup>0</sup> [DP ] ] ] ] ] ] ]

De acordo com o que foi dito até agora, as sentenças abaixo têm representações sintáticas e semânticas (onde **mps**, abrevia 'momento de proferimento da sentença', que indica o momento de proferimento da sentença).

### (4)

- a. Fido latiu. [T < (e, **mps**) [ASP Perfectivo [VP Fido bark(e)]]]
- b. Fido atravessou a rua. [T <(e, **mps**)[ASP Perfectivo [VP Fido bark(e)]]]

E o mapeamento entre estruturas sintáticas e formas lógicas é tal que a variável de evento fica no fechamento do quantificador existencial.

### (5)

- a. Não-télico: [∃ e★r] V(x, y, e)
- b. Télico: [∃(e, e')★r] V(x, y, (e, e'))

As formas lógicas para essas sentenças no passado acarretam a existência dos eventos denotados. No caso de (4a), os eventos em questão são latidos de Fido. No caso de (4b), é algum processo que culmina na rua ter sido atravessada.

## **Capítulo 2**

### **Sobre o Presente Simples.**

# 1 INTRODUÇÃO.

Este capítulo trata da semântica e pragmática de verbos em formas do presente. Isso inclui a forma morfológica chamada comumente de presente simples e também o presente da perífrase progressiva formada por verbo de cópula auxiliar seguido de uma forma de gerúndio do verbo principal (e que chamarei, de agora em diante, de ‘estar + V-ndo’). Os dados empíricos que sustentam a proposta são obtidos principalmente com base no uso dessas formas no português brasileiro e no inglês. Mas, na medida em que esse tipo de forma verbal é comum às demais línguas românicas e germânicas, é razoável dizer que, por um lado, a proposta a ser feita pode aspirar a um certo grau de universalidade. No entanto, por outro lado, a proposta que será feita neste capítulo não pretende ser uma teoria completa sobre as formas do presente: nem todos os fenômenos translingüisticamente relacionados com a morfologia de presente simples serão investigados. Especificamente, não serão feitas asserções sobre a natureza e os mecanismos envolvidos nos chamados ‘futate uses’. Sobre esses usos ver Dowty (1979) e o mais recente Copley (2002). Além disso, o capítulo se restringe ao estudo das formas do presente em sentenças simples, logo a proposta feita aqui não terá nada a dizer sobre a interpretação do presente simples sob verbos de atitude e fenômenos de seqüência de temporal como tratado em Ogihara (1989), Abusch (1997), von Stechow (2002) entre muitos outros.

## 1.1 IMPERFECTIVIDADE E MORFOLOGIA DE TEMPO PRESENTE.

Tempo e aspecto estão entre os temas mais populares de pesquisa semântica desde os anos 70. Entre os muitos desafios que esse(s) tema(s) traz(em) está a elaboração de uma teoria abrangente e elegante que dê conta da interpretação da morfologia de tempo presente nas línguas européias. Por exemplo, as línguas representadas em (6).

(6)

- a. O João nada. (Português)
- b. Juan nada. (Espanhol)
- c. Jean nage. (Francês)
- d. Gianni nuota. (Italiano)
- e. Johan schwimmt. (Alemão)
- f. John swims. (Inglês)

O problema é basicamente que a morfologia do presente simples permite vários tipos de leituras que, além de serem difíceis de caracterizar alternam elusivamente entre si. Ignorando por enquanto os efeitos que surgem se modificarmos ‘nadar’ em (6) por verbos de outros tipos acionais (ou “classes de Vendler”), vejamos informalmente algumas das leituras que o presente simples pode tomar.

A interpretação mais saliente da sentença em língua portuguesa (6a) parece ser aquela em que ela descreve um hábito do sujeito gramatical do verbo ‘nadar’. Esse tipo de interpretação habitual também é possível para as sentenças nas demais línguas. Também é importante notar que trocando a forma do sujeito gramatical em (6a) obtemos uma sentença cuja interpretação é genérica. Para o português, esse seria o caso, por exemplo, de sentenças como ‘Peixe nada’ onde o sujeito gramatical é um sintagma nominal singular desprovido de determinantes, também chamado de ‘sintagma nominal nu’, termo adotado por Müller (2001). O mesmo tipo de alteração de valores é possível para as demais sentenças de (6). Mas cada uma das línguas aceitará diferentes formas de sintagmas nominais para caracterizar essa interpretação genérica. Por exemplo, as sentenças com verbos no presente simples do inglês exigem sintagmas **plurais** desprovidos de determinantes para admitirem interpretação genérica. Seria o caso de sentenças como ‘Fish swim’.

O que importa notar aqui é que, apesar das diferenças entre as formas dos sintagmas nominais exigidos, a alteração entre sentença genérica e sentença habitual é universalmente possível para o grupo de línguas que estamos considerando.

Conforme já mencionamos, as sentenças de (6) podem também ter leituras ‘futate’. Como foi mencionado, as condições sob as quais cada língua aceita uma leitura ‘futate’ para uma sentença no presente simples variam de língua para língua. Novamente, importa notar que a possibilidade desse tipo de leitura parece ser universal para o grupo de línguas considerado. Em geral, as leituras ‘futate’ surgem devido à quantificação adverbial. Como na sentença do alemão ‘Johan schwimmt morgen’, onde o advérbio ‘morgen’ (amanhã) exige que o momento de proferimento da sentença preceda o momento da eventualidade para que a o proferimento seja feliz. Esse surgimento da leitura ‘futate’ é relativamente simples de entender com advérbios como ‘morgen’, que obviamente referem ao futuro do momento de proferimento da sentença (uma vez que se impeça o advérbio de quantificar sobre todo o período denotado pelo verbo e evitar uma interpretação cujo conteúdo seria: Johan nada durante todo o dia de amanhã).

Reyle, Rossdeutscher & Kamp (2005: 59) defendem que o uso do tempo verbal ‘Präsens’ em ‘Johan schwimmt morgen’ é idiossincrático ao alemão. No entanto, parece ser o caso que uma leitura semelhante a essa sentença do alemão também é possível para as demais sentenças de (6).

Por outro lado, há um aspecto do ‘Präsens’ do alemão que parece ser bastante particular e que confirma o que se disse acima sobre a dificuldade de precisar o valor semântico da morfologia do presente simples. RR&K(2005:54) observam que, quando acompanhado de ‘heute’ e demais elementos adverbiais cuja denotação inclui o momento de proferimento da sentença, o ‘Präsens’ refere ao intervalo temporal que precede o momento de proferimento. Esse é o caso de sentenças como ‘Paulchen schlief heute’ (literalmente ‘Paulchen dorme hoje’), que diz que Paulchen dormiu na parte de ‘heute’ que precede o momento de proferimento da sentença (logo uma tradução mais adequada, mas menos literal, seria ‘Paulchen já dormiu hoje’).

Mais restrito em frequência, mas ainda universalmente disponível nas línguas naturais, é o que vou chamar aqui de usos narrativos do presente simples. Eles podem ser divididos em dois tipos: o chamado ‘estilo narrador esportivo’ e o ‘presente histórico’. O ‘estilo narrador esportivo’ narra uma sequência de eventos

que é quase concomitante ao tempo de proferimento da sentença que assevera a existência de cada evento. O 'presente histórico' narra uma seqüência de eventos no passado.

Finalmente, em quatro línguas das línguas mencionadas acima, as sentenças com morfologia de tempo presente pode também ser interpretada com valor progressivo. Esse é o caso em geral para o francês e o alemão. As outras línguas têm além do presente simples uma forma perifrástica para expressar o valor progressivo: Trata-se da perífrase formada por um verbo de cópula auxiliar seguido de uma forma de gerúndio do verbo principal (de agora em diante 'estar+V-ndo'). O italiano e o espanhol têm ambas as maneiras de expressar o valor progressivo<sup>1</sup>.

(7)

- a. O João está nadando.
- b. Juan está nadando.
- c. Gianni sta nuotando.
- d. John is swimming.

A perífrase progressiva 'estar+V-ndo' apresenta seus próprios problemas. No que segue e no capítulo 5, vou propor que é possível lidar com as perífrases progressivas cujos auxiliares estão no tempo presente como um caso especial de morfologia do tempo presente.

Elaborar uma teoria sobre a semântica e pragmática do presente simples significa atribuir um conteúdo em abstrato para essas formas e explicar como, a partir das condições de uso, vêm a ser interpretadas como são. Assim, não é difícil ver porque a possibilidade de se ler sentenças como as de (6) seja como habituais, ou futurizadoras, ou progressivas ou narrativas significa um grande desafio. Se

---

<sup>1</sup> Ou, para ser mais preciso, os dialetos dessas línguas tendem a ter ambas as maneiras de expressar o valor progressivo. Com respeito ao espanhol, informantes me levaram a concluir que os dialetos europeus tendem a usar a forma simples tanto para hábito quanto para o valor progressivo e a forma perifrástica 'estar+V-ndo' mais para o valor progressivo que para hábito; enquanto os dialetos latinos americanos (meus informantes foram em geral uruguaios e argentinos) usam o presente simples mais para hábito e o 'be+V-ing' para progressivo e para hábito. Não posso afirmar que a mesma tendência seja verdade para o italiano, mas buscas no Google sugerem que a 'perifrasi progressiva' dessa língua também seja usada para expressar hábito. Não vou tentar explicar como e porque deveria haver duas formas de expressar o valor progressivo.

imaginarmos que a denotação temporal de sentenças no presente simples é uma reta orientada onde um ponto X marca o momento de proferimento da sentença, vê-se que as sentenças de (6) aceitam leituras em todas as regiões possíveis da linha temporal em relação ao momento de proferimento.

Na leitura futurizadora as formas de presente simples referem a intervalos que sucedem (“estão à direita de”) o momento de proferimento da sentença (abreviação: MPS). Na leitura narrativa refere a intervalos que precedem (“estão à esquerda de”) o MPS. Na leitura progressiva referem a intervalos concomitantes (“sobrepostos”) ao MPS. Além disso, na leitura habitual temos o presente simples referindo não a um intervalo temporal, mas a algum tipo de categoria modal.

Ou seja, o presente simples parece de início permitir um leque quase irrestrito de possibilidades de interpretação. Isso complica bastante a tarefa de compreender a natureza de cada uma dessas leituras e as relações entre elas. Pois a intuição empírica sobre o significado de sentenças no presente simples é bem menos confiável que a intuição empírica sobre o significado de sentenças com verbos em outras morfologias tempo(-aspectuais). Compare-se, por exemplo, a intuição sobre sentenças no presente simples com sentenças com verbos com morfologia de pretérito e futuro. O estudo da semântica e pragmática dessas formas apresenta desafios teóricos de grande dificuldade sobre os quais ainda não se atingiu um consenso. No entanto, o olhar intuitivo sobre elas já permite consenso a respeito de, pelo menos, alguns fatos básicos (ainda que não necessariamente sobre a explanação deles). Por exemplo, concorda-se que, no estudo de formas do pretérito, como o pretérito perfeito do português e o ‘past simple’ do inglês, uma teoria deva incluir uma proposta sobre como é fixado o tempo de referência de sentenças iniciais de discursos. Além disso, todos estão de acordo que ocorrências como ‘amanhã eu fui ao dentista’ são infelizes, salvo contextos muito especiais que suspendem (inglês, ‘override’) a contribuição semântica normal do pretérito (por exemplo, ‘thought experiments’, histórias de ficção científica onde existam máquinas do tempo etc.). Tudo isso se assenta numa intuição básica: uma parte central do significado de sentenças com verbos em formas do pretérito é situar o evento em um intervalo anterior ao momento de proferimento da sentença.

Pois bem, o fato de haver, para as formas do presente simples, leituras comuns que ocupam todas as regiões possíveis da linha temporal tem como consequência que parece não haver uma intuição pré-teórica básica e consensual para o significado dessas formas verbais. Assim, a teoria geral que buscamos tem uma tarefa a mais além daquelas que competem a uma teoria sobre o pretérito, por exemplo. Ela exige que se discuta a intuição básica sobre os presentes simples e a partir de que elementos ela é representada para então conciliar essa representação com a variabilidade de leituras das sentenças do presente simples de uma maneira empiricamente interessante.

Como veremos na próxima seção, o tratamento padrão das formas do presente simples parte do que chamaremos aqui de valor reportivo (inglês, 'reportive'). Assim a sentença 'John nada' é verdadeira se, no momento de proferimento da sentença há um evento de João nadando. Ou seja, a semântica do presente simples parte de um valor bastante parecido com o que chamamos acima de 'estilo narrador esportivo', que certamente não é seu uso mais coloquial. Quanto à leitura não-reportiva, onde 'João nada' significa ou que ele frequentemente nada ou que ele tem algum tipo de disposição para nadar, a literatura chega a ela mediante operações semânticas sobre o valor reportivo, que é considerado o valor default (inclusive em termos de aquisição).

Isso pode ser confirmado com um olhar retrospectivo à chamada semântica formal conjuntista ('Model-theoretic Semantics', em inglês). A estratégia dominante nessa literatura para descrever a contribuição das formas do presente simples foi seguir a estratégia de, por exemplo, Montague (1974), e definir o valor do presente simples como reportivo. Isso aparece, por exemplo, em Bennett & Partee (1978). Esses autores ressaltam que a definição de Montague para o presente simples como ocorre em 'John catches a fish' ('John pega um peixe') é reportiva, pois, para que a sentença seja verdadeira, é preciso existir um peixe que João pega. Uma vez que a definição da semântica das demais morfologias verbais é derivada da definição da semântica dos presentes simples a estratégia de identificar o valor reportivo das formas verbais com o valor mais básico se espalha através do resto do quadro de tempos verbais: por exemplo, para atribuir valores não-reportivos às demais formas será sempre necessário efetuar outras operações semânticas ou pragmáticas.



Este capítulo vai propor a hipótese que os tempos chamados presentes simples das línguas românicas e germânicas têm valores não-reportivos. O estilo narrador esportivo vai ser considerado um fenômeno de uso de linguagem, logo será considerado um lugar inadequado para procurar pistas sobre o significado da morfologia de presente simples. Ao invés disso, o foco recairá na atribuição de uma representação semântica para o presente que seja compatível com a habitualidade e em propor uma interface semântica-pragmática que dê conta de como surge a habitualidade e o valores semânticos habitual e reportivo.

Sobre a semântica da perífrase ‘estar+V-ndo’, será defendido que sua semântica é semelhante à dos presentes simples. Suas diferenças estão em que, devido ao verbo auxiliar, o valor semântico de ‘estar+V-ndo’ é o de um subintervalo da denotação da forma do presente simples. A leitura progressiva surge da interação entre a informação semântica contida na perífrase e as máximas de Grice. Tanto no caso das formas simples quanto no das perífrases, a noção crucial será a de compromisso com a verdade do evento.

A divisão das demais seções deste capítulo foi feita como explicado a seguir. A seção 3 continua a revisitar de como a leitura reportiva se encaixou com a semântica montagoviana dos anos 70. E mostra-se também que essa abordagem do presente simples mediante a leitura reportiva foi adotada também na Teoria da Representação do Discurso (DRT) de Kamp & Reyle (1993). Perceba que, o fato de (uma versão bastante padrão d)a DRT ser usada como uma instância representacional neste capítulo é independente das hipóteses que serão defendidas. Os assuntos em que estaremos interessados são assumidos em toda a literatura e assim as idéias que serão defendidas aqui podem ser estendidas também para outros formatos representacionais. As seções 4 e 5 propõem uma caracterização não-reportiva da semântica do presente simples como uma maneira de evitar os problemas que surgem devido ao uso da ontologia das eventualidades para caracterizar os presentes simples. Ao final da seção 5 teremos DRSs para sentenças com presente simples que são compatíveis com leituras reportivas e leituras não-reportivas. Nas seções 6 e 7 será defendido que princípios griceanos

tal qual explorados por Blutner (2000) podem dar conta de como essas leituras surgem.

## *1.2 A SEMÂNTICA PADRÃO DO PRESENTE.*

Nesta seção vou identificar quatro ingredientes de teorias sobre a semântica e pragmática de formas verbais que se tornaram padrão na literatura de semântica conjuntista. São esses ingredientes: a reportividade, a adoção de uma ontologia temporal onde intervalos são as entidades básicas, a adoção de eventos como denotação de verbos lexicais (isto é, abstraídos de morfologia de tempo, aspecto e/ou modo), a distinção entre verbos que denotam eventos propriamente ditos e verbos que denotam estados.

Vejamos com um pouco mais de detalhe como Bennet & Partee (1978) (de agora em diante, B&P) chegam à conclusão que a definição de Montague para o presente simples é reportiva. Os autores começam por ressaltar que, à primeira vista, a definição é ambígua entre a leitura reportiva e a leitura não-reportiva. Então, por exemplo, um proferimento de 'John finds a fish' ('João pega um peixe') pode ser lida como se dissesse que a eventualidade é verdade no momento de proferimento. A sentença proferida pode também ser lida não-reportivamente, no caso a leitura seria de uma disposição de John ou de uma asseveração sobre a frequência de um evento.

Mas, apesar de Montague não ter distinguido explicitamente qual entre essas duas leituras sua definição se destinava a capturar, é bastante razoável que sua intenção tenha sido capturar a leitura reportiva. Eles dizem isso com base no fato de a análise do PTQ de 'John finds a fish' definir uma leitura não-ambígua e que acarreta a existência de pelo menos um peixe. B&P se decidem pela leitura reportiva uma vez que é possível uma interpretação não-reportiva de 'John finds a fish' onde a existência de um peixe em particular não é acarretada.

O 'paper' de B&P aborda outros aspectos da definição de presente simples de Montague. Por exemplo, no que toca à ontologia temporal. A definição de Montague definia a verdade do present simple com respeito a instantes. B&P propõem, por motivos empíricos, que os 'present simple' têm de ser definidos com respeito a intervalos de tempos. Essa mudança foi amplamente aceita literatura lingüística. Os argumentos empíricos que motivaram essa mudança têm a ver com a semântica do progressivo. Remete-se o leitor a B&P(1978:69) para os detalhes.

Para nossos fins, o que precisa ser ressaltado é a parte da definição que B&P não modificaram. Eles não propuseram mudanças com respeito a qual dos dois tipos de significados do presente simples a definição capturava: eles mantiveram a decisão de Montague de capturar o valor não-reportivo do presente simples. Assim sendo, a definição de presente simples que B&P propuseram é diferente daquela de Montague por tomar intervalos como primitivos, mas continua semelhante por ser reportiva.

A escolha do valor reportivo tem entre suas conseqüências que o momento de proferimento da sentença tem ser uma sub-parte apropriada do intervalo onde ocorre o evento. Isso pode ser visto nessa citação:

(...) the event of John's eating the fish is to be regarded as having occurred during interval I [during which the definition of present simple requires that the sentence is uttered]. If I has an initial point then the event started at that point. If I has a final point then the event stopped at that point.

Bennett & Partee (1978: 68)

Essa citação encerra a raiz da idéia que o valor semântico do presente simples situa a eventualidade em um intervalo que inclui apropriadamente o momento de proferimento da sentença, pelo menos na semântica conjuntista.

A moral da primeira parte desse esboço histórico é que quando a interpretação mais primitiva (isto é, a interpretação onde não há modificação adverbial nem influência das condições de uso sugerindo um valor freqüentativo) do presente simples é mencionada na literatura semântica, é atribuído a ela o valor reportivo.

Uma outra parte importante da análise das propriedades tempo-aspectuais dos tempos verbais é aceitar que verbos denotam eventos, seguindo Davidson (1967) e sua influência na lingüística. Especificamente, Parsons (1991), que estende a proposta inicial de Davidson e aceita que certos verbos denotem estados. Além da consequência mais imediatamente perceptível que os eventos indicam mudança enquanto os estados não indicam, a distinção entre estados e não-estados é feita com base nas seguintes presunções ontológicas sobre a relação entre os tipos de eventualidades e suas relações com intervalos temporais:

- quando se assevera que um evento **e** ocorre em um intervalo **I**, **I** contem esse **e** ( $[e \subseteq t]$ );
- quando se assevera que um estado **s** ocorre em um intervalo **I**, **s** transborda esse **I** ( $[t \subseteq s]$ ).

### 1.2.1 Representação da Teoria Padrão em DRS.

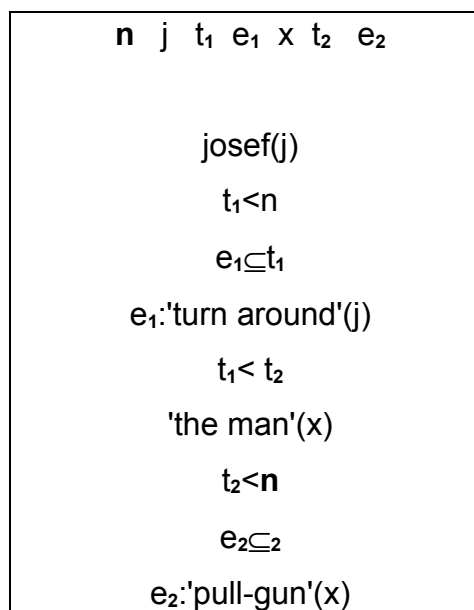
Os quatro ingredientes vistos na subseção anterior aparecem na representação de sentenças em DRSs. Nesta subseção vamos usar esse tipo de representação para trazer à tona algumas consequências desses ingredientes para a teoria sobre a semântica e pragmática de sentenças no presente simples. Vamos começar pelas presunções sobre a relação entre estados e eventos com intervalos temporais.

Em uma representação por DRS, a relação entre eventos e intervalos temporais aparece como a condição  $[e \subseteq t]$ . A condição para estados é  $[t \subseteq s]$ . Esse par de presunções ontológicas cumpre certas expectativas empíricas importantes. A maneira mais fácil de ver exatamente que expectativas empíricas são essas é revisitar a explicação teórica de como surge o efeito de progressão narrativa. Isso é mais fácil de fazer olhando para sentenças com verbos no pretérito. Logo o que vem imediatamente adiante parece inicialmente um desvio de curso. Mas note que as presunções ontológicas nas quais estamos interessados valem para todos os tempos verbais.

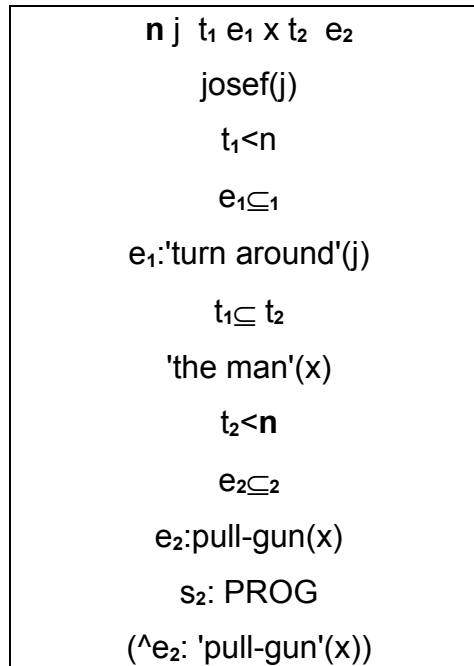
Progressão narrativa entre predicados de eventos surge devido às propriedades anafóricas dos verbos das línguas naturais e à expectativa que eles ocorram em um subintervalo do tempo de referência. Assim, se uma sentença **S** denota um evento **e** e tem **t** como seu tempo de referência e a sentença **S'** denota o evento **e'** e tem **t+1** como tempo de referência e **t < t+1**, então **e < e'**. Quanto aos estados, uma vez que eles transbordam o intervalo para o qual são asseverados, espera-se que eles sirvam de pano-de-fundo (inglês, 'background') em narrativas. Para dar concretude e mais detalhes, vejamos as representações por DRS em (8a) e (8b) de Kamp (2004: 69 - 80).

(8)

- a. Josef turned around. The man pulled his gun.
- b. Josef turned around. The man was pulling his gun.



DRS 1



DRS 2

Intuitivamente, a diferença entre esses dois discursos é que em (8a), devido ao 'past simple' da segunda sentença, obtêm-se uma sucessão de eventos: o cowboy vira-se antes que o outro saque a arma. Ao passo que em (8b), devido à natureza estativa do 'past progressive' da segunda sentença, o cowboy vira-se ao mesmo tempo que o outro saca o revólver.

Para dar conta do valor semântico de marcadores de pretérito em sentenças isoladas e sentenças iniciais de discursos (narrativos), a DRT segue a intuição de Partee (1973) para o valor do marcados do 'past tense' em 'I didn't turn off the stove'. As sentenças iniciais de discursos têm uma regra 'default' mediante a qual seu tempo de referência é o momento de proferimento da sentença  $n$ . Assim, uma vez que as sentenças iniciais em ambos os discursos estão no 'past simple', a condição  $[t_1 < n]$ , asseverando que o tempo de ocorrência do evento precede o  $n$ , figura em ambas as DRSs. A condição  $[e_1 \subseteq t_1]$  também ocorre na DRS seguinte, o que significa que a eventualidade descrita é uma sub-parte de seu tempo de ocorrência. Isso é adotado como estipulação em Kamp & Reyle (1993: 507).

Essa estipulação captura que o ‘past simple’ (que denota não-estado) e o ‘past progressive’ (que denota estado) estabeleçam relações anafóricas diferentes com eventualidades anteriores. Em ambos os casos a relação será com o evento de Josef se virar. Mas, como se pode ver pela condição  $[t_1 < t_2]$  em (8a), enquanto o ‘past simple’ estabelece uma relação de sucessão com esse evento, o ‘past progressive’ estabelece uma relação de inclusão temporal com o evento do cowboy se virar, como se pode ver pela condição  $[t_1 \subseteq t_2]$  da DRS (8b).

Perceba que a relação  $[t_1 \subseteq t_2]$  de (8b) não garante que a eventualidade descrita por ‘was pulling his gun’ inclua ‘turned around’. Os intervalos temporais  $t_1$  e  $t_2$  incluem respectivamente  $e_1$  e  $e_2$ . E isso acarreta que  $t_2$  inclua  $e_1$  e  $e_2$ . Mas, mesmo assim, poderia ser o caso que  $e_1$  e  $e_2$  não se sobrepõem. Para não permitir essa sobreposição e para lidar com o paradoxo do imperfectivo, um operador progressivo é postulado.

Esse operador progressivo tem três efeitos principais: (i) ele transforma eventos em estados; (ii) ele muda a interpretação do processo tal que a coisa que ele descreve é um segmento que exclui seus pontos extremos (inglês, ‘endpoints’); (iii) ele revoga a exigência do processo descrito chegar ao final.

Tomados em conjunto, as condições  $[e \subseteq t]$  e  $[t \subseteq s]$  e o item (i) acima têm o efeito de resolver o problema de  $e_1$  e  $e_2$  não terem sobreposição. Uma vez que, mediante a estipulação com respeito à natureza dos estados e eventos, aqueles devem incluir seu tempo de ocorrência enquanto estes devem estar inclusos em seus tempos de ocorrência, chegamos então ao resultado desejado para o discurso (8b).

Mas as coisas não funcionam sempre tão bem assim. Veja os seguintes contra-exemplos. Em (9b), dois eventos co-ocorrem. Em (9b), o estado não se sobrepõe necessariamente ao evento.

(9)

- a. John drank the beer. Some of it ran down his chin.
- b. The waiter served John the beer. It tasted awful.

Para lidar com esses contra-exemplos, as ramificações da DRT, como a Segmented Discourse Representation Theory (SDRT), desenvolveram um maquinário extra que integra informação lingüística e não-lingüística para determinar relações retóricas entre sentenças que por sua vez determinam a ordem dos eventos que cada sentença denota. Isso inclui uma rotulação de sentenças com funções retóricas (explicação, pano-de-fundo etc.) que intermedeiam a relação de cada sentença com o resto do discurso. Ver, por exemplo, Asher & Lascarides (1998).

### 1.2.2 $[t \subseteq s]$ , $[e \subseteq t]$ e Morfologia de Presente Simples.

É importante ressaltar mais uma vez que as condições  $[e \subseteq t]$  /  $[t \subseteq s]$  são independentes do tempo do verbo. Se, no processo derivacional sintático-semântico, a morfologia de pretérito é aplicada a um verbo de estado, sua contribuição para a DRS será  $[t \subseteq s]$ . E será  $[e \subseteq t]$  quando a morfologia de pretérito for aplicada a um verbo de evento.

Para simplificar a exposição, quando mostrei como cada uma dessas condições surge nas DRS, usei exemplos de K&R em inglês com verbos no ‘past simple’ e/ou no ‘past progressive’. Por isso, a discussão sobre a definição reportiva do presente simples ficou temporariamente em segundo plano. Podemos agora voltar ao presente simples e verificar quais os efeitos das estipulações  $[e \subseteq t]$  /  $[t \subseteq s]$  na definição reportiva do presente.

Em (10) nós vemos, à esquerda das setas, as condições que uma sentença no pretérito, futuro ou presente contribuem para a DRS em que se encaixam. À direita da seta, vemos algumas conseqüências necessárias dessas condições. O caso que mais nos interessa é (10c). Ela corresponde a uma condição de uma sentença de presente simples com verbo de evento como ‘eat’ ou ‘swim’; enquanto (10d) corresponde à sentença do presente simples com verbo estativo como ‘saber’ ou ‘gostar’.



(10)

a. pretérito:  $[t < n, e \subseteq t] \Rightarrow [e < n]$ .b. futuro:  $[t > n, e \subseteq t] \Rightarrow [e > n]$ .c. presente:  $[t = n, e \subseteq t] \Rightarrow *[e \subseteq n]$ .d. presente:  $[t = n, t \subseteq s] \Rightarrow [n \subseteq s]$ .

As conseqüências para o passado e futuro não são controversas. No entanto para o presente há um problema, como se vê em (10c). A conseqüência  $[e \subseteq n]$  segue da definição de tempo reportivo  $[t = n]$  e da condição que inclui eventos em seu intervalo de ocorrência  $[e \subseteq t]$ . De acordo com isso, se um proferimento de ‘João nada’ é verdadeiro, a eventualidade descrita deve ocorrer, em seu todo, dentro dos limites do intervalo em que foi proferida a sentença. Em outras palavras,  $[t = n, e \subseteq t]$  dá como significado do presente simples o estilo narrador esportivo. Uma vez que a leitura  $[e \subseteq n]$  de ‘João nada’ está longe de ser a mais intuitiva, é preciso impedir que ela tome esse valor.

Como notam RR&K(2005: 57), há motivos para proceder com esse impedimento. Está implícito em tudo o que foi dito até agora uma certa presunção de estaticidade do discurso: assume-se que nada de importância para um discursos muda enquanto esse discurso está sendo proferido. Logo, qualquer ponto em um discurso pode ser um ponto de referência e a avaliação das condições de verdade de uma sentença são independentes do ponto com respeito ao qual ele é avaliado. Isso motiva a exclusão de  $[e \subseteq n]$  por que:

... let  $t_1$  and  $t_2$  be two distinct points within [the time of discourse]. Then the conditions we get by identifying  $n$  with  $t_1$  and  $t_2$ , respectively, viz.  $[ev \subseteq t_1]$  and  $[ev \subseteq t_2]$  will normally not both be satisfied. (They won't be in any case where there is only one event of the given type occurring within the given discourse time  $T_d$ .) So a sentence expressing a proposition whose representation includes  $[ev \subseteq n]$  will be inadmissible as part of a discourse of this type.

RR&amp;K (2005: 57)

Mas depois de impedir a inclusão de  $*[e \subseteq n]$ , qual condição vai substituí-la? Usando a motivação há pouco mencionada, K&R (1993: 536) corretamente defendem que nós queremos interpretar o presente simples de acordo com o princípio (11):

(11) A eventualidade descrita por uma sentença no presente simples deve incluir apropriadamente o intervalo de proferimento da sentença.

O princípio (11) acaba por dizer que o presente simples deve introduzir uma condição  $[n \subseteq e]$  na DRS. Há duas consequências importantes. Primeiro, serão atribuídas propriedades estativas ao tempo presente, uma vez que as eventualidades denotadas nesse tempo transbordam o intervalo com respeito ao qual são asseveradas, tal qual é o caso dos estados. Segundo, uma vez que a condição reportiva ( $[t = n]$ ) e a presunção ontológica sobre a relação entre eventos e intervalos temporais ( $[e \subseteq n]$ ) não acarretam a condição  $[n \subseteq e]$ , o valor habitual do presente simples com verbos de eventos acaba sendo consequência de algum outro fator (e.g., um operador oculto).

Por exemplo, considere a segunda sentença nesse pequeno diálogo:

(12)

A: Me diz alguma coisa que você sabe sobre o João.

B: Ele nada.

B': Ele está nadando.

Intuitivamente, queremos interpretar que João nada em um intervalo maior que aquele no qual acontece esse diálogo. Então, na teoria que estamos resenhando, quando um verbo de evento como 'nadar' está na forma do presente, um operador como Hab, Gen ou Prog impede que a condição  $*[e \subseteq n]$  seja inserida na DRS e dá o efeito da condição estatizante da sentença  $[n \subseteq e]$ . Visto que estados transbordam o intervalo para o qual são asseverados, que nesse caso é o intervalo de proferimento (devido à condição  $[t = n]$ ), o estado denotado também transborda

o momento de proferimento. Logo K&R(1993: 536) dão conta da intuição de concomitância entre o juízo veiculado pela sentença e o momento de proferimento dessa sentença. E que tal juízo deva conceber a eventualidade ‘as it appears from the perspective of a time at which it is going on’; onde ‘is going on’ significa que o evento não está terminado. Assim, uma vez que o evento não está terminado, ele não estará contido no momento de proferimento.

Mas se os operadores estiverem limitados a impedirem a inserção da condição  $*[e \subseteq n]$  e a inserirem a condição  $[n \subseteq e]$  eles não seriam suficientes. Ainda resta definir outras propriedades para que esses operadores dêem conta dos fenômenos empíricos relacionados à imperfectividade, habitualidade, genericidade etc. Essas propriedades seriam: não-vericidade; modalidade; não-monotonicidade. (Ver o capítulo 5 para o tratamento das propriedade modais de ‘be+V-ing’).

Além disso, limitar os operadores a impedir uma condição e inserir outra como mencionado acima, leva a análise reportiva a fazer previsões pouco claras sobre a relação entre sentenças. As sentenças de (13) dão um exemplo de parte dos problemas que surgem. Geralmente, aceita-se que a diferença entre (13a) and (13b) é só aspectual; ou seja, com respeito à categoria tempo verbal, essas sentenças são equivalentes. Na medida em que tempo e aspecto são distintos, como sugerido por (14), de K&R, e que (11) diz respeito a tempo verbal, espera-se que as duas sentenças de (13)

(13 )

- a. Ricky is running.
- b. Ricky runs.

(14) TEMPO [ ASPECTO [ DESCRIÇÃO DE EVENTO ]]

Mas é possível mostrar que (13a) não satisfazem (11). Para enxergar isso, vamos primeiro recordar que parte da evidência para (11) era as presunções que motivam as condições  $[e \subseteq t]$  /  $[t \subseteq s]$ , e isso também era independente de informação sobre tempo.

Perceba que quando estamos lidando com tempos simples, o princípio em (11) e as presunções ontológicas que o justificam se aplicam consistentemente sem exceções. A despeito do verbo que aparece no presente simples ser de evento ou de estado e/ou de outras diferenças de classificação verbal, o princípio se aplica. Por exemplo, sentenças como ‘Mary is ill’ ou ‘Mary writes a letter’ ou ‘Mary swims’ sempre respeitarão (11). Nesse nível, não há predição de gradabilidade de nenhuma espécie entre ser um evento e ser um estado. No caso de verbos que são não-estados, chega-se a leitura intuitiva mudando a condição reportiva [t=n] do presente simples de ‘Mary writes a letter’ com algum operador de genericidade. A hipótese inicial sobre presente progressivos, que seriam o resultado da aplicação de um operador PROG, é que eles satisfaçam o princípio da mesma forma que as sentenças no presente simples.

Mas não é isso que acontece. Veja, por exemplo, a sentença ‘Mary is writing a letter’. Semanticamente, chega-se ao valor progressivo mediante uma operação (de PROG) sobre o valor semântico de ‘Mary writes a letter’. O resultado diz aproximadamente que: ‘writing a letter’ é uma subeventualidade de ‘write a letter’ que é como ‘write a letter’, mas que é atética. ‘writing a letter’, quando no presente simples, deve: Incluir apropriadamente o intervalo de proferimento da sentença. E é isso que acontece: se o proferimento de ‘Mary is writing a letter’ é feliz, a coisa no mundo que é descrita como sendo o ato de escrever uma carta transborda o tempo que o falante levou para proferir a sentença.

Mas também é verdade que pelo menos algumas subparte daquilo que é descrito como sendo o ato de escrever uma carta também contam como sendo ‘letter writing’ e algumas dessas coisas estarão inclusas no intervalo em que a sentença foi proferida. Essas “subpartes das subpartes” do predicado ‘letter writing’ qualificam como parte do ato de escrita da carta, mas não se adequam ao princípio de interpretação do presente simples (porque estão inclusas - logo não transbordam - o intervalo de proferimento da sentença). Assim, a menos que o operador adequado seja postulado, ter-se-á a predição que ‘Mary is writing a letter’ não é uma sentença no presente simples. E esse é um resultado claramente indesejável.

Esse resultado indesejável afeta todos os verbos de atividade (isto é, eventos atéticos) e pelo menos alguns accomplishments (isto é, eventos télicos) conforme acima. Uma forma de evitá-lo seria argumentar que esse resultado indesejável poderia ser evitado postulando-se a não-veracidade do operador PROG. Que, conseqüentemente, a solução estaria na não-monotonicidade desse operador: as subparte das subparte do ato de escrever carta têm a propriedade de não se adequarem ao (11), mas que à medida que mais e mais dessas partes se agregam, elas acabam se adequando. Isso estaria de acordo com a definição de não-monotonicidade: a inserção de novas premissas mina conclusões anteriormente deduzidas (inspirada em uma definição por Furhmann (1998)). Mas essa linha de argumentação perde sua força quando lembramos que, na versão da estória que estamos contando, a interpretação do presente simples em que estamos interessados também tem sua representação modificada por um operador não-monotônico: o operador genérico.

Com isso, conclui-se o revisitar do tratamento dos presentes simples na semântica formal em geral e na DRT em especial. Nas próximas seções, vou sugerir que há um caminho alternativo que atribui à morfologia do tempo presente o valor que ela toma mais frequentemente no uso coloquial: esse valor é mais ou menos o valor habitual, que atribui uma propriedade qualquer à entidade da qual é predicada.

## 2 PRESENTE E PROGRESSIVO SEM OPERADORES.

Esta seção tem como propósito apresentar evidência empírica para os seguintes pontos:

- (i) é possível e interessante dar à semântica do presente simples um valor semântico não-reportivo;
- (ii) que a teoria que lida com a morfologia do tempo presente pode ser estendida ao 'be+V-ing' onde a cópula tem a morfologia do presente.

O primeiro passo rumo a esses objetivos teóricos é capturar as condições necessárias para que um proferimento (feliz) de sentenças com verbo na forma do presente (incluindo aí as perífrases progressivas como 'estar + V-ndo' e 'be + V-ing') introduza no fundo conversacional um evento (ou estado).

O que nós queremos encontrar usando o fundo conversacional comum é alguma regularidade nas condições de felicidade das sentenças com verbos no presente simples em seu uso mais comum, não-reportivo. Isso é possível? Sim. Inclusive, há uma regularidade quanto a isso que é bastante conhecida (ver, por exemplo, Smith (1991) entre outros) A regularidade é:

- a interpretação não-reportiva de verbos de atividade e de estado no presente simples em um proferimento é feliz para descrever estados/atividades cujos intervalos de ocorrência transbordam o intervalo em que a sentença é proferida.
- a interpretação não-reportiva do proferimento de sentenças com verbos de accomplishment e achievement no presente simples fazem o proferimento infeliz.

E, além de chegar a essa regularidade empiricamente, nós também queremos ver se elas valem também para sentenças onde os verbos são perífrases progressivas.

Veremos que nossos resultados só vão coincidir completamente com as observações mencionadas acima depois que tomarmos conhecimento de um fator pragmático que diferencia as ocorrências de verbos com respeito a como eles licenciam leituras onde eles são predicados de propriedades.

Para chegar empiricamente a essa regularidade nas condições de felicidade usando a noção de fundo-conversacional, podemos constituir um cenário onde interlocutores A e B estão falando de uma terceira pessoa, que se chama João. Nesse cenário, o interlocutor A sabe só que João/John é homem, adulto e amigo de B. E que B sabe muitas coisas sobre João, assim como sabe que seu interlocutor ignora essas coisas.

Podemos verificar que numa troca conversacional do tipo de (15), um proferimento de uma sentença X pode ser feliz para instanciar uma propriedade de João dado o fundo conversacional (isto é, do o conhecimento de A sobre João, que é mínimo). Eu vou chamar isso de teste do fundo conversacional mínimo (abreviadamente, TFCM).

(15 )

A: Me diz alguma coisa do João. /Tell me something about John.

B: X

Nas sentenças (16) e (17) podemos ver os resultados do TFCM para as diferentes classes verbais em português brasileiro e inglês respectivamente. As sentenças do português brasileiro são contrapartes das sentenças do inglês.

(16)

- a. O João nada. (atividade)
- b. O João bebe (atividade)
- c. ?O João descobre a América. (achievement)
- d. ?O João constrói uma casa. (accomplishment)
- e. ?O João come a maçã. (accomplishment)
- f. O João mora na Índia. (estado)

(17)

- a. John swims. (atividade)
- b. John drinks.
- c. ? John discovers America. (achievement)
- d. ? John builds a house. (accomplishment)
- e. ? John eats the apple. (accomplishment)
- f. John lives in India. (estado)

As sentenças de (16) e (17) mostram que as sentenças com perífrases progressivas são sempre felizes no TFCM.

(18)

- a. O João está nadando. (atividade)
- b. O está bebendo (atividade)
- c. O João está descobrindo a América. (achievement)
- d. O João está construindo uma casa. (accomplishment)
- e. O João está comendo a maçã. (accomplishment)
- f. O João está morando na Índia. (estado)

(19)

- a. John is swimming. (atividade)
- b. John is drinking. (achievement)
- c. John is discovering America. (achievement)
- d. John is building a house. (accomplishment)
- e. John is eating the apple. (accomplishment)
- f. John is living in India. (estado)

Até aqui o resultado desses testes não é novidade. Com respeito à morfologia do presente simples, o proferimento de sentenças com verbos de estados e atividades (16) e (17) é feliz quando a interpretação é reportiva; o mesmo não vale para accomplishments e achievements.

Com respeito às sentenças com perífrases progressivas em ambas as línguas, a felicidade delas é insensível às classes verbais. Todas são felizes proferidas no



contexto do TFCM. Perceba que algumas delas – por exemplo (19b) – não tem a leitura progressiva que é tipicamente associada a essa forma verbal, mas ao invés disso têm leituras ‘futate’ ou modais. Mas não precisamos nos preocupar se alguns dos significados são desviantes com respeito a um certo parâmetro (e.g., o valor progressivo): o objetivo desses testes é chegar a motivação empírica para o tratar os valores semânticos que surgem com a perífrase progressiva como sendo basicamente o mesmo caso daquelas que surgem com a morfologia verbal de presente simples mais a relação adjetival entre a cópula e o gerúndio.

Por outro lado, dado esse objetivo, merece atenção que as perífrases progressivas sejam felizes com todas as classes verbais no contexto do TFCM ao passo que nem todas as classes verbais sejam felizes no contexto do TFCM quando o verbo está na forma simples. Felizmente, há uma expectativa razoável que essa diferença entre formas simples e formas progressivas possa ser explicada: o gerúndio das formas progressivas pode ser visto como o fator que faz até mesmo accomplishments e achievements felizes no contexto do TFCM. Como foi dito acima, queremos tratar o significado de ‘estar + V-ndo’ como sendo simplesmente a soma do que seja lá o que a cópula contribuir mais seja lá o que o gerúndio contribuir. E a morfologia de gerúndio é tipicamente vista como sendo alguma tipo de fator de de-aspectualização (como vai ficar mais claro a seguir), o que explicaria as diferenças de felicidade.

## **2.1 *ALGUNS PROBLEMAS INCIDENTALS COM ACHIEVEMENTS E ACCOMPLISHMENTS.***

Um outro ponto é que apesar de, no caso dos accomplishments, a mudança de objeto direto definido singular para objeto direto nu resultar em sentenças cujos proferimentos são felizes no TFCM, uma mudança semelhante nos objetos diretos dos predicados achievements não leva à felicidade dos proferimentos. Por exemplo, ‘João constrói casas’ é feliz no TFCM, mas ‘João encontra moedas de ouro’ não é. Esse resultado vai de encontro às predições das teorias aspectuais que concordam que, em ambos os casos a mudança no tipo de objeto direto acarreta uma mudança de telicidade para atelicidade (ou equivalentemente, de accomplishment/achievement para atividade).

O contraste sugere que a distinção télico/atélico e a existência de leituras onde a eventualidade pode ser tomada como uma propriedade de algum ‘x’ respondem a fatores diferentes cujas ocorrências coincidem às vezes.

Para ver isso em detalhe, vamos ver primeiro os testes aspectuais com advérbios ‘em x tempo / por x tempo’. Em **(20a)** nós temos accomplishments cujos objetos diretos são determinados por um artigo. Em **(20b)** o verbo com o objeto direto não-determinado dá resultados diferentes com o advérbio do tipo ‘por x tempo’.

(20)

- a. John built the house in 2 days / ?for 2 days.
- b. John built houses in 2 days / for 2 days.

Tirando o argumento singular e definido, também se tira o caráter télico do predicado. A sentença **(20a)** quando lida como sendo sobre a construção de uma casa é compatível com advérbios ‘em x tempo’, mas não ‘por x tempo’. Logo, é télico. Para uma visão geral do importante papel que os advérbios ‘em/por x tempo’ têm nos estudos aspectuais ver Pianesi & Varzi (2000). Em **(20b)** o fato relevante é que o advérbio ‘por x tempo’ não mais soa estranho. Logo, é atélico. Nós não precisamos nos preocupar com a leitura **(20b)** com o adverbial ‘em x tempo’ que diz aproximadamente que havia algumas casas que João construiu em dois dias. Perceba somente que todas as leituras possíveis de **(20b)** envolvem a pluralidade de eventualidades.

Passando para o caso dos achievements, as propriedades aspectuais são alteradas de maneira semelhante quando o objeto direto é modificado.

(21)

- a. John reached the peak of the Aconcágua in 2 days/\*for 2 days.
- b. John reached the peak of famous mountains ?in 2 days/?for 2 days.

(22)

- a. John found his son tricycle in his yard in 2 minutes / \*for 2 minutes.
- b. John found crabgrass in his yard in 2 minutes / for 2 minutes.

Até agora os accomplishments e achievements exibiram comportamento semelhante nos testes aspectuais com advérbios. Mas o resultado é diferente quando olhamos para essas sentenças no contexto de uma troca conversacional como (15). Se mudarmos os objetos diretos dos accomplishments (16d) - (16e), e (17d) - (17e) (repetidos em (23a) - (23b) e (24a)-(24b) respectivamente) para as formas nuas, acabamos tendo interlocuções felizes para a troca conversacional que começa com 'Me diz o que você sabe sobre o João' / 'tell me something about John'.

(23)

- a. O João constrói casa(s).
- b. O João come maçã(s).

(24)

- a. John builds houses.
- b. John eats apples.

As sentenças em inglês com 'be+V-ing' permanecem felizes como era esperado.

(25)

- a. O João está construindo casa(s).
- b. O João está comendo maçã(s).

(26)

- a. John is building houses.
- b. John is eating apples.

Mas, diferente dos accomplishments, a mudança no argumento de objeto direto não muda as condições de felicidade de sentenças com verbos de achievement no presente simples. Com argumentos que são objetos diretos singulares ou nus, os achievements de (27) e (28) são só parcialmente felizes como respostas a ‘me diga alguma coisa sobre o João’ em português brasileiro e ‘tell me something about John’ em inglês.

(27)

- a. ?O João chega no topo de montanhas famosas.
- b. ?O João descobre novos continentes.
- c. ?O João acha o triciclo do filho no quintal.
- d. ?O João acha erva-daninha no quintal.

(28)

- a. ?John reaches the peak of famous mountains.
- b. ?John discovers new continents.
- c. ?John finds his son's tricycle in the yard.
- d. ?John finds crabgrass in his yard.

Essas sentenças são felizes para dizer que João pode chegar ao pico de montanhas famosas, descobrir novos continentes etc. Mas elas não são felizes para dizer que João frequentemente faz essas coisas.

Logo, a conclusão até agora é que a felicidade no TFCM não se confunde com a ausência de um telos (isto é de um ponto télico) no evento denotado pelo verbo. E por isso, não se pode usar a presença ou ausência de telos como fonte da regularidade que queremos. Isto é, nós não podemos usar a telicidade para predizer quando sentenças no presente simples são felizes no TFCM. Ao passo que há algum grau de sobreposição entre telicidade e a possibilidade de atribuição

de uma propriedade a entidades que o verbo no presente simples toma como argumento: as duas noções não se confundem.

Lembre-se que a regularidade é crucial para o nosso objetivo: obter um princípio de interpretação para sentenças no presente simples cujo conteúdo seja semelhante àquele proposto por K&R, mas que, no entanto, não dependa de presunções sobre a relação entre eventualidades e o intervalo em que eles acontecem. Existe uma maneira de se obter esse resultado?

As sentenças atéticas que eram felizes no TFCM foram aquelas que atribuíram com sucesso propriedades às entidades de que eram predicados. Perceba que todas as sentenças felizes permitem dois tipos de leitura: a de hábito e a de habilidade, dependendo do contexto onde elas são proferidas. Por exemplo, esse é o caso das sentenças de (16a) e de (17a). Mas nem todos os predicados téticos são como 'swim' e 'nada'. Olhando mais acuradamente para os atéticos no TFCM, percebemos a distinção pragmática que os divide em dois grupos. Essa distinção também valerá para téticos, que são nosso interesse principal no momento. Vejamos o caso dos atéticos.

O grupo ao qual 'nada' pertence é caracterizado pelo fato de as leituras de hábito e habilidade estarem em uma relação de acarretamento mútuo no TFCM. Um exemplo de um verbo que cai no outro grupo é 'drink', estruturalmente é um predicado de atividade. Mas isso não permite acarretamento mútuo entre a leitura de hábito e a leitura de habilidade no TFCM. Se B responde 'Me diz alguma coisa sobre o João' proferindo 'o João bebe' querendo dizer com isso que João bebe às vezes, o interlocutor A inferiria corretamente também que João é capaz de beber (leitura de habilidade). No entanto, se A decidisse interpretar 'João bebe' como querendo dizer que João é capaz de beber, não inferiria disso que João bebe às vezes.

Os dois grupos se distinguem também pelo seguinte. Para ocorrências como 'nada': quando elas denotam um evento  $\phi$ , uma ocorrência de  $\phi$  com  $x$  como agente seria o bastante para incluir  $x$  como membro no conjunto de coisas que têm  $\phi$  como propriedade (vou chamar esse tipo de predicado de predicados

‘habitualizadores’ (em inglês, ‘one-time  $\varphi$ -er’). Para ocorrências como ‘bebe’: quando elas denotam um evento  $\varphi$ , uma ocorrência de  $\varphi$  com  $x$  como agente seria o bastante para incluir  $x$  como membro no conjunto de coisas que têm  $\varphi$  como propriedade (vou chamar esse tipo de predicado de ‘predicados habitualizadores’ (inglês, ‘non-one-time  $\varphi$ -er’).

Assim, temos uma divisão entre habitualizadores, como ‘nada’ - que permitem acarretamento mútuo entre as duas leituras - e não-habitualizadores como ‘bebe’ que não permitem acarretamento mútuo.

(29)

- a. Se ‘João bebe’<sub>hábito</sub> é verdadeiro, então ‘João bebe’<sub>habilidade</sub> é verdadeiro.
- b. Não é o caso que se ‘João bebe’<sub>habilidade</sub> é verdadeiro, então ‘João bebe’<sub>hábito</sub> é verdadeiro.

(30)

- a. Se ‘João nada’<sub>hábito</sub> é verdadeiro, então ‘João nada’<sub>habilidade</sub> é verdade.
- b. Se ‘João nada’<sub>habilidade</sub> é verdadeiro, então ‘João nada’<sub>hábito</sub> é verdade.

Relevantemente, a distinção entre os dois grupos é pragmática. Então, o que determina o grupo a que um predicado pertence são as crenças do interlocutor sobre a eventualidade. Alguns predicados podem ser mais flexíveis que outros conforme a crença e conhecimento de mundo de cada um.

Os exemplos ‘beber’ e ‘nadar’ são verbos atélicos que até agora não tinham causado problemas com respeito ao TFCM. O problema estava no lado dos télicos onde predicados de accomplishment no presente simples exigiam que ou argumentos plurais ou argumentos nus suprimissem a telicidade para que o proferimento da sentença fosse feliz. Logo, estamos procurando responder por que não ocorre o mesmo fenômeno com achievements. A distinção entre habitualizadores e não-habitualizadores é relevante para explicar essa diferença de comportamento entre accomplishments e achievements.

Suponha que seja a telicidade do tipo do evento que faz um o proferimento de uma sentença ser infeliz no TFCM. Assim sendo, o caso dos accomplishments com argumentos plurais ou nus resultaria em infelicidade. Além disso, suponha que essa infelicidade dos proferimentos seja atribuída como sendo devida ao fato de predicados télicos admitirem somente a leitura de habilidade, mas não a de hábito. A motivação para essas hipóteses seria a seguinte. A presença de telicidade implica que fatores intervenientes poderiam interromper o evento antes que ele se completasse (ou melhor, antes de atingir o ponto télico que o predicado exige). Logo, quando falamos de eventos télicos cujo agente é  $x$ , falamos de eventos que  $x$  pode ser capaz de desempenhar sem que jamais o tenha feito. Por exemplo, se ‘atravessar a rua’ denota um evento que pode ser decomposto em eventos “menores”  $e_1$ ,  $e_2$ ,  $e_3$ ,  $e_{telos}$  e sabe-se que João frequentemente desempenha  $e_1$ ,  $e_2$ ,  $e_3$ , isso seria suficiente para dizer que ele é capaz de atravessar a rua, mesmo que ele (por algum motivo) nunca tenha realmente atingido o ponto  $e_{telos}$ . Isso nos leva também a esperar que, uma vez que atélicos não são passíveis de impedimento antes de satisfazerem o predicado, possam sempre ser habituais quando na forma de presente simples.

Com isso, a felicidade no TFCM para predicados télicos vai depender se o predicado em questão é um habitualizador ou um não-habitualizador. Os habitualizadores serão felizes porque apesar de começarem com a leitura de habilidade, para eles habilidade e hábito se acarretam mutuamente. Logo, esses tipos de predicados sempre licenciam a inferência de hábito. Os não-habitualizadores também começam com a leitura de habilidade, mas, para eles, habilidade e hábito não se acarretam mutuamente. Não há acarretamento de habilidade para hábito. Logo, os não-habitualizadores não podem ter leitura de hábito e os proferimentos de sentenças onde eles aparecem são infelizes.

Isso explica porque alguns accomplishments são felizes no TFCM apesar de terem objeto direto singular indefinido ou definido. Por exemplo, predicados como ‘tocar uma sonata’ ou ‘tocar a Sonata a Kreutzer’. Esse tipo de sentença é infeliz, pois tocar uma sonata é, tipicamente, um evento do tipo habitualizador: não se trata de uma habilidade que normalmente se pressuponha de alguém. Se essa habilidade for atribuída a João, ou ele é capaz de tocar ou ele às vezes toca. Se tivermos só

esse tanto de informação ('João toca uma sonata'), esses dois casos (habilidade e habitualidade) ficarão indistintos.

A infelicidade de 'John constrói uma casa' é devida à sua classificação como não-habitualizador: Pressupõe-se que João tenha a habilidade de desempenhar a tarefa, mas disso não segue que ele a desempenhe frequentemente e assim o proferimento da sentença é infeliz para o objetivo de atribuir a ele essa propriedade. O proferimento de 'João constrói casas' é feliz, pois, apesar de o tipo do evento denotado ser télico, o objeto plural leva a sentença a dizer que João está/esteve envolvido em vários processos de construção e isso faz o proferimento da sentença compatível com habitualidade por algum intervalo. Logo, o fato de João se envolver em um número plural de processos faz da atividade descrita por 'construir casa' um habitualizador para ele. Mas esse não é o caso com achievements de objetos plurais. Uma vez que as sentenças com achievements não fazem asserções sobre o processo que levou ao telos – elas asseveram só sobre o próprio telos – não pode ser inferido que João tenha se envolvido nos processos que levam ao encontro de 'tesouros escondidos': cada um dos eventos de encontrar pode ter sido puramente acidental e logo não são propriedades relevantes de João no TFCM.

Lembre-se que a distinção entre habitualizadores e não-habitualizadores é de natureza pragmática. Mas, apesar disso, parece ser o caso que os predicados de achievement, nas situações usuais, são não-habitualizadores. Isso pode ser explicado como sendo devido à sua representação semântica como telos que foram atingidos por um evento pressuposto. Assim sendo, temos uma regularidade de acordo com presença ou ausência de telos no TFCM.



### 3 PRESENTE SIMPLES COMO $[n \subset t]$ .

Os testes das seções anteriores mostraram-se capazes de revelar uma regularidade já bem conhecida na literatura: que o proferimento de sentenças com predicados verbais que denotam eventos télicos (accomplishments, achievements) não são felizes quando a forma do verbo é presente simples, ao passo que predicados que denotam eventos atélicos (atividades, estados) são felizes. Uma vez que a leitura que foi usada para obter essa regularidade foi a não-reportiva, estamos livres para postular que o presente simples introduz a condição  $[n \subset t]$  na DRS, ao invés da mais freqüente  $[t = n]$ . Isso levaria à mudar a regra CR.S' de K&R (1993:610) de (b) para (a):

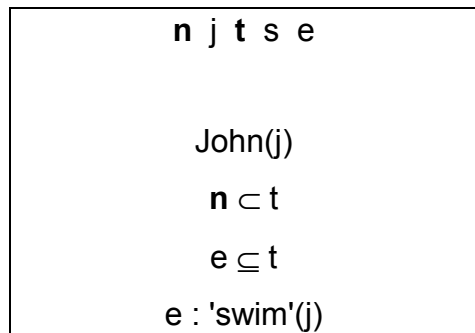
(31)

- a. Se o tempo do verbo é o presente, introduza  $\text{CONDIÇÕES}_k [n \subset t]$  na DRS.
- b. Se o tempo do verbo é o presente, introduza  $\text{CONDIÇÕES}_k [n = t]$  na DRS.

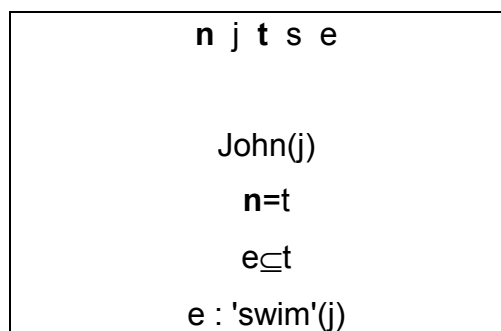
A característica mais importante de (31) é que ela permite a repetição da eventualidade dentro do intervalo cuja existência é asseverada. Assim, a nova regra de construção de DRS para o presente simples satisfaz o princípio (11) de K&R (1993). Com a regra (31b), que é reportiva, seria necessário um operador genérico/habitual para satisfazer (11). RR&K (2005) trazem os detalhes de como seria o algoritmo de (31b), mas não abordam diretamente a interpretação do operador.

Uma vez que, conforme mencionado, nunca foi questionada presunção ontológica que leva à condição  $[n \subset t]$ , ela continua presente na DRS construída por (31a). Assim, há duas condições relevantes para a interpretação temporal  $[n \subset t; e \subseteq t]$ . Juntas elas dizem que em algum lugar dentro do intervalo arbitrariamente longo (t), que inclui apropriadamente o momento de proferimento da sentença (n) havia algum tipo de evidência da existência de eventos de nadar perpetrados por João. Mas nada se diz a respeito da relação entre esses eventos de nadar e o momento

de proferimento da sentença. Pela regra de construção da DRS (31a) temos então a DRS 3; enquanto que, por (31b), temos a DRS 4.



DRS 3



DRS 4

De acordo com isso, a sentença ‘João nada’ contribui para a DRS que: Há eventualidades (talvez uma única delas) de João nadar dentro do mesmo intervalo no qual está incluso o momento de proferimento da sentença. Nenhuma outra relação entre eventualidade e momento de proferimento da sentença é necessária nesse ponto. Na próxima seção veremos como o valor das sentenças se especifica ainda mais com o  $[n \subset t; e \subset t]$  e como surgem os valores como habitual e ‘narrador esportivo’ e como são determinadas as relações de inferência entre essas leituras.

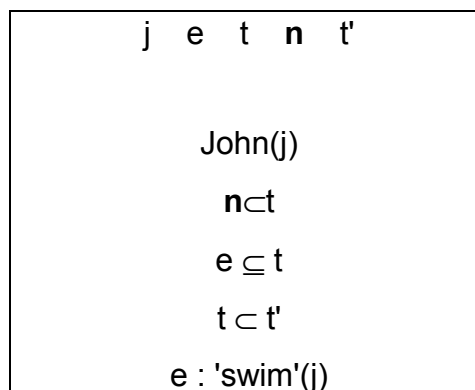
No que toca a perífrases como ‘be + V-ing’ e ‘estar+ V-ndo’, a DRS precisa somente ser construída seguindo alguma análise sintática onde a cópula seleciona o gerúndio estabelecendo uma relação adjetival. A informação que a cópula carrega é:

(32)  $\text{be: } \exists t' [t \subset t']$

A idéia é que, nas perífrases progressivas, ‘be’ / ‘estar’ introduzem um intervalo que contém o intervalo que contém o tempo de ocorrência da eventualidade. Uma vez que as perífrases progressivas dizem respeito à existência de um intervalo maior onde a eventualidade não ocorre, intui-se que o proferimento da sentença diz respeito a algum intervalo mais curto. A função da morfologia de gerúndio é levar de eventos a propriedades de eventos:

(33)  $\text{ing: } \lambda e. [\text{SWIM}(e)]$

A DRS para uma sentença com a perífrase ‘be+V-ing’ é:



DRS 5

Como era o caso com a DRS para sentenças com verbos de morfologia de presente simples, essa representação subespecifica a contribuição da sentença. De acordo com a DRS 5, ‘John swims’ diz somente que dentro do intervalo do tempo de referência (o tempo de ocorrência) há um evento cujas propriedades são aquelas de um evento de nadar perpetrado por John.

### 3.1 OS PRÓXIMOS PASSOS.

Devido à natureza imprecisa de  $[n \subset t]$ , a DRS apresentada é compatível com condições que surtem os seguintes relações entre a eventualidade e o momento de proferimento da sentença (MPS):

- (i) a(s) eventualidade(s) precedem o M.P.S.
- (ii) a(s) eventualidade(s) se sobrepõem ao M.P.S;
- (iii) a(s) eventualidade(s) são posteriores ao M.P.S.

Mas as DRS não dão exatamente esses resultados. Elas são tão somente compatíveis com eles. Essa seção mostra como princípios griceanos podem corretamente fornecer as condições (ii) quando se adota que  $[n \subset t]$  é a contribuição do tempo presente simples para a DRS. Para ser mais específico sobre o papel das máximas de Grice, elas serão implementadas usando as linhas mestras da semântica-pragmática da Teoria da Otimalidade. Uma vez que (i) e (iii) correspondem ao passado e ao ‘futurate’, elas não serão discutidas.

## 4 SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA NA TEORIA DA OTIMALIDADE

A semântica bi-direcional da Teoria da Otimalidade (TO) tem como objetivo juntar a tradição da Pragmática Radical e da TO. Assim como a chamada Pragmática Radical, também se busca mecanismos pragmáticos que expliquem fenômenos que são tradicionalmente vistos como sendo semânticos Cole(1981). E assim como a Teoria da Otimalidade, usa-se a idéia de competição: a ocorrência de um objeto lingüístico em um determinado contexto é explicada como sendo devido ao fato de esse objeto se adequar melhor a esse contexto que as outras alternativas. Esses dois pontos de vista acarretam uma estratégia geral de subespecificar a semântica e de procurar fontes de enriquecimento contextual do conteúdo dos objetos lingüísticos.

Formalmente um sistema de otimalidade é uma tripla  $\langle \text{GEN}, C, \langle \rangle \rangle$  Onde GEN é um conjunto de valores de saída em potencial para um dado valor de entrada (que intuitivamente corresponde à idéia que uma sentença quer expressar); C é um conjunto de restrições universais e  $\langle \rangle$  (também chamado de EVAL(uator)) é um ordenamento das restrições particular de cada linguagem.

Blutner (2000) descreve o GEN de acordo com os princípios gerais da semântica dinâmica, onde o significado de uma expressão é seu potencial de modificação de contexto. Assim, o significado de uma sentença é a maneira como a informação semântica modifica um dado contexto quando é nele introduzido. Onde **Sem**(A) é a informação semântica associada a uma expressão lingüística, s e t são contextos, o potencial de mudança de contexto de uma expressão A é (34a). Assim, define-se o gerador GEN em (34b) como o conjunto de mapeamentos da semântica de A para o contexto (renovado) t tal que t tenha sido obtido a partir do alargamento de um discurso s mediante a incorporação de **Sem**(A).

(34)

a.  $s [\text{Sem}(A)] t$

b.  $\text{Gen} = \{ \langle \text{Sem}(A), t \rangle : s [\text{Sem}(A)] t \}$

Com respeito a Eval, Blutner insere aí as Máximas de Grice. Ele adota a reformulação de Horn (1984) e Atlas & Levinson (1981) do esquema Griceano: Uma tentativa de generalizá-lo aos seguintes dois princípios. Onde o primeiro princípio é a primeira parte da Máxima da Quantidade e o segundo princípio é: (i) a segunda parte da máxima da quantidade (não faça sua contribuição mais informativa que o exigido) e possivelmente todas as máximas de maneira.

(35)

a.

Princípio-Q: Diga tanto quanto possa (dado que I)

Princípio-I: Não diga nada além do necessário (dado que Q)

b. Otimalidade bi-direcional (versão fraca)

(Q)  $\langle A, t \rangle$  satisfaz o princípio **Q** sse  $\langle A, t \rangle \subset \text{Gerador}$  e não há outro par em  $\langle A', t' \rangle$  que satisfaça o princípio **I** tal que  $\langle A', t' \rangle$  é menos custoso que  $\langle A, t \rangle$ ;

(I)  $\langle A, t \rangle$  satisfaz o princípio **I** sse  $\langle A, t \rangle \subset \text{Gerador}$  e não há outro par em  $\langle A', t' \rangle$  que satisfaça o princípio **Q** tal que  $\langle A', t' \rangle$  é menos custoso que  $\langle A, t \rangle$ ;

$\langle A, t \rangle$  é chamado super-ótimo sse satisfaz Princípio e o princípio I

Um dos debates atuais na semântica da otimalidade se trava entre a perspectiva que postula a bidirecionalidade e a perspectiva que postula que a sintaxe seja a perspectiva do proferidor da sentença e a semântica seja a perspectiva do destinatário do proferimento. Blutner defende a bidirecionalidade e propõe a versão em (35). Ele mostra, por exemplo, que se levarmos a distinção entre significado formal e interpretacional - onde temos um componente sintático, um semântico e um pragmático - a sério só a bidirecionalidade entre os componentes vizinhos (sintaxe/semântica, semântica/pragmática, no mínimo) podem dar conta de

fenômenos como bloqueamento léxico e o “moedor conceptual” (em inglês, ‘conceptual grinding’).

Como foi dito acima, o Avaliador ordena as restrições com base nos princípios I e Q. As máximas de Grice então são uma métrica de otimalidade. Elas equilibram a economia do proferidor – que é seja preciso e transfira o máximo de informação possível com o mínimo esforço – com a economia oposta – diversificação e generalidade. Com a teoria da otimalidade como pano de fundo, a perspectiva teórica oferecida para dar conta do formas verbais chamadas presente simples toma a seguinte forma: Os presentes simples tomam os valores reportivo ou não-reportivo como solução ótima para o conflito entre a economia do proferidor e do destinatário. Além disso, uma solução nesses moldes potencialmente unifica a semântica das perífrases ‘cópula + V-gerúndio’ das línguas de (6) (Inglês, Italiano, Espanhol, Português Brasileiro). Isso pode ser feito simplesmente mediante os princípios I e Q e as regras de projeção de pressuposição de Geurts (1999) e van der Sandt (1992).

Blutner (2000: 28) traduz essas regras de Geurts/van der Sandt para as seguintes duas restrições da Teoria da Otimalidade. Evite Acomodação, que conta o número de marcadores presentes em um discurso que necessitam acomodar pressuposições: Quanto mais pressuposições acomodadas, mais custosa a expressão. Além disso, segundo essa restrição, quanto maior o escopo do material acomodado menos custoso o processo de acomodação. Também temos a restrição SejaForte, uma restrição que prefere os proferimentos mais informativos com respeito ao contexto.

(36)

- a. EviteAcomodação: Conta o número de marcadores discursivos que estão envolvidos na acomodação.
- b. SejaForte: atribui valores mais altos aos pares forma - contexto  $\langle A, t \rangle$  cujas saídas  $t$  são mais informativas.
- c. Colocação das restrições: EviteA  $\gg$  SejaForte

Blutner (2000: 207) exemplifica como EviteA funciona usando a DRT como formato representacional para a sentença ‘If Peter has a dog, then his cat is gray’. Na DRS para esse discurso, no caso **Sem** (A), o material atrás da barra ‘/’ é pressuposto: ((gray(y)/).

(37)  $Sem(A) = [:[x: dog(x), have(Peter, x)] \rightarrow [ : grey(y)/[y: have(Peter, y), cat(y)]]]$

Supondo que o fundo conversacional está “vazio” (ou melhor, que não contenha informação diretamente relevante ao ponto discutido aqui), o gerador entrega três formas possíveis  $f_1$ ,  $f_2$ ,  $f_3$  que correspondem aos escopos do material acomodado (sublinhado).

(38)

- a.  $f_1: [:[x:dog(x), have(Peter, x)] \rightarrow [ : grey(y), y: have(Peter, y), cat(y)]]]$
- b.  $f_2: [:[x, y: dog(x), have(Peter, x), y: have(Peter, y), cat(y)] \rightarrow [ : grey(y)]]]$
- c.  $f_3: [y: have(Peter, y), cat(y)[x: dog(x), have(Peter, x)] \rightarrow [ : grey(y)]]]$

Os três níveis de acomodação correspondem respectivamente às glosas: (a) se Peter tem um cão, então presumindo-se que ele tem um gato, esse gato é cinza; (b) se Peter tem um cão e assume-se que ele tem um gato, então esse gato é cinza; (c) (assumindo que Peter tem um gato) se ele tem um cão, então seu gato é cinza. A interpretação preferida é  $f_3$ , onde há acomodação global. Isso é previsto pela restrição EviteAcomodação.

A outra restrição que Blutner propõe é chamada SejaForte: um contexto  $t_i$  é mais forte que outro contexto  $t_j$  sse  $t_i$  acarreta  $t_k$  mas  $t_k$  não acarreta  $t_i$ . De acordo com isso, a semântica que dá mais acarretamentos é preferida.

O que nós precisamos ver agora é que princípios da semântica da TO que acabamos de esboçar de fato produzem as leituras de presente simples nas quais estamos interessados. De acordo com a proposta da seção anterior a informação semântica (**Sem**(A) nos termos de Blutner) associada com o presente simples seria  $[n \subset t]$ . Tendo assumido isso precisamos dizer como os princípios I- e Q-, como



medidas de otimalidade, e EviteAcomodação e SejaForte, como restrições, produzem as leituras corretas do presente simples. Em outras palavras, é preciso dizer como **[n ɔ t]**, **I** e **Q** produzem os valores reportivo e habitual do presente simples nas situações adequadas.

Vamos focar em como as leituras adequadas surgem e nas as relações de inferência entre as leituras e as formas de presente simples e de presente progressivos.

## 5 O PAPEL DA EVIDENCIALIDADE.

Com as condições  $[n \subset t; e \subseteq t]$ , a DRS resultante é a mesma coisa que dizer que João tem a propriedade de ser um nadador em um intervalo  $t$ . As condições não nos dizem nada mais com respeito aos detalhes. As máximas de Grice têm que tomar a representação subespecificada e levar a representações que estejam conforme nossa intuição. Antes de se fazer isso precisamos comparar as condições  $[n = t]$  e  $[n \subset t]$  com respeito a como cada uma determina o que conta como evidência para se fazer uma asserção existencial sobre um evento.

### 5.1 EVIDÊNCIA E COMPROMISSO.

Na abordagem reportiva, a contribuição do presente simples para a DRS é dizer que o momento de proferimento da sentença e a locação temporal da eventualidade (tempo de referência) são indiscerníveis temporalmente:  $[n = t]$ . Uma vez que o evento ocorre em uma sub-parte de  $t$ , ele também é uma subparte de  $n$ . Assim sendo, o sinal de igualdade é um elemento que dá ao evento um caráter dêitico: ele ancora o evento ao tempo de proferimento da sentença  $n$  como pode ser visto em (10c). Isso significa que a evidência para proferir ‘João nada’ com a definição  $[n = t]$  é a identificação dêitica da eventualidade no momento de proferimento. Logo, no estilo narrador esportivo a pergunta o que conta como evidência para o proferimento de uma sentença do presente simples é muito clara: Trata-se da identificação dêitica do evento. O fato que (10c) precisou ser bloqueada de alguma forma não muda o fato de que Esse impedimento é efetuado mediante a inserção de elementos que não modificam as conseqüências para a identificação do evento.

A abordagem que usa  $[n \subset t]$  sugere uma outra estória para o tipo de evidência que licencia uma asserção existencial sobre um evento. O ponto chave é perceber que, uma vez que a definição  $[n \subset t]$  não identifica o tempo de referência  $t$  com um elemento dêitico  $n$ , não há necessidade de dizer que a evidência para proferir uma

sentença no presente simples seja a identificação dêitica da eventualidade no momento de proferimento. A condição  $[n \subset t]$  sugere que evidência bem mais fraca pode licenciar as sentenças do presente simples.

Mas que tipo de evidência exatamente? Presuma que possa ser qualquer tipo de evidência que o proferidor aceitar como suficiente tal que qualquer evidência aceita terá peso semelhante a qualquer outro. Por exemplo, considere as três situações abaixo como evidência para se concluir que João tem a propriedade de ser uma pessoa que nada:

(39)

- a. Escutar inadvertidamente que João possui óculos de nadar;
- b. Ler no Jornal que João tem medalhas olímpicas pela modalidade de natação;
- c. Ver João nadar;

Intuitivamente essas três situações têm força diferente para licenciar a conclusão que João nada, no entanto a condição  $[n \subset t]$  implica que elas licenciam a sentença 'João nada' da mesma forma. Assim a situação em que se vê João nadando não é mais forte que os outros tipos de evidência mais indiretos.

Isso nos leva a uma consequência que é crucial: Tal qual não há diferenciação na força de vários tipos de evidência, assim também não há diferenciação entre os tipos de intervalo  $t$  em que eles ocorrem. Em particular, evidência que ocorre concomitante ao momento de proferimento da sentença tem o mesmo peso que evidência que ocorre em outros pontos no intervalo  $t$ , mesmo se for o exato evento denotado pelo VP. Isto é, em línguas como inglês e PB que têm formas gramaticais concorrentes para expressar cursividade, mesmo se a evidência for concomitante ao tempo de proferimento, as sentenças do presente simples mesmo assim não irão referir exclusivamente a esse evento.

## 5.2 EVIDÊNCIA E SEU PAPEL NO ENRIQUECIMENTO DA DRS.

Esta subseção analisa o papel da noção de ‘evidência para asseverar a existência de uma eventualidade’ na representação subespecificada do significado de sentenças com verbos no presente simples.

A importância do papel da evidência se torna mais proeminente quando se começa a pensar no tipo de enriquecimento que a DRS subespecificada precisa para produzir as leituras intuitivas do presente simples. Para ver isso, considere os seguintes tipos de cenários onde uma menina A. profere uma sentença com verbo no presente simples para fornecer informação sobre João ao seu interlocutor B, que é um menino.

**Caso 1:** O evento ao qual o verbo da sentença se refere não é testemunhado no MPS por nenhum dos dois interlocutores. Esse é basicamente o contexto de (15) que consideramos na seção anterior.

**Caso 2:** A. profere a sentença cujo verbo refere a um evento que ela e B. estão testemunhando.

Imagine que em cada caso, A. possa proferir ou que ‘João nada’ ou que ‘João bebe’; e que as contribuições dos verbos dessas sentenças às respectivas DRS sejam  $[n \subset t; e \subseteq t]$ . Perceba que enquanto ‘nadar’ é um habitualizador, ‘beber’ é um não habitualizador.

Suponha que a sentença proferida por A. seja ‘João nada’. No Caso 1, dependendo do tipo de pano-de-fundo, pode-se presumir que o evento de que A. está falando ocorreu uma vez ou mais de uma vez: a mudança do pano-de-fundo altera a preferência pela leitura de hábito ou habilidade. Mas, uma vez que ‘nadar’ está no grupo dos habitualizadores, as leituras se acarretam mutuamente. Tipicamente, será presumido que não era a leitura de ocorrência única, então o ‘João nada’ significa que tem o hábito de nadar. Mas suponha que um dos agentes tenha algum tipo de informação que o faça acreditar que João nadou uma só vez na vida. Nesse caso, ‘João nada’ tem uma leitura que diz que João sabe (é capaz

de) nadar. Por exemplo, suponha que A. e B. saibam que João é um bebê recém-nascido cujo parto ocorreu uma hora antes do momento de proferimento da sentença e que nessa ocasião João nadou.

No caso 2, dado  $[n \subset t; e \subseteq t]$ , as mesmas condições se mantêm para licenciar a leitura habitual de 'João nada'. Há também um desafio adicional que o enriquecimento da DRS tem que cumprir: o de excluir que o evento que está sendo referido é o evento testemunhado: Uma vez que os presentes simples  $[n \subset t]$  não distinguem entre os tipos de evidência que licenciam asseverar a ocorrência da eventualidade.

Agora suponha uma sentença como 'João bebe'. O predicado 'beber' é um não-habitualizador atético: sua leitura de habilidade não acarreta a leitura de hábito. Esse proferimento vai gerar os mesmos tipos de leituras em ambos os casos para seja lá que número de vezes A. e B. assumirem que o evento denotado aconteceu. Para ambos os casos e seja lá que número de vezes a eventualidade tenha ocorrido, a leitura preferencial será a de habitualidade.

Agora é necessário mostrar que os princípios **I** e **Q** e as restrições EviteAcomodação e SejaForte podem dar conta das leituras habituais para os casos que consideramos acima também que podem dar conta das relações de acarretamento entre sentenças que competem.

### 5.2.1 As Leituras de 'João nada'.

Para o **Caso 1** nós temos de dizer como as condições  $[n \subset t; e \subseteq t]$  chegam a expressar os valores corretos dependendo de quantas vezes presume-se que o evento ocorreu. E também mostrar que, para chegar à leitura reportiva marcada, pressuposições teriam de ser acomodadas, o que em consequência fariam essa a opção mais custosa. Suponha que não há informação no pano-de-fundo que faça os agentes acreditarem na existência de um único evento de nadar.

A perspectiva do proferidor é trivial nesse caso. Ela quer dizer que, no intervalo  $t$ , onde  $[e: \text{nada}(j)]$  é verdade, houve um certo número de ocorrência de eventos. Em línguas como inglês e português brasileiro, uma das instâncias relevantes de competição é entre o presente simples e perífrases progressivas. O presente simples permite a asseveração mais forte dado o objetivo comunicacional uma vez que permite  $[e \subseteq t]$  e a asserção é sobre  $t$ . Por outro lado, a DRS para ‘be+V+ing’ faz uma asserção sobre um intervalo  $t'$  que contém  $t$ , assim ‘be + V-ing’ é sempre menos informativo.

A outra competição relevante é entre ‘nadar’<sub>hábito</sub> e ‘nadar’<sub>habilidade</sub>, onde a evidencialidade tem um papel crucial.


A., a proferidora crê que os eventos denotados por ‘nadar’ são tais que, se  $x$  é um agente uma vez então pode-se presumir que ser agente desse evento é uma propriedade relevante de  $x$ . Assim, as leituras de hábito licencia inferência para a leitura de habilidade e a leitura de habilidade licencia inferência para a leitura de hábito. Suponha que A. profere ‘João nada’<sub>habilidade</sub>; ela sabe que, se B. crê que ‘nadar’ licencia inferências como as de (30), então ele vai inferir que ‘João nada’<sub>hábito</sub> e vai inferir que o evento ocorreu de tempos em tempos. Suponha que A. profere ‘João nada’<sub>habilidade</sub>; ela sabe que, se B. crê que ‘nadar’ licencia inferências como as de (30), então ele vai inferir que ‘João nada’<sub>hábito</sub> e vai inferir que o evento ocorreu de tempos em tempos. A. chega a essa conclusão pois “sabe” que, sem informação restringindo a asserção feita pelo seu proferimento da sentença a uma única ocorrência do evento, ela se torna mais forte quanto mais eventos forem presumidos de terem acontecido dentro do intervalo  $t$ . Assim, A. “sabe” que não importa se sua intenção era comunicar hábito ou habilidade, o proferimento sempre poderá dar leituras onde o evento ‘João nadar’ ocorre com uma certa frequência.

O destinatário trilha o mesmo percurso, mas ao contrário: Começando das sentenças proferidas e chegando a uma interpretação. Relevante para a natureza da progressividade defendida aqui, do ponto de vista do destinatário, escutando a sentença ‘João nada’ e sem ter evidência que é verdade que João nade no momento de proferimento da sentença, ele vai preferir a interpretação habitual à

reportiva ou à progressiva. Para interpretar ‘João nada’ como reportiva ou como progressiva nesse cenário, o destinatário B. teria de presumir que o evento foi concomitante ao momento de proferimento (isto é, acomodar pressuposições), por isso, essas interpretações seriam mais custosas.

**Caso 2.** Nesse caso, a leitura preferencial é ‘João nada’<sup>habilidade</sup>. Porque [n < t] não nos faz esperar diferenças nem entre os diferentes tipos de evidência nem entre os intervalos nos quais eles são dados, o fato de os interlocutores verem João nadar no momento de proferimento da sentença não vem a ter relevância. Mas o evento que está sendo testemunhado coloca no pano-de-fundo dos interlocutores que João nada com uma certa frequência. O verbo ‘nadar’ denota um tipo de evento que, ocorrendo uma vez se torna uma propriedade relevante de seu agente. Mas, uma vez que o conteúdo da leitura habitual já está dado, ela acaba sendo mais informativa nesse contexto.

Suponha que proferindo ‘João nada’ (no caso 2), o proferidor A. queira indicar a idéia que João tem o hábito de nadar. O evento de João nadar que A. está testemunhando no momento de proferimento da sentença é evidência suficiente para a habitualidade. Se A. quiser ser maximamente informativo com respeito a esse contexto e a suas intenções comunicativas, a alternativa seria usar a sentença progressiva ‘João está nadando’. No entanto, de qualquer maneira isso referiria ao evento de nadar testemunhado no momento de proferimento da sentença. Então, para usar ‘be+V-ing’ nessa situação e indicar a leitura habitual, A. teria de desfazer a pressuposição que tinha sido fornecida extra-linguisticamente mediante o testemunhar do evento. Assim, dado que o objetivo é indicar a leitura habitual e que nadar está sendo testemunhado, a perífrase ‘be+V-ing’ seria mais custosa. Uma vez que nesse caso habilidade e hábito licenciam inferências mutuamente, o mesmo raciocínio vale para os casos onde A. quer indicar habilidade.

Os seguintes tableaux mostram esse ponto. O ponto de vista do proferidor começa de uma interpretação e encontra a expressão que é menos custosa passando pela célula marcada SejaForte. A otimalidade é indicada por . O ponto de vista do

destinatário começa da forma lingüística e encontra uma interpretação passando pela célula EviteAcomodação. A otimalidade é indicada por ➡. Cada ponto de vista verifica que não há expressão alternativa que satisfaça o outro ponto de vista de maneira mais ótima (ver a definição de otimalidade fraca de Blutner). Os asteriscos \* indicam a opção mais custosa em relação à outra, dada a interpretação.

Formas		Evite A	SejaForte		Evite A	SejaForte
João nada.	☞ ➡					*
João está nadando.		*	*	☞ ➡		
Interpretação		Habitual			Progressivo	

Esse tableau mostra também que, nesse caso onde o evento que está sendo testemunhado, ‘João está nadando’ ganharia a competição. O proferidor A. começaria da interpretação e preferiria ‘be+V-ing’ que, devido a SejaForte, teria uma colocação mais ótima: Apesar de o presente simples considerar todos os tipos de evidência como sendo iguais, ele denota um intervalo mais curto e logo mais próximo aos seus objetivos comunicativos de falar sobre a eventualidade que ela está testemunhando. Ele calcula que B. também presume a concomitância, e que assim essa leitura recebe uma colocação melhor com respeito a EviteA: O destinatário não vai interpretar ‘João está nadando’ como habitual nesse caso pois, ignorando o evento que está testemunhando no momento de proferimento, chegará à conclusão que o evento em questão não é aquele que já está em seu pano-de-fundo. O destinatário segue o mesmo percurso em reverso. Ele escolhe o progressivo para ‘João está nadando’ porque tem uma colocação melhor com EviteA já que concomitância com o momento de proferimento é ignorado. Em seguida verifica que, se a intenção de A é falar sobre o evento de nadar, então a



perífrase ‘estar+V-ndo’ faz a asseveração mais adequada para o contexto. A interpretação progressiva então é explicada sem ser parte do conteúdo semântico de ‘be+V-ing’: Ela segue da presunção de que é dado que o evento é concomitante ao momento de proferimento da sentença.

### 5.2.2 Explicando ‘João bebe’.

Suponha que, no Caso 1, A. quer dizer que João tem o hábito de beber. Ela sabe que ‘João bebe’<sub>hábito</sub> licencia a inferência para Assim, a leitura habitual é mais forte e ganha a competição. Esse resultado também impede o proferimento de ‘João bebe’ para expressar habilidade. O destinatário faz o mesmo percurso, mas de trás para frente, partindo da sentença proferida e chegando a um resultado.

Se, devido a informação adicional, houver comprometimento com uma só ocorrência do evento, o proferimento de ‘João bebe’ será infeliz como exigido. Uma vez que, com  $[n \subset t; e \subseteq t]$  quanto mais ocorrências do evento dentro do intervalo  $t$ , mais forte a asseveração, a restrição SejaForte marcaria como menos feliz qualquer interpretação do proferimento que permitisse a conclusão de ter havido uma só ocorrência.

Agora vejamos o Caso 2. A leitura progressiva de ‘João bebe’ perde a competição para ‘João está bebendo’ pelos mesmos motivos que as sentenças com ‘nadar’: para o presente simples, não importa o tipo ou momento de evidência; ‘João está bebendo’ denota um intervalo dentro de  $t$ ; logo é mais forte para referir ao evento que está sendo testemunhado. A preferência por ‘João bebe’<sub>hábito</sub> sobre ‘John bebe’<sub>habilidade</sub> segue do mesmo raciocínio proposto para o Caso 1: nesse caso - e em contraste com proferimento de sentenças com o verbo ‘nadar’ - a habilidade de beber estava pressuposta desde o início, uma vez que se trata de um evento considerado como não-habitualizador. Isso torna a leitura habitual mais informativa.

## 6 CONCLUSÃO.

Neste capítulo, eu propus que um dos usos mais freqüentes de verbos com morfologia de presente simples em várias línguas européias – o uso habitual – pode ser explicado por raciocínios Griceanos e semântica subespecificada. A informação semântica subespecificada sugere que o que conta como evidência para se fazer uma asseveração existencial sobre eventualidades: o presente simples não permite que nenhum tipo de distinção entre os tipos de evidência que licenciam a asseveração de existência de um evento. Uma vez que a morfologia do presente simples é ambígua, a explicação oferecida aqui só pode ser vista como parcial. Restam muitos assuntos e detalhes a serem investigados. Por exemplo, a informação semântica subespecificada para o presente não exclui que a eventualidade da qual se falou possa ter ocorrido no futuro, depois do tempo de proferimento como no caso de ‘Johan schlief heute’ mencionado na primeira seção. Mas na medida em que assuntos como o licenciamento de inferências entre as diferentes leituras dos presente simples podem ser abordadas e previstas pelas idéias defendidas aqui, parece razoável esperar que possam também revelar regularidades nesses assuntos também.

## **Capítulo 3**

# **Imperfectividade em Verbos de Evento**

## 1 INTRODUÇÃO.

Este capítulo trata da relação entre a morfologia dos tempos do pretérito e a expressão de valores perfectivos e imperfectivos. A estratégia será a mesma do capítulo anterior. O foco será posto em verbos com um certo tipo de morfologia e na compreensão de quais significados surgem a partir dessa morfologia e como. Nossa atenção se restringirá aos pretéritos de verbos de evento. Os pretéritos de verbos de estado serão abordados no capítulo seguinte.

Como tinha sido mencionado, a noção de imperfectividade não tem uma definição precisa. Geralmente, as entidades gramaticais que são consideradas imperfectivas aparecem em diferentes tipos de contextos e expressam (uma mistura de) alguns dos seguintes valores: Duratividade/continuidade, contrafatorialidade e/ou genericidade (tolerância a exceções). Nas línguas românicas, a expressão de contrafatorialidade e generalizações que toleram exceções é ocasionada pelos, assim chamado, tempos do passado imperfectivo<sup>2</sup>. No entanto, como argumentarei, as formas do pretérito também expressam certos valores que são característicos da imperfectividade: Esses valores têm a ver principalmente com continuidade e, em um certo sentido, duratividade. O objetivo aqui é investigar que tipo de informação semântica cada tipo de morfologia de pretérito contribui para sentenças tal que os valores perfectivo e imperfectivo surjam para elas.

Dado esse objetivo, para pressupor o mínimo possível sobre o valor de cada tipo de morfologia, eu vou evitar tanto quanto possível usar o termo imperfectividade para o valor semântico de formas como o pretérito imperfeito do português e usar **IMPF** como um rótulo para seja lá o que ele expresse. Darei o mesmo tipo de tratamento para o termo 'perfectividade', usarei **PS** (para pretérito simples) como rótulo para seja lá qual o tipo de contribuição esse tipo de morfologia trazer para o significado das sentenças.

---

<sup>2</sup> Na verdade, as línguas românicas têm também formas subjuntivas que frequentemente aparecem com valores semelhantes aos valores do IMPF e em contextos também semelhantes. Uma vez que abordar os subjuntivos exigiria muitos desvios do objetivo colocado, eles serão deixados de lado.

Há um motivo importante para se fazer isso. A imperfectividade é comumente vista como uma mistura de valores de diferentes tipos de modalidade, assim, IMPF passou a ser visto como uma forma de pretérito com conseqüências modais. Isso leva a dizer que a semântica de formas como o pretérito imperfeito envolvem diferentes componentes onde diferentes operadores semânticos podem aparecer/interagir. Por sua vez isso faz a semântica de formas como o pretérito imperfeito mais complexas que a de formas como o pretérito perfeito.

O intento de não pressupor que os valores dos pretéritos perfeito e imperfeito sejam as noções de imperfectividade e perfectividade correntes na literatura é que isso possibilita tratá-las de maneira equivalente em sua complexidade.

Por enquanto, percebe-se que há bons motivos que recomendam dar a IMPF uma semântica não mais complexa que PS. Em primeiro lugar, apesar de IMPF parecer ser adquirido um pouco depois de PS, não aparenta trazer nenhum problema especial para o aprendizado. Além disso, através das línguas românicas, as formas historicamente relacionadas ao pretérito imperfeito são em grande parte uniforme em seus valores semânticos. Mais motivos que favorecem a complexidade semelhante serão mencionados na próxima seção.

Assim sendo, o ponto de vista que orienta este capítulo é que, uma vez que os fenômenos IMPF ocasiona são altamente uniforme translinguisticamente, eles devem ser passíveis de uma explicação não mais complexa que aquela de PS. O princípio de univocalidade em (40b) é inspirado em (40a), de Schein (2005), e expressa essa orientação.

(40)

- a. Morpheme Univocality: Um morfema, a despeito de todos os seus vários contextos morfológicos e sintáticos tem um único significado em todas as suas ocorrências.
- b. Cross-linguistic Morpheme Univocality: Em um grupo de línguas, onde morfemas historicamente relacionados partilham um conjunto de propriedades em comum, a univocalidade morfemática deve ser a hipótese nula.

O princípio em (40b) nos leva a esperar que uma explicação uniforme das várias formas em IMPF apareça nas línguas românicas seja possível. Ele fala de um conjunto de propriedades em comum, logo um assunto preliminar é mostrar que esse conjunto existe para as línguas românicas. Na medida em que existir, a expectativa de que a teoria sintático-semântica que dê conta de IMPF seja tão simples quanto a de PS está justificada.

Os exemplos usados serão quase exclusivamente do português brasileiro. Mas, novamente, objetiva-se um certo grau de universalidade na medida em que os dados considerados aqui forem semelhantes para as línguas românicas.

O resto do capítulo está organizado da seguinte maneira. A seção 2 mostra o tipo de fenômeno de formas de pretéritos imperfeitos que são comuns nas línguas românicas. A seção 3 apresenta formas lógicas para as contribuições de PS e IMPF compatíveis com a análise empírica das seções 4 e 5. A seção 6 fala das consequências da proposta feita neste capítulo e de sua relação com a imperfectividade. A última seção explica porque verbos de estado não foram considerados neste capítulo.

## 2 OS FENÔMENOS CENTRAIS.

Nesta seção apresento alguns argumentos para uma análise unificada de imperfeitos. Os dados do português brasileiro são comparados a dados de outras línguas românicas.

Apresentar uma proposta para os fenômenos centrais de formas relacionadas em um grupo de línguas exige um critério para decidir que fenômenos merecem ser chamados de "centrais" e quais não merecem. Abaixo veremos exemplos em português brasileiro de fenômenos que ocorrem em todas as línguas românicas que têm uma distinção entre formas que expressam PS e IMPF. Será defendido que são esses os fenômenos centrais. Em seguida veremos exemplos de fenômenos que não são considerados centrais.

Gama de significados em comum através das línguas. Como era o caso com os verbos na forma do presente simples, IMPF também faz surgir uma gama de significados. As seguintes sentenças do português brasileiro são exemplos de efeitos interpretacionais que a morfologia IMPF faz surgir em todas as línguas românicas em que existe. Nessas sentenças vemos a expressão de duratividade e continuidade relativa a um ponto de referência no passado (sentença **(41a)**), a expressão de contrafatorialidade (sentenças **(41c)**, **(41d)**, **(41e)**) e uma mistura de ambos os valores em **(41b)**.

(41)

- a. O Pedro fumava.
- b. Quando sua mãe saía, Pedro fumava.
- c.. A: -E se o gato te arranhasse? B: -Eu chutava ele.
- d. Vamos brincar de Guerra nas Estrelas. Eu era o Anakin. Você era o Obi-Wan.
- e. Se ele chutava essa bola, era gol.

Motivação histórica. De acordo com Mattoso (1975) e Harris & Vincent (1990), as duas formas morfológicas de pretéritos PS e IMPF das línguas românicas

modernas são descendentes de formas correlatas do latim tardio: o ‘perfectum’ e o ‘infectum’. A oposição entre essas duas formas fez surgir um contraste semelhante àquele verificado entre PS e IMPF nas românicas atuais. As formas que vieram do ‘perfectum’ são aquelas que aqui são chamadas de PS: Passé Simple (Francês), Passato Remoto (Italiano), Pretérito Perfeito (Português), pretérito perfeito (Espanhol) etc. As formas com a morfologia IMPF vêm do ‘infectum’: ‘Imparfait’(francês), ‘Imperfeto’(italiano), Pretérito Imperfeito (português e espanhol) etc.

É bem sabido que as formas PS ‘passé simple’ e ‘passato remoto’ não são coloquiais em francês e italiano. Ao invés disso, nessas línguas se expressa coloquialmente a perfectividade mediante uma forma que sintática e morfologicamente é semelhante a formas como o passado composto do português (‘tenho fumado’) e ‘present perfect’ do inglês (‘have smoked’). Na verdade, há também semelhanças semânticas entre essas formas e o ‘present perfect’. Assim sendo, considerar essas formas nos forçaria a levar em consideração a semântica dos ‘perfects’. Eu vou assumir uma proposta para a oposição PS vs. IMPF que pode ser estendida a ‘passé composé’ vs. ‘imparfait’ e contrapartes em italiano na medida em que as formas perifrástica tenham significado semelhante ao ‘passé simple’ e ao ‘passato remoto’.

#### Semelhança translingüística entre a oposição PS vs. IMPF em sentenças simples.

A oposição entre IMPF e PS faz surgir contrastes de interpretação semelhantes nas línguas românicas. Por exemplo, em todas as línguas românicas mencionadas acima a oposição entre (42) and (43) segue as linhas da explicação abaixo.

(42)

- a. O cachorro latiu.
- b. Le chien aboya.
- c. Il cane abbaiò.
- d. El perro gruniu.



(43)

- a. O cachorro latia.
- b. Le chien aboyais.
- c. Il cane abbaia.
- d. El perro grunía.

As formas PS apontam para algum evento saliente passado ou intervalo temporal nas linhas de Partee (1973) para 'I didn't turn off the stove'. Onde essas sentenças são proferidas (42) em contextos nulos, suas leituras mais intuitivas e imediatas dizem que houve um evento onde o cachorro em questão latiu. Infere-se que esse latir aconteceu em intervalo contextualmente relevante, que nessas sentenças não é explicitamente mencionado. Pode ter sido um único latido ou vários, dependendo do intervalo de tempo salientado e outros fatores.

Por outro lado, um proferimento em contexto neutro de uma das sentenças de (43) tem como leitura mais intuitiva e imediata que houve muitas situações em que o cachorro latiu. Infere-se que esse latir pode ter possivelmente ocorrido também antes, depois e talvez até concomitante a algum ponto de referência ao qual eles (os latidos) são pano-de-fundo. Se não explicitamente declarado, o ponto de referência deve ser pressuposto. Apesar de haver preferência para a leitura onde há mais de um evento de latir, isso não precisa necessariamente ser o caso. Essas sentenças podem também ser verdade onde o cachorro era fisiologicamente capaz de latir em algum intervalo perto do ponto de referência, mas de fato não latiu. Assim sendo, essas sentenças podem também ser verdadeiras quando o cachorro tiver latido uma única vez em um intervalo que contém o ponto de referência.

Como mencionado, um contraste importante entre os dois conjuntos de sentenças é que (42) pressupõe somente um tempo contextualmente relevante onde o evento relevante tenha ocorrido, mas que (43) exige só algum tipo de restrição. Uma possibilidade é que seja asseverado em relação a alguma outra eventualidade que sirva como ponto de referência. O verbo IMPF transborda o ponto de referência e assim é interpretado como a denotação de uma eventualidade cujo desenrolar foi concomitante ao da eventualidade que serve como seu ponto de referência.

Uma maneira de restringir sentenças com IMPF é mediante advérbios de localização temporal. Por exemplo, como nas seguintes sentenças onde as formas IMPF fazem generalizações sobre eventualidades.

(44)

- a. No verão, o Carlos escrevia um poema.
- b. No verão, o Carlos nadava na lagoa.
- c. No verão, o Carlos chegava na Pedra da Gávea.
- d. No verão, o Carlos sabia das notícias pelo rádio.

Semelhança na distribuição. Em termos aproximados e intuitivos, PS dá aos verbos aos quais se aplica propriedades eventivas ao passo que IMPF os dá propriedades estativas. Apesar de as contribuições para sentenças serem diferentes, os dois marcadores morfológicos têm a mesma distribuição em sentenças simples: A variação da classe verbal do verbo ao qual a morfologia PS ou IMPF se aplica não irá revelar restrições de ocorrência ou infelicidade de sentença. Isso é mostrado em (44) e (45).

(45)

- a. O Carlos escreveu um poema.
- b. O Carlos nadou na lagoa.
- c. O Carlos chegou na Pedra da Gávea.
- d. O Carlos soube das notícias pelo rádio.

Como dito anteriormente este capítulo vai se concentrar nos pretéritos dos verbos de evento. Por isso, nesta seção, poucos exemplos de verbos de estados foram dados. O motivo para isso é que verbos de estado trazem questões que precisam ser tratadas separadamente. Isso será mostrado na última seção do capítulo. Os verbos de estado serão o assunto do próximo capítulo.

Os fenômenos mostrados aqui com sentenças do português brasileiro se estendem de maneira geral ao francês, italiano e espanhol. No entanto, diferenças entre as línguas podem surgir dependendo das construções gramaticais com as quais IMPF interage. Assim, há vários tipos de fenômenos que não podem ser considerados

centrais. Aqui serão considerados como fenômenos centrais a IMPF os aspectos temporais mostrados na oposição entre as sentenças (44) e (45). Os fenômenos não centrais de IMPF não estão no alvo desta investigação. Apesar de a proposta da semântica de IMPF ser destinada a eventualmente poder lidar também com esses casos não centrais, dar conta deles envolveria desvios na argumentação para lidar com a semântica de diferentes tipos de modalidade, condicionais etc. Excluindo os fenômenos não centrais, teremos uma hipótese para explicar, em trabalhos futuros, os usos mais idiossincráticos de IMPG que aparecem em (41) e (46).

Por exemplo, IMPF em modais de habilidade e/ou possibilidade levam a diferentes tipos de leituras entre as línguas. Compare as seguintes sentenças com modais deonticos em português brasileiro e francês (as sentenças são de Hacquard (2006)).

(46)

- a. Kitty devait faire ses devoirs, et elle les a fait.  
Kitty devia fazer suas tarefas de casa, e ela fez.
- b. Kitty devait faire ses devoirs, et elle ne les a pas fait.  
Kitty devia fazer suas tarefas de casa, mas não fez.
- c. ?A Kitty devia fazer a tarefa, e ela fez.
- d. ?A Kitty devia fazer a tarefa, e ela não fez.
- e. ?A Kitty devia fazer a tarefa, e ela fez.

Em francês as sentenças IMPF marcam que Kitty tinha uma obrigação no passado. Nas sentenças correspondentes em português brasileiro, o marcador IMPF marca uma obrigação presente. Note que há diferenças nos sistemas modais das duas línguas de onde essas diferenças surgem, por hipótese. Por exemplo, o ‘pouvoir’ do francês e o ‘poder’ do português brasileiro fazem surgir leituras que expressam possibilidade e habilidade de maneiras diferentes. É plausível que essas diferenças estejam nos próprios modais. Mas esse não parece ser o caso com o ‘devoir’ e ‘dever’ que têm comportamento consistentemente semelhante com respeito ao tipo de modalidade que expressam.

### 3 SEMÂNTICA DE IMPF e PS.

Nesta seção apresento a proposta para como PS e IMPF contribuem para a forma lógica de sentenças onde aparecem e comento como essas contribuições dão conta de fenômenos empíricos. Os fenômenos empíricos em si serão apresentados nas próximas seções.

A proposta não contém nada que a torne problemática do ponto de vista sintático. Logo, o foco da exposição ficará em como PS e IMPF contribuem para a forma lógica das sentenças e muito pouco será dito sobre a sintaxe. A morfologia de pretérito em línguas como inglês e português brasileiro trazem informação sobre tempo e aspecto. Uma maneira de codificar essa informação sintaticamente é assumir um INFL cindido como no capítulo 1 onde o núcleo aspectual (que projeta AspP) toma predicados de evento como argumentos e os mapeia a intervalos temporais; no próximo nível sintático superior, esses intervalos temporais são mapeados em intervalos temporais relativos ao tempo de proferimento da eventualidade por um núcleo temporal (que projeta TP).

Uma vez que tanto PS e IMPF são pretéritos, nós não precisamos nos preocupar com informação temporal. Assumiremos que o mapeamento se dê nas linhas de Kratzer (1998) e ignorar daqui para frente que:

(47) PRETÉRITO só é definido se o contexto do proferimento da sentença em que aparece fornecer um intervalo  $t$  anterior ao tempo de proferimento. Quando definido, PRETÉRITO =  $t$ .

Também importante é que o intervalo  $t$  que ocorre em (47) será chamado ou de 'locação temporal do evento' ou 'tempo de referência', no entanto conceptualmente será compreendido como a noção de 'topic time' de Klein (1993). Ou seja, entende-se que  $t$  seja o tempo de ocorrência de uma eventualidade para a qual a sentença faz uma asseveração. Relevantemente, isso não corresponde necessariamente à ocorrência da eventualidade em si.

Dada informação de tempo (tense), propõe-se que a informação aspectual trazida por PS seja como a seguir:

$$(48) \text{ PS : } \forall Y [e \subseteq t \rightarrow \forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i))]$$

Mediante essa forma lógica, PS introduz uma relação de inclusão entre a eventualidade. Seu intervalo de localização temporal diz que, se o evento está incluso nesse intervalo, então qualquer relação que valha entre a eventualidade e suas subeventualidades têm uma relação correspondente àquela entre o intervalo de localização sobre o qual a sentença faz uma asseveração e seus subintervalos<sup>3</sup>. Por ser um condicional, (48) é verdadeiro nos casos onde a eventualidade é uma parte da localização temporal, mas também nos casos onde a eventualidade transborda essa localização temporal. Assim ela permite que PS expresse também que a eventualidade transborde o tempo de localização. Isso produz um valor semântico que é tipicamente associado com a imperfectividade.

Os casos onde PS expressa perfectividade serão aqueles em que o antecedente e o conseqüente de sua forma lógica são verdadeiros. Nesses casos, de maneira esperada, a forma lógica (48) passa o que parece ser a exigência mínima para ser a informação semântica trazida por PS: Ela força PS a dizer que a eventualidade não é verdadeira para o momento de proferimento da sentença. Isso é conseqüência da informação  $[t < n]$  fornecida pela informação temporal (tense) e por  $[e \subseteq t]$ : Uma vez que o intervalo sobre o qual a sentença faz uma asseveração é anterior ao tempo de proferimento da sentença e a eventualidade é um subconjunto desse intervalo, tem de ser que o evento não é verdadeiro para o tempo de proferimento. Isso permite capturar que as sentenças PS com predicados de atividade, por exemplo, ‘correr’, ainda produzem progressão narrativa a despeito de denotarem eventos atéticos, desprovidos de pontos finais inerentes. Nesses casos, pela verdade do conseqüente da forma lógica, a estrutura do intervalo temporal  $t$  e a estrutura do evento serão isomórficas. Toda relação entre a eventualidade denotada e suas subeventualidade terão uma relação

<sup>3</sup> Para concretude, poderia ser assumido que as relações  $Y$  sejam expressas na linguagem de Kamp para o domínio de eventualidades onde  $P(x, y)$  e  $O(x, y)$  são predicados primitivos para: ‘ $x$  precedes  $y$ ’ e ‘ $x$  overlaps with  $y$ ’

correspondente entre o intervalo temporal onde a eventualidade ocorre e seus subintervalos.

Como foi dito, uma vez que (48) é um condicional, é verdadeiro nos casos onde a eventualidade não é um subconjunto do intervalo de localização temporal (ou seja, nos casos onde  $[e \subseteq t]$  é falso) e o conseqüente é verdadeiro. Isso faz PS compatível com os casos onde a eventualidade transborda o tempo de referência. Como será visto abaixo, isso parece ser uma necessidade empírica (veja as próximas seções onde sentenças PS licenciam inferências do tipo / $\text{CEVMPS}$ /). É também verdadeira quando o conseqüente e o antecedente são falsos. Isto é, quando a eventualidade transborda o tempo de proferimento e nem toda relação entre a eventualidade observada e suas subeventualidades têm uma relação correspondente no domínio temporal entre  $t$  e seus subintervalos. Nos casos onde o antecedente é falso, isso vai permitir que a inferência que a eventualidade denotada possa ainda ser verdadeira no momento no qual a sentença com verbo PS é proferida.

Nesse último caso, uma vez que o conseqüente é falso, nem toda relação entre as eventualidades e respectivas subeventualidades valem para o intervalo de localização temporal e seus subintervalos. Para essas sentenças pode ser o caso que a eventualidade que a sentença denota e o intervalo temporal sobre o qual alguma coisa é asseverada não são isomórficos. Por hipótese, é esse conflito entre os dois domínios o que faz surgir os efeitos modais associados à imperfectividade. Apesar de PS também poder expressar esses valores se algum contexto assim exigir, IMPF, devido ao conseqüente precedido de negação, é mais bem talhado para expressar tais valores. IMPF jamais expressa perfectividade.

Como dito na seção anterior, a semântica proposta para IMPF varia minimamente daquela de PS: o conseqüente de seu condicional é precedido de negação. O resultado é que verbos IMPF dizem que nem todas as relações entre eventos e subeventos têm análogos entre intervalos de localizações temporais e seus subintervalos se é o caso que  $[e \subseteq t]$ .

(49) IMPF:  $\forall Y [e \subseteq t \rightarrow \neg \forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i))]$

Disso vêm algumas conseqüências importantes. Como vimos acima, assume-se comumente que verbos IMPF têm propriedade estativas. Quando IMPF se aplica a verbos não-estativos essas características tem de ser dadas explicitamente pela informação semântica trazida pela morfologia, o que é o mesmo que dizer que IMPF deve mudar a relação  $[e \subseteq t]$ . Uma vez que é um condicional, a forma lógica permite que as característica estativas de IMPF sejam obtidas sem que a relação  $[e \subseteq t]$  tenha de ser mudada.

Recorde-se que características estativas significam que eventualidades transbordam o tempo de referência. Observe agora que a forma lógica para IMPF será falsa somente se: A eventualidade é um subconjunto do intervalo de localização temporal e, além disso, intervalo e eventualidade sejam isomórficos. E será verdade em ambos os seguintes casos: A eventualidade não é um subconjunto do intervalo de localização temporal nem, tampouco, intervalo e eventualidade são isomórficos. Assim sendo, a maior parte das avaliações que fazem a forma lógica de IMPF verdadeira transbordam seu tempo de referência: Não há necessidade de estipular que o marcador modifica a ontologia da eventualidade que é seu argumento. A compatibilidade com os outros casos onde a eventualidade não transborda a localização temporal será motivada nas próximas seções: Sentenças IMPF nas línguas românicas são compatíveis com progressão narrativa, o que exige que  $[e \subseteq t]$  valha.

Perceba também que a maior parte das avaliações que fazem a forma lógica de IMPF verdadeiras têm um conflito entre estrutura temporal e de eventualidade:  $\forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i))$  é falsa. Isso reflete o fato de ser a forma preferível para expressar leituras modais: Aquelas nas quais a eventualidade denotada não acontecem no intervalo sobre o qual a sentença faz uma asseveração.

As próximas seções tratarão dos dados empíricos que levaram a essa proposta.

## 4 INFERÊNCIAS COM RESPEITO AO MPS.

Como dito na introdução, um dos objetivos deste capítulo é investigar a relação entre a expressão de imperfectividade e a contribuição semântica de IMPF e a morfologia PS. Logo, é importante permanecer aberto à possibilidade de duas formas morfológicas não determinarem o valor dos verbos como sendo perfectivos ou imperfectivos. Isso é, queremos saber se (algum d)os três valores associados à imperfectividade são sempre associados a IMPF ou se podem também ser expressos por PS. Queremos perguntar:

- É possível que verbos PS não sejam sempre perfectivos? e
- É possível que verbos IMPF não sejam sempre imperfectivos?

Que aspecto da noção de imperfectividade deve nos interessar para responder a essa pergunta? Há muitas propostas para as formas lógicas da perfectividade e imperfectividade. Uma que tem sido influente foi proposta por Kratzer(1998) a partir de idéias de W. Klein.

(50) Aspectos de Klein-Kratzer

a.  $\exists e_1 (t \subset \text{time}(e) \ \& \ P(e)(w) = 1)$

Imperfectividade : o tempo de referência está incluso no tempo de evento.

b.  $\exists e_1 (t(e) \subset t \ \& \ P(e)(w) = 1)$

Perfectividade: o tempo do evento está incluso no tempo de referência.

Nessas definições, a distinção entre imperfectividade e perfectividade é devido ao fato de a eventualidade descrita estar incluso no tempo de referência ou de ser incluso por ele, respectivamente. Esse elemento de imperfectividade está presente em todas as teorias das quais tenho conhecimento. É o elemento no qual vamos estar interessados pelo momento.

Uma consequência da intuição subjacente a (50) é a possibilidade de as formas imperfectivas dos verbos licenciar a inferência que a eventualidade pode transbordar seu tempo de referência. Assim, sentenças imperfectivas deveriam ser



compatíveis com ambos os tipos de inferências: (i) que a eventualidade descrita é verdadeira no momento de proferimento; (ii) que a eventualidade descrita cessou de ser verdadeira no momento de referência.

Em contraste, as formas perfectivas devem ser compatíveis somente com (ii). Como PS e IMPF se comportam em relação a essa previsão? No que segue, os verbos de cada uma das classes de Vendler serão testados com respeito a possibilidade de a eventualidade denotada ser ou não verdadeira no momento de proferimento da sentença. Os casos onde tanto a inferência (i) quanto a inferência (ii) são licenciadas serão chamados de esquema /CEVMPS/, onde EVMPS abrevia evento verdadeiro no momento de proferimento da sentença: com verbos que têm esse esquema só é possível saber se a eventualidade asseverada pela sentença é verdadeira ou não no momento de seu proferimento se houver informação explícita sobre isso. Por exemplo, algum sintagma ou oração dizendo alguma coisa como ‘...mas já não VERBO’ ou ‘...e ainda VERBO’ licencia a inferência adequada para o qual a oração principal será subespecificada. Os casos em que só a inferência (ii) é licenciada serão chamados de ‘inferência /-EVMPS/, isso será o caso quando só frases ou sentenças como ‘...mas não VERBO mais’ forem licenciadas.

Dado o nosso interesse na possibilidade de PS e IMPF não determinarem seus valores de perfectividade e imperfectividade, as formas PS e IMPF de cada uma das classes verbais serão testadas com adverbiais que favorecem ou leituras durativas ou leituras não-durativas. Perceba que a noção de duratividade no sentido assumido aqui não é uma noção gramatical como será clarificado abaixo.

Os seguintes conjuntos de sentenças mostram que ‘accomplishments’ na forma PS têm diferentes comportamentos de acordo com os traços aspectuais forçados pelos advérbios. Com advérbios de localização temporal que favorecem leituras terminativas, como ‘ontem’, as formas verbais PS são infelizes quando a continuação da sentença exigir que a eventualidade seja verdadeira no momento de proferimento; por exemplo, a continuação ‘...e ainda está’. Mas elas são felizes com continuações que exigem que a eventualidade tenha cessado de ser verdadeira no momento de proferimento da sentença; por exemplo, a continuação ‘...mas agora não está mais’. Esse é o caso com as seguintes sentenças. Em todas

elas as continuações que asseveram que o evento de comer a maçã é verdadeiro no momento de proferimento da sentença são infelizes.

(51) Ontem de tarde, o general comeu uma maçã ...

a. ?...e ele ainda está comendo.

b. ...ele já terminou de comer.

No entanto, o esquema de inferência /-EVMPS/ não é licenciado quando o advérbio de localização temporal denota um intervalo que é longo em relação à eventualidade denotada. Nesses casos o advérbio favorece as leituras durativas e a sentença pode também ser lida como se denotasse uma eventualidade não delimitada (inglês, ‘unbounded’) a despeito da telicidade do predicado de evento. Veja, por exemplo, a sentença seguinte que é compatível com as continuações (a) e (b) devido ao advérbio ‘ano passado’:

(52) O ano passado, o general comeu uma maçã antes do hasteamento da bandeira

a. ...e ele ainda está comendo.

b. ...mas ele não faz mas isso.

As localizações temporais ‘ontem’ e ‘ano passado’ são diferentes somente quanto às suas extensões. Logo esta traz a expectativa de que muitas ocorrências da eventualidade ocorram dentro de seus limites. Por outro lado ‘ontem’ por ser relativamente curto traz a expectativa de que o proferimento seja sobre um evento em particular. Crucialmente, nem uma nem outra determinam duratividade ou não-duratividade.

Mais uma nota sobre esse caso. Poder-se-ia argumentar que o que permite a diferença entre sentenças com ‘ontem’ e ‘ano passado’ é que esta sugere um número definido de ocorrências enquanto aquela sugere um número indefinido. Assim, uma vez que a definitude de número tem algum papel naquilo que Verkuyl (1993) chamou de aspectualidade interna, poderia ser o caso que ela determinasse a diferença entre (51) e (52). No entanto, as seguintes sentenças mostram que não determina. Em (53), apesar de o número de discursos não ser explícito, pode ser

tomado como implícito que houve um número definido de discursos. Ainda assim, apesar do número implicitamente definido, o esquema de inferência é o de (52). Além disso, nota-se que o tipo de inferência onde o fato asseverado (na sentença) é verdadeiro no momento de proferimento e o tipo onde não é verdadeiro é independente de quanto do segundo mandato de Lula teria passado e de se os discursos foram os mesmos que no primeiro mandato. Um fato semelhante se dá com (54).

(53) No primeiro mandato, os discursos que o Lula fez foram longos...

- a. ... e continuam sendo longos no segundo mandato.
- b. ... mas agora são breves.

(54) No primeiro mandato, o Lula cometeu muitas gafes...

- a. ... e continua cometendo no segundo.
- b. ... agora não comete mais.

Vejamos agora predicados de atividade onde será observado comportamento semelhante a despeito da ausência de telicidade. Essa ausência de ponto de telicidade, no entanto, não impede que a eventualidade descrita seja contida no intervalo de referência.

(55) Ontem de tarde, o general nadou na Praia Vermelha...

- a. ?...e ele ainda está nadando.
- b. ... agora ele nada na piscina.

(56) Ano passado, o general nadou na Praia Vermelha...

- a. ...e ele ainda está nadando.
- b. ... agora ele nada na piscina.

No próximo grupo de sentenças veremos as formas IMPF de accomplishments e achievements. Nas sentenças onde o advérbio 'ontem' favorece uma interpretação onde há um número constante de eventualidades, são infelizes as continuações que licenciam a inferência que a eventualidade permanece verdadeira no momento de proferimento da sentença.

(57) Ontem de tarde, o general comia uma maçã no hasteamento da bandeira.

- a. ?...e ele ainda está comendo.
- b. ...mas ele não faz mas isso.

O caso com verbos de atividade é semelhante:

(58) Ontem de tarde, o general nadava na Praia Vermelha no hasteamento da bandeira...

- a. ?...e ele ainda está nadando.
- b. ...mas ele já parou.

Note que há uma tendência a julgar essas sentenças como marcadas. Para nossos fins, basta que, na medida em que (57) e (58) sejam interpretadas o esquema de inferência /*CEVMPS*/ valha para elas.

O grupo de sentenças seguinte mostra que as formas IMPF de accomplishment são felizes com continuações que licenciam: ou que a eventualidade descrita ainda é verdadeira para o momento de proferimento ou com continuações onde já deixaram de ser.

(59) No ano passado, o general comia uma maçã durante o hasteamento da bandeira.

- a. ...e ele ainda come.
- b. ...mas ele não faz mas isso.

Os verbos de atividade licenciam o mesmo tipo de esquema.

(60) No ano passado, o general nadava na Praia Vermelha...

- a. ...e ele ainda nada.
- b. ...mas ele não faz mas isso.

#### 4.1 ACHIEVEMENTS.

O caso dos achievements exige um pouco mais de cuidado para avaliar. Na forma PS eles são infelizes com ambos os tipos de continuação.

(61) Ontem de tarde, o general chegou no topo do Aconcágua...

- a. ? ...e ele ainda está chegando.
- b. ? ...agora ele não está mais chegando.

A sentença da continuação em **(61a)** é estranha, pois, sua felicidade exige vários eventos de escalar e atingir o cume: essa é a leitura que ainda não excluimos por enquanto. Semelhantemente para as continuações das sentenças negativas **(61b)**.

Mas, faz sentido dizer que sentenças com verbos de achievements não licencia nenhuma inferência com respeito a se a eventualidade é ou não é verdadeira no proferimento da sentença? Certamente não. Intuitivamente queremos dizer que o evento de chegar não é mais verdadeiro no momento de proferimento quando a sentença (que assevera que um dado evento ocupa um intervalo curto de tempo) está no pretérito: isto é, se é verdade que o general alcançou o cume do Aconcágua ontem, então esse evento de alcançar o cume nessa mesma escalada não é verdade sobre hoje. Devemos depender só de intuição? E, também, isso compromete os testes usados nesta seção?

Parece que uma abordagem onde há argumento de eventos na estrutura argumental pode oferecer respostas a essas perguntas. Especificamente, pode mostrar que a estranheza de **(61b)** se deve a fatores independentes. O VP 'chegou no topo do Aconcágua' é representado semanticamente como  $V(e, e')$ . Ele tem uma parte correspondente ao desenvolvimento **e** que serve como pano de fundo. Conseqüentemente só se assevera a existência do evento  $e'$ . Suponha que se explique da seguinte maneira o fato de **e** ficar como pano de fundo. Eventualidades como 'chegar em x' e 'alcançar y' carregam pressuposições de pontualidade, uma noção que pode ser compreendida informalmente como a ocupação por uma eventualidade do menor intervalo temporal que se possa conceber. Também, verbos como 'chegar' carregam uma pressuposição semântica que diz que são só

definidos para o evento que corresponde ao telos de sua estrutura argumental. Note que pontualidade não é telicidade: esta diz respeito a eventos, aquela diz respeito a tempo. A continuação **(61b)** tem um verbo na forma progressiva que é um das maneiras pelas quais a imperfectividade se manifesta. Assim, ela carrega a informação que o evento transborda o tempo de referência. Por si só, essa exigência não contradiz a pressuposição semântica de ser definido somente para o telos. É possível que uma eventualidade transborde o tempo de referência e seja ainda o ponto télico. Pois, não sendo uma noção temporal, o telos não precisa ser pontual:

(62)

- a. A Sétima Cavalaria chegou no nosso vilarejo há uma hora e levou 15 minutos para terminar de chegar.
- b. A noção de ‘seleção natural’ ocorreu a Darwin num período de 30 anos.

Mas, diferente desses exemplos, os tipos de entidade a que a sentenças de **(61)** continuada por **(61b)** sugerem pontualidade assim como telicidade do evento. Assim, a única maneira pela qual a eventualidade de **(61b)** poderia transbordar o tempo de referência é se ela estivesse em conflito com a presunção de que é pontual o evento de o general chegar ao cume da montanha ontem. Esse tipo de conflito não ocorre com accomplishments como ‘comer uma maçã’ porque tanto seu desenvolvimento quanto seu telos são asseverados. Assim, uma continuação como **(51b)** permitem tanto que o todo o evento  $V(e, e')$  referido pela eventualidade ou só  $V(e, .)$  transbordem o tempo de referência.

Se essa explicação estiver no caminho certo, então a estranheza de **(61b)** se deve tão somente ao fato de ser concebida como pontual ao passo que a estranheza de **(61a)** se deve ao fato de o telos ser representado na estrutura argumental. Assim, para nossos fins, não há problema em afirmar que **(61)** se assemelhe a **(51a)**.

As coisas são bem mais simples quando eventos que são achievements ocorrem em sentenças com advérbios que favorecem uma leitura durativa da eventualidade. Assim como foi o caso para os accomplishments e atividades, as sentenças acima

permitem inferências do tipo /ŒVMPS/: ambos os tipos de inferências com respeito ao momento de proferimento da sentença são possíveis.

(63) O ano passado, o general chegou no topo do Aconcágua...

- a. ...e ele ainda está chegando.
- b. ...agora ele não está mais chegando.

Com respeito às formas IMPF, como foi o caso dos accomplishments, elas são felizes com ambos os tipos de continuações. Para que a sentença seja feliz, basta que o complemento do predicado de achievement permita repetição. Por exemplo, no próximo grupo de sentenças o general deve ter como hobby escalar uma só montanha, o Aconcágua.

(64) Ano passado, o general chegava no topo do Aconcágua...

- a. ...e ele ainda está chegando.
- b. ...agora ele não está mais chegando.

## 4.2 CONCLUSÃO.

No início desta subseção as perguntas eram: ‘é possível que verbos PS não sejam sempre perfectivos?’; e ‘é possível que verbos IMPF não sejam sempre imperfectivos?’. Testando PS e IMPF com respeito aos dois esquemas de inferência mostrou que é possível que verbos PS licenciem o esquema de inferência /ŒVMPS/ que esperamos de IMPF.

Para isso, basta que a sentença com o verbo PS seja interpretada durativamente: Isto é, PS terá o esquema de inferência /ŒVMPS/ sempre que a sentença for interpretada como durativa. Note que estou usando duratividade como uma noção puramente intuitiva.

E que, como já foi ressaltado, duratividade não é perfectividade. A diferença entre ‘ontem de tarde’ e ‘ano passado’ diz respeito tão somente a quantidade tempo.

Gramaticalmente, esperaríamos que elas fossem a mesma coisa: Predicados que tomam como argumentos o intervalo de localização temporal. Assim nós esperamos  $[e \subseteq \text{ONTEM DE TARDE}(t)]$  e  $[e \subseteq \text{ANO PASSADO}(t)]$ . Pode-se dar conta dessa leitura mantendo o PS compatível com o transbordamento do tempo de referência como sugere (48).

É perfeitamente possível que ontem tenham havido muitos hasteamentos da bandeira e que, por isso, uma sentença como (51a) refere a muitos eventos de comer maçã tendo por agente o general ou que ano passado tenha havido um único hasteamento tal que (52a) refira só a um evento de comer maçã. Como mostram (53) e (54) o licenciamento de diferentes esquemas de inferências é independente da determinação do número de ocorrências.

O que importa é se  $[e \subseteq t]$  é verdade ou não: se for, então o esquema /-EVMPS/ deve valer. Como dito, espera-se que  $[e \subseteq t]$  seja verdade a despeito do advérbio que aparece na sentença. Mas, por outro lado, nós observamos empiricamente que o esquema /CEVMPS/ de inferência às vezes vale para sentenças com PS. Logo, essa possibilidade deve ser prevista pela forma lógica. E essa predição tem que lidar com a seguinte complicação: Ela tem de explicar como uma eventualidade contida em um intervalo que está no passado (devido à informação contribuída pelo tempo verbal (tense)  $[n < t]$ ) pode continuar valendo no momento de proferimento da sentença.

Por (48), o esquema de inferência /CEVMPS/ é previsto por PS porque permite o caso onde a eventualidade não está contida na localização temporal sobre a qual a sentença assevera. Nesses casos, o conseqüente  $(\forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t: (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i)))$  será verdadeiro. Assim, o evento pode continuar tendo uma estrutura isomórfica a estrutura do intervalo temporal, mas não precisa estar contida nele; isso, por sua vez, licencia o esquema de inferência /CEVMPS/. Por (48), o ingrediente principal de PS é que ele dá à eventualidade uma estrutura isomórfica a intervalos temporais. Uma simples inspeção das tabelas de verdade dos condicionais mostra que isso se dá de fato.



Se agora, consoante a intuição subjacente a (50) identificarmos o esquema de inferência / $\text{\textit{CEVMPS}}$ / com a noção de imperfectividade e o esquema / $\text{\textit{EVMPS}}$ / de inferência com a noção de perfectividade, teremos como resultado que PS é compatível com ambos os tipos de valores aspectuais. Por outro lado, teremos que só IMPF é compatível com a imperfectividade uma vez que para que (49) seja verdade: ou (i)  $[e \subseteq t]$  é verdade e  $(\forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t: (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i)))$  é falso, o que significa que a estrutura do evento pode ser diferente da estrutura do intervalo temporal; ou (ii)  $[e \subseteq t]$  é falso e  $(\forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t: (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i)))$  é verdadeiro, o que significa que o evento tem uma estrutura isomórfica a do intervalo onde ocorre, mas não está contida nele.

## 5 DISCURSOS E ORAÇÕES COM ‘QUANDO’.

Um dos argumentos para a existência de fenômenos centrais era que IMPF pode se aplicar aos mesmos verbos que PS. Isso sugere – como a seção anterior também o fez – que a contribuição de cada marcador morfológico para as sentenças é insensível a classes verbais. Ou, em outras palavras, sugere que a semântica de IMPF e de PS é independente da configuração dos eventos na estrutura argumental dos predicados verbais. Porém, a inspeção mais detida mostra que essa sugestão não se perfaz: Na verdade, só IMPF é independente da estrutura argumental enquanto PS por outro lado é sensível a ela: Quando nos detemos na análise de inferências diferentes daquelas que consideramos na seção anterior, então classes aspectuais se tornam um fator no licenciamento de sentenças PS, enquanto IMPF permanece insensível a elas.

Mas por que deveríamos nos interessar pela sensibilidade ou não de PS e IMPF a estrutura argumental? Lembre-se que estamos procurando os fenômenos centrais para deduzir afirmativas sobre a contribuição exata de IMPF e como esse marcador determina os valores associados à imperfectividade. Logo, devemos nos interessar pela possibilidade de parte do que identificamos como imperfectividade ser devido não à semântica de IMPF, mas à própria estrutura argumental do predicado.

Mas, por que tipo de inferências devemos nos interessar? A distinção entre perfectividade e imperfectividade como dado por (50) sugere que perfectividade e imperfectividade sejam diferentes com respeito a progressão narrativa.

Por isso, continuando a estratégia da seção anterior, o objetivo desta seção será verificar o comportamento de PS e IMPF com respeito a progressão narrativa fazendo perguntas semelhantes àsquelas feitas na seção anterior. Especificamente:

- O PS determina a progressão narrativa?
- IMPF determina pano-de-fundo narrativo?

Uma vez que estamos interessados em separar a contribuição da morfologia da contribuição de predicados verbais primitivos (isto é, desprovidos de morfologia), continuaremos a estratégia de focar sobre cada uma das classes de Vendler separadamente. Os tipos de ambientes lingüísticos que nos interessam são sentenças com orações subordinadas adverbiais temporais e também em pequenas seqüências discursivas. Particularmente, focaremos sobre fenômenos de seqüência de eventos.

Uma vez que o meu interesse em ‘quando’ é simplesmente instrumental para separar os fenômenos centrais dos fenômenos não-centrais de PS e de IMPF, não vou lidar com detalhes da semântica desses tipos de sentença, ver Bonomi (1997), Ferreira (2005).

### 5.1 ORAÇÕES SUBORDINADAS TEMPORAIS.

Começando com (65) onde ambos os verbos têm morfologia PS:

(65) Ontem, quando o cabo hasteou a bandeira,...

- a. ...o general comeu uma maçã.
- b. ...o general sambou...
- c. ...o general chegou no topo do Aconcágua.

Analisando (65a) percebe-se que permite inferir que os eventos aconteceram em algum tipo de seqüência. Ou melhor, em uma seqüência bastante específica, que aqui será chamada de ‘leitura de eventos-em-ordem’: ela diz que o evento na oração principal acontece depois do evento da oração subordinada adverbial temporal. Por isso, nos casos acima, temos que primeiro o cabo levanta a bandeira e depois que o general come a maçã / dança / alcança o pico do Aconcágua.

As inferências licenciadas por (65b) com respeito a leitura de eventos-em-ordem são semelhantes àsquelas de (65a) exceto que: devido a atelicidade do evento do

tipo V(e), o verbo ‘nadou’ não faz exigências com respeito a quanto o general nadou ou deixou de nadar.

Quanto à sentença **(65c)**, a inferência que ela licencia com respeito a como é a seqüência de eventos é diferente. Ela permite uma leitura onde o evento da oração subordinada adverbial temporal e o evento da oração principal acontecem no mesmo intervalo temporal. Para explicar essa possibilidade de leitura pode-se apelar para a mesma argumentação que explicou a infelicidade de **(61)** como decorrência dos eventos implícitos na estrutura argumental do verbo.

Vejamos agora as orações subordinadas temporais com respeito aos esquemas /  $\text{OEVMP}$  / e /  $\text{EVMPS}$  / de inferência. Com adverbiais que favorecem duratividade, as orações subordinadas com ‘quando’ licenciam o que vamos chamar aqui de leituras ‘sempre que x, y’: Eles dizem que há somente um tipo de regularidade entre a ocorrência do evento a que refere a oração com ‘quando’ e a ocorrência do evento referido pela oração principal.

(66) Ano passado, quando o cabo hasteou a bandeira,...

- a. ...o general comeu uma maçã.
- b. ...o general sambou.
- c. ...o general chegou no topo do Aconcágua.

A regularidade entre eventos será tipicamente seu pareamento um a um. Um detalhe importante de se ressaltar é que esse pareamento é efeito da contribuição de ‘quando’: como mostra a próxima seção, ao suprimir o ‘quando’ e transformar **(66)** em um pequeno discurso narrativo, a leitura do tipo ‘sempre que x, y’ também é suprimida – no entanto a possibilidade da leitura durativa de PS permanece. Logo, essa regularidade não faz parte daquelas que chamamos de centrais a oposição PS vs. IMPF, ao invés disso, ela surge a partir da interação de fenômenos centrais com a semântica de ‘quando’.

A diferença crucial entre a leitura onde há um número determinado de eventos e a leitura do tipo ‘sempre que x, y’ diz respeito ao esquema de inferência que cada uma delas licencia. Quando a sentença é lida como denotadora de um número

determinado de ocorrência de eventos só o esquema de inferência /-EVMPS/ é licenciado. Já a leitura do tipo ‘sempre que x, y’ só o esquema /ÆVMPS/ é licenciado. Em outras palavras, se (65a) diz que o general comeu uma certa maçã depois de um certo hasteamento da bandeira, então no momento de proferimento da sentença o general já acabou de comer a maçã.

Por outro lado, se (66a) diz que (em algum intervalo contextualmente saliente) o general comeu uma maçã (ou comeu daquela maçã) depois de cada hasteamento da bandeira, então é possível que, no momento do proferimento da sentença, o general ainda esteja comendo uma maçã (ou daquela maçã) durante cada hasteamento da bandeira.

(67) Ontem, quando o cabo hasteou a bandeira, o general comeu uma maçã...

- a. ?... e ele ainda está comendo.
- b. ...e ele demorou muito para terminar.

(68) No ano passado, quando o cabo hasteou a bandeira, o general comeu uma maçã...

- a. ...e ele continua a fazer isso.
- b. ...mas ele não faz mais isso.

É fácil verificar que as inferências passam como esperado para as outras duas classes de Vendler.

Nós chegamos agora às sentenças onde tanto a oração principal e a subordinada têm verbos imperfectivos. Uma vez que estamos lidando com IMPF, a leitura mais natural para essas sentenças é a do tipo ‘sempre que x, y’.

(69) No ano passado, quando o cabo hasteava a bandeira...

- a. ...o general comia uma maçã.
- b. ...o general sambava.
- c. ...o general chegava no topo do Aconcágua.

É importante notar que a leitura do tipo ‘sempre que x, y’ de sentenças com orações subordinadas adverbiais temporais permite o mesmo tipo de inferência sobre a seqüência de eventos que as sentenças correspondentes com verbos no PS. Em outras palavras, licenciam a leitura de eventos-em-ordem: o evento descrito na oração principal acontece na seqüência do evento descrito na subordinada temporal. No caso de subordinadas temporais com verbos IMPF, pode-se inferir a ocorrência do evento descrito na oração subordinada seguido do evento descrito na principal a cada ocorrência de um evento complexo expresso pela sentença toda. Por exemplo, (69a) diz que depois de hasteamentos da bandeira acontecidos dentro de um intervalo saliente, o general comia uma (ou de uma) maçã. Semelhantemente para as outras sentenças, respeitadas as exigências impostas pela classe verbal de cada um.

Perceba que a leitura de eventos-em-ordem não é esperada para a representação de imperfectividade em (50) nem tampouco por (49). Se transbordar o tempo de referência está no cerne da imperfectividade, então não deve haver seqüência de eventos em sentenças como aquelas em (69). Pelo contrário, essas sentenças deveriam permitir somente a inferência de que a ocorrência dos eventos referidos em cada oração se sobrepõem um ao outro. Isso é evidência contra a intuição de que a imperfectividade envolve o transbordamento do tempo de referência? Acho que não: como veremos, quando tomamos essas sentenças e as transformamos em pequenos discursos não há leitura de eventos-em-ordem. Isso novamente sugere que esse tipo de leitura de (69) seja resultado de ‘quando’.

Em (70) vemos que, como esperado, (69) permite inferências do tipo /CEVMPS/.

(70) No ano passado, quando o cabo hasteava a bandeira, o general comia aquela maçã...

a. ...e ele continua fazendo isso.

b. ...mas agora ele não faz mais isso.

O que acontece se, em sentenças onde todos os verbos têm a forma IMPF tanto na principal quanto na encaixada adverbial temporal, houver um advérbio que favorece a leitura não durativa? (71) mostra que, nesse caso, temos as mesmas

leituras e esquemas de inferência que nos casos onde os verbos são IMPF e os adjuntos adverbiais favorecem leituras durativas.

(71) Ontem, quando o cabo hasteava a bandeira...

- a. ...o general comia uma maçã...
- b. ...o general sambava.
- c. ...o general chegava no topo do Aconcágua.

Essas leituras de (71a) são esperadas para uma língua como o português brasileiro onde há uma perífrase progressiva e a leitura progressiva do pretérito imperfeito é marcada<sup>4</sup>.

## 5.2 PEQUENOS DISCURSOS.

Esta subseção investiga as versões em forma de pequenos discursos das sentenças estudadas acima. A análise vai mostrar que a leitura inesperada de eventos-em-ordem de encaixadas adverbiais temporais onde todos os verbos são IMPF, como (69) se deve ao 'quando': Verbos IMPF nunca permitem a leitura de eventos-em-ordem na ausência de 'quando'. Por outro lado, verbos PS permitem o seqüenciamento mesmo na ausência de 'quando'.

Para dar um contraste mais definido com as sentenças, os pequenos discursos são propositalmente pouco coesos. Há um motivo para isso: se os pequenos discursos forem lidos como tais - e não como meras listas de fatos - haverá certas

---

<sup>4</sup> Há compatibilidade também com a análise de outras línguas românicas como o francês. Nessa língua não há perífrase progressiva e os imperfectivos são em geral interpretados como progressivos com ponto de referência no passado. Assim a primeira expectativa parece ser que encaixadas temporais adverbiais com 'quand' em sentenças onde todos os verbos estão na forma 'imparfait' permitiriam leituras de eventualidades se sobrepondo umas às outras ao invés de leituras onde elas acontecem em seqüência. Inesperadamente não é isso o que ocorre:

(1) Quand l'alarm sonnait...

- a. ...Pierre mangeait une pomme-de-terre.
- b. ...Pierre nageait.
- c. ...Pierre arrivait au sommet du Mont-Blanc.

Esse comportamento de orações encaixadas adverbiais temporais do francês reforça a análise empírica sugerida até agora.

conseqüências interpretativas. A comparação dessas conseqüências com as propriedades das sentenças das subseções anteriores vai nos fornecer a base para uma hipótese sobre os fatos centrais da oposição IMPF vs. PS.

(72)

- a. O cabo hasteou a bandeira. O general comeu uma maçã.
- b. O cabo hasteou a bandeira. O general sambou.
- c. O cabo hasteou a bandeira. O general chegou no topo do Aconcágua.

Se os discursos de (72) devem ser interpretados como tais e não como listas de fatos, há dois caminhos possíveis para interpretação:

- a leitura narrativa onde a seqüência de eventos é semelhante à seqüência das sentenças com ‘quando’
- uma leitura onde se infere que a relação entre os eventos de cada sentença é causal.

A leitura de relações causais é diferente da leitura de narrativa (seqüência de eventos) não só porque estabelece que há relações causais entre os eventos, mas também em permitir que a seqüência deles tenha ocorrido de mais de uma maneira. Por exemplo, uma das duas seqüências de eventos pode ser inferida da leitura de relações causais em (72):

- Relação Causal<sub>12</sub> **(tempo 1):** ‘hasteamento da bandeira’; **(time 2):** ‘comer a maçã’.
- Relação Causal<sub>21</sub> **(tempo 1):** ‘comer a maçã’; **(tempo 2):** ‘hasteamento da bandeira’.

Para enxergar mais claramente a leitura de relação causal, vejamos os seguintes cenários. Você é um burocrata da CIA responsável por arquivar informação sobre um certo general. Você recebe sua informação diariamente de um espião que, por razões de segurança só pode escrever, no máximo, duas sentenças simples por



dia. As duas possibilidades de leitura de relação causal estão no cenário 1 e no cenário 2.

**Cenário 1:** O espião informante recebe informação do cabo. O cabo hasteia ou deixa de hastear a bandeira para sinalizar se o general fez ou deixou de fazer certas atividades.

**Cenário 2:** O espião informante recebe informação do general (na verdade um espião infiltrado) que efetua certos atos (comer maçã, nadar, escalar o Aconcágua até o topo) para sinalizar se o cabo hasteou a bandeira ou não.

No caso do cenário 1, a partir da leitura de qualquer um desses discursos de (72) aprende-se que o hasteamento da bandeira pelo cabo foi – da maneira relevante – causado pelo fato do general ter comido a maçã, dançado ou chegado no pico do Aconcágua. No caso do Cenário 2, aprende-se que o fato de o general ter comido, dançado ou chegado ao pico foi causado pelo fato do cabo ter hasteado a bandeira.

Esses discursos mostram que a leitura do tipo ‘sempre que x, y’ nunca é possível para os pequenos discursos. Seu licenciamento depende do ‘quando’ que aparece nas sentenças da seção anterior. Logo, não há evidência para considerar que esse tipo de leitura seja parte dos fenômenos centrais. Assumiremos então que não fazem parte. Perceba, no entanto, que a interpretação durativa é possível para cada uma das sentenças que fazem parte desse discurso: por exemplo, casos como os cenários acima podem dizer respeito a situações que se repetem no quartel por algum tempo no qual está incluso o momento onde os discursos são proferidos (ou escritos e lidos, como é o caso). Isso seria o caso num cenário onde o quartel segue uma rotina fixa que é determinada previamente para períodos de sete dias, quando o informe do espião for recebido no meio da semana. Perceba que isso é bastante semelhante à leitura ocasionada por IMPF.

### 5.3 PEQUENOS DISCURSOS COM MORFOLOGIA IMPF.

A leitura IMPF de verbos com morfologia PS é certamente bastante marcada. Mas, como veremos, elas permitem um contraste importante com os discursos IMPF correspondentes. Esse contraste é previsto pelas formas lógicas (48) e (49). A despeito de quão marcadas possam ser as leituras desses discursos, parece ser o caso que PS as aceita. E, permitindo-as, ocasiona a ocorrência do esquema de inferência do tipo /CEVMPS/. Assim, sendo falso o antecedente de (48), a forma lógica vai sempre ser verdadeira. Seu conseqüente é compatível tanto com a inferência de que são isomórficos (quando o conseqüente for verdadeiro) o evento e o intervalo sobre o qual a sentença assevera quanto com a inferência de que não são isomórficos (quando o conseqüente for falso). Veremos na próxima subseção que IMPF, por outro lado, permite leituras durativas de discursos narrativos, mas nunca permite aquelas leituras mais típicas onde discursos reportam acontecimentos pretéritos. Isso é previsto pela forma lógica proposta para IMPF: Ela será sempre falsa quando o antecedente for verdadeiro e o evento for isomórfico ao intervalo sobre o qual a sentença faz uma asseveração.

Vejamos as seguintes contrapartes discursivas às sentenças com ‘quando’ que vimos anteriormente.

(73)

- a. O cabo hasteava a bandeira. O general comia uma maçã.
- b. O cabo hasteava a bandeira. O general nadava na piscina.
- c. O cabo hasteava a bandeira. O general chegava no topo do Aconcágua.

O primeiro ponto de contraste é que, a princípio, essas sentenças não parecem constituir discursos narrativos. O problema não é aquela falta de coesão que atrapalhava as sentenças de (72), mas o fato de a morfologia IMPF simplesmente não permitir a necessária relação entre eventos. Vimos que (69a), onde os verbos de ambas as orações são IMPF, permite a inferência de que cada um dos eventos que compõe o evento complexo descrito na sentença acontece sequencialmente. No entanto, como foi o caso com os equivalentes PS, a seqüência de eventos não é obrigatória se não houver um ‘quando’ relacionando as orações/sentenças.

Mas ainda é possível interpretar os discursos em (73) com a leitura de relações causais. Nessa leitura, o discurso (73a) permitiria inferir que, em algum intervalo saliente, conclui-se que o general comeu uma maçã a partir do conhecimento de que nesse intervalo houve um hasteamento da bandeira. Ou que o hasteamento da bandeira é concluído a partir do fato do general ter comido uma maçã como no segundo cenário.

Além de confirmar o conteúdo das formas lógicas propostas para PS e para IMPF, esses pequenos discursos mostram que a progressão narrativa não é determinada por morfologia verbal. Em particular que PS não ocasionada necessariamente a progressão narrativa.

## 6 DISCUSSÃO

As formas lógicas propostas em (48) e (49) permitem a dissociação entre estruturas de eventos consideradas abstratamente e a estrutura de intervalos temporais onde esse eventos ocorrem.

(74)

a. PS :  $\forall Y [e \subseteq t \rightarrow \forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i))]$

b. IMPF:  $\forall Y [e \subseteq t \rightarrow \neg \forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i))]$

Uma decorrência importante é que nem toda forma PS é télica. Vimos empiricamente que sentenças com verbos PS podem também ter o esquema / $\text{CEVMPS}$ / de inferência. Nesses casos, prevê-se que não ocasionarão progressão narrativa: se o evento não exclui nenhuma inferência com respeito a sua relação com o momento de proferimento da sentença, então segue que um ponto de telos não pode ser atribuído a ele.

Nesse caso, a sensibilidade de PS à estrutura-argumental de evento é o mais simples possível: é o mapeamento das características estruturais do evento na estrutura temporal. Em outras palavras, com PS, o desenvolvimento temporal do evento segue a estrutura ditada pelos argumentos de evento presentes na estrutura argumental do verbo.

Tendo chegado à conclusão que o aspecto temporal da imperfectividade não é completamente determinado pela morfologia, é necessário dizer alguma coisa sobre como os demais valores se encaixam nesse quadro.

Tolerância a exceções. Com respeito à tolerância a exceções, parece ser o caso que não há diferenças entre PS e IMPF. Os casos que nos interessam são aqueles e que PS tem a inferência do tipo / $\text{CEVMPS}$ /. Quando é que essas sentenças PS são tolerantes a exceções? Considere:

(75)

- a. O ano passado, o general comeu maçã às quartas-feiras.
- b. O ano passado, quando o cabo hasteou a bandeira, o general sambou.

(76)

- a. O ano passado, o general comia uma maçã às quartas-feiras.
- b. O ano passado, quando o cabo hasteava a bandeira, o general sambava.

Intuitivamente, (75a) e (76a) toleram exceções: em ambos os casos as sentenças podem ser verdadeiras se houve algumas quartas-feiras no ano passado (no ano anterior) em que o general não comeu uma maçã. E ambas permanecem verdadeiras se o general comeu maçãs também em dias de semana. Para (75b) e (76b), suas condições-de-verdade são as de condicionais comuns: se houver um evento de hasteamento da bandeira sem que haja um evento de o general dançar, a sentença é falsa, o que significa que não é tolerante a exceções. Uma vez que não há diferença entre os casos relevantes, seja lá que explicação for dada para explicar a tolerância a exceções de (76b) deve ser estendida a (75b).

Contrafactualidade, faz-de-conta, usos de polidez. Em contraste com a tolerância a exceções, PS e IMPF são diferentes com respeito a contrafactualidade. Como dito acima, esse tipo de fenômeno não será tratado extensivamente nestas páginas. Apesar do uso de IMPF ser comum em línguas românicas, os detalhes de sua sintaxe e semântica variam de língua para língua dependendo de fatores como se a língua em questão tem uma conjugação subjuntiva ou não. Vamos nos limitar a observar que nas línguas românicas a forma IMPF é usada em todos esses contextos.

Com a forma lógica proposta para IMPF essa preferência é de se esperar: IMPF pode expressar somente que a estrutura de evento e a estrutura temporal não têm um mapeamento isomórfico entre si com respeito ao tempo para o qual uma asseveração é feita, ao passo que quando o verbo é PS é possível que haja esse isomorfismo entre tempo e estrutura eventual. Usos como o contrafactual têm em comum que não fazem asseverações sobre o mundo real. Por exemplo, na

sentença seguinte, repetida de (41), os eventos ‘chutar’ e ‘marcar’ não ocorrem no intervalo para o qual a asseveração é feita, logo nem toda propriedade do intervalo sobre o qual a sentença faz uma asseveração é partilhado pelos eventos que ela assevera.

(77) Se ele chutava essa bola era gol.

Pelas formas lógicas propostas neste capítulo, IMPF seria a forma preferível para esse uso uma vez pois não expressa jamais que o evento é restrito ao intervalo onde está localizado o evento (i.e., IMPF não transborda esse intervalo) nem que todas as relações que valem entre os subintervalos do intervalo de localização do evento se estabeleçam entre as subeventualidades. Logo, na competição com formas PS, IMPF sempre é preferível para sentenças como as acima.

## 7 ESTADOS vs. NÃO-ESTADOS.

Até agora neste capítulo nada foi dito sobre estados. Esta seção mostra três motivos pelos quais eles devem ser tratados separadamente.

É comum ver na literatura a observação que sentenças perfectivas são infelizes quando proferidas em contextos neutros, enquanto sentenças perfectivas são felizes. Assim, esperamos que sentenças IMPF sejam infelizes em contextos neutros, mas que sentenças PS sejam felizes. No entanto, essas observações precisam ser qualificadas quando feitas sobre verbos de estado. Na verdade, no que concerne a verbos de estado a observação parece ser o contrário: PS é infeliz em contextos neutros e IMPF é feliz. Em (78) a leitura mais intuitiva é que PS refira a algum evento contextualmente saliente – digamos que nas linhas propostas por Partee (1973) para verbos que não são de estado – mas note que a letra (d) é infeliz ‘out of the blue’.

(78)

- a. O general comeu uma maçã.
- b. O general sambou.
- c. O general chegou no topo do Aconcágua.
- d. ? O general soube Francês.

Agora em (79), as formas IMPF de verbos de evento pressupõem algum outro tipo de eventualidade ou restrição sem a qual elas seriam infelizes e permitiriam também uma leitura de repetição onde aquele evento que é argumento de IMPF ocorre em mais de uma ocasião dentro do intervalo. Quanto ao estado (79d), ele parece não pressupor uma eventualidade ou restrição. Na verdade, eles parecem fazer a sentença infeliz.

(79)

- a. O general comia aquela maçã.
- b. O general nadava (naquela piscina).
- c. O general chegava no topo do Aconcágua.

d. O general sabia Francês.

A troca conversacional seguinte atesta a infelicidade de verbos de estado PS e a felicidade de verbos IMPF de estado. A troca AB é infeliz, mas a troca ABA é feliz, nesta o segundo proferimento de A mostra que ele(a) acomodou as pressuposições necessárias para fazer 'Ele soube francês' um proferimento feliz. Por outro lado, a troca A'B' 'tout court' é feliz, enquanto A'B'A' é infeliz.

(80)

A: Me diz alguma coisa que você sabe sobre o general.

B: Ele soube Francês.

A: Quando é que ele soube Francês?

(81)

A': Me diz alguma coisa que você sabe sobre o general.

B': Ele sabia Francês.

A': Quando é que ele sabia Francês?

Isso motiva que neste capítulo o foco tenha ficado só em verbos de evento.



## **Capítulo 4**

### **Imperfectividade e Verbos de Estado.**

## 1 INTRODUÇÃO.

O capítulo anterior distinguiu empiricamente entre o papel da morfologia PS e o papel da morfologia IMPF na interpretação de sentenças e pequenos discursos narrativos que envolvem atividades, accomplishments e achievements (i.e., verbos não-estativos). O fenômeno empírico relevante para as distinções entre PS e IMPF era que IMPF só permitia a inferência do tipo / $\text{CEVMPS}$ / enquanto PS permitia também inferências do tipo / $\text{-EVMPS}$ /. Os tipos de inferências foram sugeridos pela concepção intuitiva de (im)perfectividade. O contraste levou a uma proposta sobre o conteúdo semântico de PS e IMPF onde ambos poderiam expressar o aspecto temporal da imperfectividade e IMPF seria mais adequado a expressar contrafactualidade, faz-de-conta e polidez. A pergunta que este capítulo faz é se essa proposta pode ser estendida a verbos estativos. Surgem daí dois problemas.

Na ontologia de eventos, verbos de estado são mais ou menos como condições que permanecem constantes por algum intervalo. Logo, espera-se que aquilo que verbos de estado denotam - ou melhor, aquilo que asseveram as sentenças simples com verbos de estado - valha para antes e depois do intervalo sobre o qual a sentença faz uma asseveração. Isto é, espera-se que aquilo que verbos de estado denotam e as sentenças em que eles aparecem asseveram, permaneça verdadeiro na ausência de fatores intervenientes de mudança. Como consequência, espera-se também que aquilo que os verbos de estados denotam valha por um tempo maior que o tempo para o qual são asseverados. Isso por sua vez traz como consequência o licenciamento de esquemas de inferência diferentes daqueles licenciados por não-estados. Como mostrado no capítulo anterior, o comportamento de verbos de estado com morfologia PS e IMPF traz algumas surpresas no que toca às suas condições de felicidade e esquemas de inferência.

As coisas ficam um pouco mais complicadas porque, a despeito de sua classificação léxica, verbos de estado às vezes podem ser interpretados como eventos. As condições nas quais essa interpretação como evento pode ocorrer variam. Essa variação ainda não foi capturada, tanto quanto eu saiba, além do

nível de intuições de ‘folk-psychology’. Na verdade, a ‘folk psychology’ parece ser o limite de nossa compreensão do assunto. A questão é se ela pode ser capturada de uma forma interessante.

Eu vou defender que, a despeito de alguns problemas que surgem iniciais, a proposta do capítulo anterior para capturar a distinção entre PS e IMPF pode ser estendida a verbos de estado e oferecer um quadro interessante que captura as condições para a leitura de evento de diferentes verbos de estado. Para fazer isso, vou primeiro investigar dados empíricos sobre a questão. Em seguida fazer uma proposta que envolve a distinção PS e IMPF nos moldes do capítulo anterior.

A divisão de trabalho neste capítulo é como a seguir. A seção 2 investiga as propriedades empíricas de predicados verbais não-estativos dando atenção especial para suas propriedade em interpretações como verbos de eventos. As seções 3 e 4 avaliam propostas anteriores para capturar as propriedades de verbos de estado interpretados como eventos, o foco maior é na idéia de coerção. A seção 5 defende que as aparentes mudanças de classe que os verbos de estado sofrem não envolvem de fato nenhuma mudança de estado. Defende-se que são efeitos da distinção PS vs. IMPF e propõe-se a forma lógica para PS e IMPF do capítulo anterior pode ser estendida para esses verbos.

## 2 'KNOW' E 'UNDERSTAND'.

Nesta seção mostra-se empiricamente que: (i) diferentes verbos de estado têm diferentes níveis de resistência à interpretação como verbo de evento; (ii) quando essa resistência é vencida pelo contexto, sua interpretação é só parcialmente semelhante àquela de verbos de evento: Verbos de estados interpretados como eventos têm um ponto de inepção, mas não um ponto final. Isso pode ser visto através da comparação de verbos de estado 'know' e 'understand'. Presume-se que as mesmas distinções sejam possíveis para verbos de estado.

Nos seguintes discursos narrativos os verbos 'know' e 'understand' não fazem a narrativa progredir. Se interpretados como eventos, há um contraste entre a leitura de eventos de 'know', que é infeliz e a de 'understand' que é feliz.

(82)

- a. Moses downloaded the mp3 file of a new song he had heard on the radio. He listened to it ten times. (Then) He knew the lyrics. He sang it to his girlfriend.
- b. Moses went to the bookshop down the street. He bought a book. He read it. He understood it. (Then) He lectured on it the following semester.

Em (82a) a sentença 'he knew the lyrics' não estabelece que saber a letra da canção aconteceu depois de ter escutado essa canção: Tipicamente o intervalo onde se sabe a letra da música se confunde com o intervalo no qual as canções foram ouvidas dez vezes. (82a) também não diz que Moses deixou de saber a letra quando da ocorrência do evento descrito na sentença 'he sang it to his girlfriend'. Semelhantemente para (82b), nesse caso a compreensão do conteúdo do livro preexiste à sua leitura e não deixa de existir depois de que Moses dá uma aula sobre ele. Perceba que 'then' entre parênteses torna o discurso feliz estabelecendo que 'saber' é resultado dos eventos das sentenças anteriores (ouvir a canção dez vezes etc.). No entanto, parece que a felicidade que 'then' traz não se deve a progressão narrativa no sentido temporal, mas se deve a uma relação causal entre escutar a canção dez vezes e saber a letra e entre ler o livro e entender seu conteúdo.

Por que, então a diferença com respeito à felicidade dos dois discursos?

Vejamos o caso de ‘understand’. Quando esse verbo de estado é lido como sendo sobre um evento, os discursos em que esse verbo figura permitem inferências que dizem haver (algum) ponto em particular onde o evento que ele denota se configura. Importante, nesses casos eles não produzem progressão narrativa como verbos de evento em geral o fazem: verbos de evento comuns têm um ponto de inepção e um ponto de extinção. No entanto em (82a) o verbo ‘know’ tem somente um ponto de inepção. Isso já era o caso acima com (82) e é também o caso nos seguintes discursos:

(83)

- a. Moses Finley understood the Iliad in ten years, that is how long it took for him to work out the underlying mnemonic tricks which enabled ancient rhapsodes to recite it by heart. (Then) He wrote a book about it.
- b. He pondered upon the problem for hours and finally understood it. He scribbled some notes on a piece of paper.
- c. Finley read his wife's five-word goodbye note and understood she had left him. He telephoned the travel agent.

Nesses contextos, é fácil interpretar ‘understand’ como sendo semelhante a sua contraparte de evento ‘learn’. No entanto, nem mesmo nesse caso ‘understand’ tem o comportamento de um evento típico. Para esses três discursos, o evento denotado por ‘understand’ pode ser lido como tendo começado depois do evento a sua esquerda. Mas em cada um dos casos a compreensão de que fala o verbo ‘understand’ necessariamente tem uma interseção com o intervalo do evento a direita (‘write a book, scribble some notes’ e ‘telephone the travel agent’ respectivamente).

Vejamos agora a comparação com ‘know’. Por algum motivo, esse verbo parece ser mais resistente a leituras como evento que ‘understand’. Isso pode ser visto substituindo ‘understood’ por ‘know’ em (83). Os discursos em (84) são os de (83) com ‘knew’ no lugar de (‘understood’), o que os piora sensivelmente:

(84)

- a. Moses Finley knew the (structure of the) Iliad in ten years, that is how long it took for him to work out the underlying mnemonic tricks which enabled ancient rhapsodes to recite it by heart. (Then) He wrote a book about it.
- b. ?He pondered upon the problem for hours and finally knew (the answer to) it. He scribbled some notes on a piece of paper.
- c. Finley read his wife's five-word goodbye note and knew she had left him. He telephoned the travel agent.

Em (84a, o evento ‘conhecer a (estrutura da) Ilíada’ não tem um ponto de inepção seguinte a algum intervalo saliente no pretérito. Ao invés disso, esse evento deve fazer intersecção temporal com o intervalo saliente no pretérito e com o evento de escrever um livro. O mesmo é o caso para (84b). No entanto, (84c) permite uma interpretação análoga àquela de ‘understand’ onde o conhecimento de que a esposa o deixou tem como ponto de inepção a leitura do bilhete e faz intersecção temporal com o evento na direita: o telefonema ao agente de viagens.

Os dados mostram assim que a interpretação de ‘know’ e de ‘understand’ como evento consiste na existência de um ponto de inepção. Esse parece ser o caso para outros verbos de estado: Eles perdem algumas, mas não todas, as propriedades das classes a que pertencem. É possível que o comportamento mostrado acima não seja o caso para todos os verbos de estado – ou seja, é possível que existam aqueles que se comportam como eventos em todos os sentidos, por exemplo, tendo tanto um ponto de inepção quanto um ponto de extinção. De uma forma ou de outra, o comportamento acima é real e pede explicação. Da comparação dos dois verbos, há também a sugestão de que não há verbo de estado que é totalmente resistente a alguma interpretação como evento. Ao invés disso, a comparação sugere que diferentes verbos têm diferentes níveis de resistência.

## 2.1 OS TESTES USUAIS PARA VERBOS DE ESTADO.

A literatura de aspecto trata extensivamente das diferenças entre predicados de estado, não obstante as diferenças mencionadas na seção anterior entre ‘know’ e ‘understand’ ainda trazem alguma novidade. Não há previsão de que as entradas ‘know’ e ‘understand’ pertençam a grupos diferentes. Muitos padrões prevêem que eles são semelhantes em seu comportamento. Veja, por exemplo, o comportamento de cada um deles com respeito aos testes com advérbios do tipo ‘in X time’ e ‘for X time’. De acordo com esses testes os julgamentos de felicidade das sentenças com ‘know’ são paralelos aos julgamentos das sentenças com ‘understand’. Esse paralelismo confirma a intuição que diz serem ambos os verbos estados e levanta a questão de explicar porque eles são diferentes com respeito à progressão narrativa.

(85)

- a. Finley knew the Iliad by heart for ten years.
- b. ?Finley knows the Iliad by heart for ten years.

(86)

- a. Finley understood the Iliad for ten years.
- b. ?Finley understands the Iliad for ten years.

(87)

- a. ?Finley knew the Iliad by heart in ten years.
- b. ?Finley knows the Iliad by heart in ten years.

(88)

- a. ?Finley understood the Iliad in ten years.
- b. ?Moses Finley understands the Iliad in ten years.

Em vista dessas sentenças, os fatores responsáveis pelas diferenças percebidas na seção anterior poderiam ser: (i) o fato de haver diferentes tipos de verbos de estado; e (ii) ‘know’ e ‘understand’ caírem em diferentes lados da divisão. Mas perceba que não é isso que as classificações (pelo menos aquelas das quais tenho

notícia) prevêem. Em geral, as classificações são guiadas por parâmetros morfossintáticos, por exemplo, Dowty (1979) distingue entre adjetivos intransitivos ('be tall' e verbos intransitivos ('exist); adjetivos transitivos ('fond of NP) e verbos transitivos. Esses últimos são subdivididos em subclasses orientadas "cognitivamente": Aquelas com sujeitos animados ('love, hate), aqueles predicados que são simétricos ('resemble, be, equal) etc. Os verbos 'know' e 'believe' estão na classe dos verbos cognitivos com objetos proposicionais.

Ficamos então com a observação que alguns verbos de estado são mais resistentes a gerar a progressão narrativa que outros.



### 3 HIPÓTESES SOBRE MUDANÇAS NAS CLASSES DE VERBOS.

Não é difícil ver porque o comportamento de 'know' e 'understand' é um problema. Veja novamente os exemplos em (82). Cada verbo tem agregado a si um sufixo morfológico, a marca de pretérito. Essa marca leva a diferentes valores em casos diferentes. Se, de acordo com toda a literatura, 'know' e 'understand' são da mesma classe ontológica, então temos um problema para mostrar como o comportamento diferente se origina. Além disso, há o problema de explicar os diferentes níveis de resistência a progressão narrativa que diferentes verbos estativos têm.

Esquemáticamente o problema de dar conta do comportamento diferente pode ser posto na seguinte forma: as representações verbais são formadas por dois funtores cada, um para o verbo de estado e outro para o pretérito; em um caso eles combinam para gerar o /+evento/ e no outro caso combinam para gerar /-evento/.

(89) Metade do Problema.

- a. estado + pretérito = /+semelhante a evento/
- b. estado + pretérito = /-semelhante a evento/

Como é que esse esquema intuitivamente inconsistente pode se tornar sistemático e interessante? Na tentativa de responder essa questão, a literatura tem se voltado basicamente às duas seguintes estratégias. Ver, por exemplo, Moens & Steedman (1988), de Swart & Molendijk (1999), Dowty (1979), Verkuyl (1993), Ernst (2002) entre outros. Revisar essas teorias separadamente exigiria um desvio considerável. Uma vez que, excetuados questões técnicas internas a cada teoria, as idéias gerais que subjazem a elas são semelhantes, para evitar os desvios, continuaremos a usar a esquemática acima para referir ao problema.

Uma primeira estratégia para lidar com a inconsistência é aumentar o repertório de funtores. Dada a esquemática acima, há duas possibilidades: Mudar o functor a esquerda do sinal '+' ou mudar o da direita. É isso que faz a Estratégia Um abaixo.

De acordo com (90c), quando o traço /+semelhante a evento/ aparece o verbo que é superficialmente percebido como um estado, na verdade sofreu uma mudança em seu status ontológico e se tornou um evento. Semelhantemente, quando o traço /-semelhante a evento/ aparece e o verbo é superficialmente percebido como um estado, ele na verdade sofreu uma mudança em seu status ontológico que o tornou um de estado.

#### (90) **Estratégia Um**

- a. evento + pretérito = /+semelhante a evento/
- b. estado(evento) + pretérito = /-semelhante a evento/
- c. evento(estado) + pretérito = /+semelhante a evento/
- d. estado + pretérito = /-semelhante a evento/

Uma outra estratégia é mudar o functor a direita do sinal '+'. Isto é, postular um marcador de pretérito a mais, o pretérito<sub>2</sub> da Estratégia Dois. Eis a esquemática para essa estratégia.

#### (91) **Estratégia Dois**

- a. evento + pretérito<sub>1</sub> = /+semelhante a evento/
- b. evento + pretérito<sub>2</sub> = /-semelhante a evento/
- c. estado + pretérito<sub>1</sub> = /+semelhante a evento/
- d. estado + pretérito<sub>2</sub> = /-semelhante a evento/

A Estratégia Um é a idéia por trás do que se chama na literatura 'coerção', que é bastante popular em abordagens da DRT. O processo de derivação sintático-semântica é equipado com um mecanismo que corrige o tipo ou sorte (inglês, 'sort')) de um item cuja presença na estrutura viola as regras usuais de derivação. Importaneamente esse mecanismo é por si mesmo uma parte do mecanismo derivacional. Assim nessa esquemática simplificada o morfema de pretérito exige um evento, se ele recebe um estado, o mecanismo vai corrigi-lo.

A Estratégia Dois é a idéia por trás de abordagens que usam algum tipo de traço de incoatividade na marcação tempo-aspectual, que é a abordagem usada em Dowty (1979): Um dos pretéritos é carregado um traço de incoatividade ou alguma exigência estrutural permite essa interpretação. Um ponto importante a ressaltar sobre essa interpretação é que ela encontra motivação empírica convincente no fato de, por exemplo, as línguas românicas, haver na verdade duas morfologias distintas para o pretérito, as variantes aspectuais: pretérito perfeito e pretérito imperfeito.

Surge a possibilidade lógica de usar as duas estratégias conjuntamente. Isso nos daria a lista de composições possíveis de funtores em (92). Por si só, essa estratégia tem os seguintes problemas. Primeiro, o de determinar, nos casos de conflitos entre os dois funtores (como (92c), onde o estado(evento) pega o marcador pretérito de estados), qual tem primazia sobre o outro. Segundo, motivar a necessidade do sistema ser tão redundante.

(92) **Estratégia Três**

- a. evento + pretérito<sub>1</sub> : /+semelhante a evento/
- b. evento + pretérito<sub>2</sub> : ?
- c. estado (evento) + pretérito<sub>1</sub> : ?
- d. estado (evento) + pretérito<sub>2</sub> : /-semelhante a evento/
- e. estado + pretérito<sub>1</sub> : ?
- f. estado + pretérito<sub>2</sub> : /-semelhante a evento/
- g. evento(estado) + pretérito<sub>1</sub> : /+semelhante a evento/
- h. evento(estado) + pretérito<sub>2</sub> : ?

Não tenho conhecimento de nenhuma proposta que seja pura e simplesmente como a Estratégia Um nem como Estratégia Dois. Apesar de seus problemas iniciais o que de fato encontramos na literatura são versões da Estratégia Três com restrições derivacionais mencionadas acima, o que por sua vez se parece bastante com (93).

**(93) Coerção: Esquema Geral**

- a. evento + pretérito<sub>1</sub> : /+semelhante a evento/
- b. estado(evento) + pretérito<sub>2</sub> : /-semelhante a evento/
- c. evento(estado) + pretérito<sub>1</sub> : /+semelhante a evento/
- d. estado + pretérito<sub>2</sub> : /-semelhante a evento/

Os tipos de restrições que são assumidas na abordagem a coerção pegam a esquemática redundante de (92) e a reduzem ao sistema mais enxuto (93). Isso se faz determinando, no sistema combinatório, que pretérito<sub>1</sub>, que gera /+semelhante a evento/ e demais propriedades interpretativas das formas perfectivas, só pode tomar eventos como argumento. Por sua vez, pretérito<sub>2</sub> só pode tomar estados como argumentos.

Perceba, no entanto, que isso nos faz esperar que estados, quando submetidos à coerção, passem a se comportar como eventos de fato. Assim, esperamos também que se comportem como eventos no que toca progressão narrativa. Nós vimos empiricamente que não é isso o que ocorre.

### **3.1 SOBRE O PORQUE DE ESTADOS SE COMPORTAREM COMO EVENTOS.**

Apesar dos problemas ressaltados, nós enriquecemos nosso repertório de funtores e reconhecemos que há meios de implementar esses funtores na teoria. No entanto, esses são somente os primeiros requisitos para lidar com a oposição ‘know’ vs. ‘understand’ de uma maneira interessante. Nada na esquemática até agora sugeriu uma resposta à outra metade do problema: porque diferentes verbos estativos têm diferentes níveis de ‘resistência’ a progressão narrativa. Em outras palavras, não há sugestão de resposta para porque ‘knew’ segue a alínea (c) de (92) e de (93) enquanto ‘understood’ segue a alínea (b).

Ao olhar para o problema de como os verbos mudariam seu status ontológico, nós vimos as linhas gerais de idéias propostas na literatura e uns poucos pontos chave sobre sua implementação. Agora, com respeito ao que exatamente determina a

existência desse mecanismo, não há, tanto que eu saiba, muito que dizer a respeito de implementação técnica. A opinião dominante parece ser que esse sistema entra em ação devido a alguma distinção de nível conceptual entre, por exemplo, saber ('knowing) e entender ('understanding'). Logo, em princípio qualquer fator lingüístico que exija mudança nas principais propriedades conceptuais de um item pode colocar em ação o mecanismo. Frequentemente essas exigências podem ser abertamente expressas por advérbios.

Isso permite a seguinte conclusão: são noções da chamada psicologia popular (inglês, 'folk psychology) que explicam a diferença entre 'understood e 'knew'. Essas seriam mais ou menos a justificativa subjacente às propostas: compreender alguma coisa de certa forma exige estados mentais anteriores enquanto saber não exige nenhum. Isso poderia ser articulado um pouco mais colocando que saber é um dos requisitos de entender e que, conseqüentemente, 'know' é, em um certo sentido, um verbo estativo mais primitivo que 'understand'. A seguinte passagem de Dowty (1986: 52) reflete isso:

(...) [This] principle of 'inertia' in the interpretation of statives in discourse applies to many kinds of statives but of course not to all of them. For obvious reasons, a stative sentence like ('The runner is at the finish line) is not likely to generate any implicatures that the state extends earlier or later than the reference time in the context of a discourse and in fact there must be a graded hierarchy of the likelihood that various statives will have this kind of implicature, depending on the nature of the state, the agent, and our knowledge of which states are long-lasting and which decay or reappear rapidly. Clearly, an enormous amount of real-world knowledge and expectation must be built into any system which mimics the understanding that humans bring to the temporal interpretations of statives in discourse, so no simple non-pragmatic theory of discourse interpretation is going to handle them very effectively.

Não há dúvida de que essa linha de pensamento é intuitiva. E parece ser realmente o caso que, na tentativa de dar conta de diferentes níveis de resistência a progressão narrativa estejamos condenados a reduzir asseverações da

psicologia popular, ou, ao menos, em permanecer consoantes a elas. No entanto, mesmo se não esperarmos que uma teoria seja plenamente efetiva (ou seja, mesmo se esperarmos que o problema não seja tão somente um problema de competência lingüística), há ainda a questão de se capturar de maneira interessante as intuições da psicologia popular. Penso que há motivação suficiente para postular que abordagens na linha de (93) podem ser melhoradas com respeito a como capturam essas intuições.

Dizer que há uma diferença conceptual entre verbos estativos com diferentes comportamentos nas formas pretéritas é bastante próximo de dizer que o que parece uma entrada lexical é na verdade diferentes entradas pertencentes a esquemas conceptuais diferentes. Isto é, é um passo de dizer, por exemplo, que o verbo ‘understand’ na verdade tem duas entradas: Uma onde é conceptualizado com propriedades de estativas e onde parece com KNOW e outra onde é conceptualizado com propriedades de evento e se parece com UNDERSTAND.

As abordagens que usam coerção tentam capturar isso colocando a diferença em termos estruturais: a mudança na conceptualização projeta-se até a estrutura da sentença onde o verbo aparece. Mas para essa vantagem ser real, as operações dos mecanismos derivacionais que corrigem as incompatibilidades de tipo e sorte (inglês, ‘sort’) devem fazer parte da teoria por motivos independentes. Por exemplo, se a necessidade dessas operações fosse explicada por incompatibilidades que não simplesmente as sugeridas pela psicologia popular. No entanto, não é isso que os formalismos gramaticais fazem, pois eles partem de uma presunção de que esses mecanismos são dados por princípios da ‘folk psychology’. Logo, para aperfeiçoar a informação semântica disponível no nível lexical com formalismos nas linhas de (93), independentemente dos detalhes da implementação, não vai consertar as limitações herdadas da ‘folk psychology’, mas simplesmente reproduzir essas limitações na gramática.

Além disso, a coerção nos faz esperar que, quando um verbo de estado toma propriedades de eventos, ocasiona também a progressão narrativa (quando usado nos contextos adequados). Mas como vimos não é exatamente esse o caso: Vimos que, quando os marcadores de pretérito tomam como argumentos verbos

como 'know' e 'understand', eles resultam em algo que continua tendo pelo menos algumas propriedades de estado. Há propriedades de eventos – a existência de um ponto de inepção, por exemplo; mas há também a expectativa de valer para além do momento de referência, que é característico de estados.

## 4 ALTERNATIVAS À COERÇÃO.

A seção anterior argumentou que há motivos para ceticismo com respeito à coerção. Pela esquemática de (89), há um outro lugar para procurar uma resposta para a pergunta como verbos de estado tomam propriedades típicas de eventos, como progressão narrativa. Esse lugar seria a marcação tempo-aspectual. Mas também aqui as coisas não são simples. Há alguns aspectos da mudança de estados para evento que são independentes da morfologia que se aplica ao verbo. Logo, se nós simplesmente presumirmos um esquema semelhante ao da Estratégia Dois, nós vamos acabar duplicando a semântica da morfologia verbal e ter problemas semelhantes àqueles que desafiam a abordagem por coerção.

### 4.1 INDEPENDÊNCIA ENTRE MORFOLOGIA E MUDANÇA DE STATUS ONTOLÓGICO.

Pelo que vimos até agora, há dois lados para o problema apresentado por verbos de estado. Explicar em que consiste a interpretação de evento e explicar o que permite a mudança de quais verbos em que contextos. As abordagens por coerção parecem tomar essas duas questões de uma vez só: A morfologia verbal impõe a representação de evento mediante o desencadeamento de uma operação estrutural quando esta for exigida pela intuição do conteúdo de ‘know’ e ‘understand’ na situação em que são usados.

A proposta aqui será de separar esses dois lados do problema e encará-los separadamente. O contraste entre a felicidade do par em (94) e o par em (95) mostra que, apesar de o contexto exigir mudança no status ontológico de ambos os verbos, ‘knew’ pode ser mais resistente à interpretação como ‘learn’ do que ‘understood’.

(94)

- a. Finley read his wife's five-word note and knew she had left.
- b. Finley read his wife's five-word note and understood she had left.



(95)

- a. ?He pondered upon the meaning of life for hours and finally knew (the answer to) it. He scribbled some notes on a piece of paper.
- b. He pondered upon the meaning of life for hours and finally understood it. He scribbled some notes on a piece of paper.

Nessas sentenças todos os verbos têm morfologia de pretérito. Mas a resistência de 'knew' parece ser independente dessa morfologia: a mesma resistência pode ser observada quando 'knew' é usado com morfologia de presente. Isso pode ser visto nas seguintes sentenças.

(96)

- a. I know it.
- b. I understand it.

Apesar de ambas as sentenças envolverem verbos de estado, suas condições-de-verdade são na verdade diferentes. Vejamos uma situação onde um proferimento de **(96a)** permite inferências diferentes daquelas permitidas pelo proferimento de **(96b)**. Suponha um cenário onde Maria formula um problema complexo no quadro negro e risca um traço, que é a lacuna onde deverá ser inscrita a resposta a esse problema.

Nesse cenário, se João proferir a sentença **(96a)**, onde 'it' = 'the answer', então ou ele calculou a resposta do problema ali e então ou ele conhecia a resposta anteriormente. Em todo caso, chegar até o estado de conhecimento pressupõe, não só uma familiarização com o problema, mas também algum evento que efetue a mudança de estado (de ignorância para conhecimento). Se ele proferir **(96b)**, onde 'it' = 'the problem', então, novamente, ou ele acabou de atingir a compreensão do problema ou ele já o compreendia anteriormente. Mas pode ser que não haja outro evento, além da familiarização com o problema, mediando a mudança do estado de não-compreensão ao estado de compreensão. Em outras palavras, o acontecimento (seja lá qual for) que permite atingir o estado de compreensão pode também ser descrito como compreensão. Mas o acontecimento (seja lá qual for) que permite atingir o estado de conhecimento não

é descrito como conhecimento, atingir esse estado pressupõe um evento relevante e que tenha propriedades de achievement.

Não se pretende aqui propor uma explicação para isso. O importante é perceber que é semelhante ao que acontece no pretérito do inglês. Logo o contraste entre a felicidade de (94a) e (95a) é explicado pelo fato de ser mais fácil de conceder que tenha ocorrido um evento que efetue a mudança do estado de não-saber para o estado de saber o significado de um bilhete de cinco palavras do que conceder que tenha ocorrido um evento que efetue a mudança do estado de não-saber para o estado de saber o significado da vida.

(97)

- a. Finley read his wife's five-word note and knew she had left.
- b. ?He pondered upon the meaning of life for hours and finally knew (the answer to) it. He scribbled some notes on a piece of paper.
- c. He pondered upon the meaning of life for hours. A cow jumped over the blue moon. And suddenly he knew (the answer to) it. He scribbled some notes on a piece of paper.
- d. He pondered upon the meaning of life for hours. He had an epiphany. And suddenly he knew it. He scribbled some notes on a piece of paper.

A semelhança entre os fenômenos no presente e no pretérito sugere que, se nossas intuições de psicologia popular são o que desencadeiam os mecanismos de mudança de classes, então eles deveriam estar disponíveis não só para os pretéritos, mas também para os presentes. Mas permitir essa disponibilidade para ambos os tipos de morfologia não seria uma resolução dos problemas da coerção.

## 4.2 CONCLUSÃO.

Nossa situação presente é a seguinte. Nós queremos uma explicação empiricamente interessante para o porquê de os verbos estativos às vezes se comportarem semelhantemente a eventos. Isso exige que se lide com os

diferentes níveis de resistência de verbos de estado a esse comportamento semelhante a eventos de tal maneira que: (a) que a explicação tenha alguma ligação com nossas a intuição sobre a psicologia; (b) que essas intuições não sejam meramente reafirmadas na teoria.

## 5 ESTADOS E A OPOSIÇÃO ENTRE IMPF E PS.

Até agora este capítulo se concentrou em verbos em inglês no pretérito. Nós vimos que, uma vez que fenômenos semelhantes ocorreram com a morfologia de presente e de pretérito, a mudança de status de estado para semelhante-a-evento deve ser independente de morfologia verbal. Nesta seção, o comportamento dos verbos do inglês será relacionado aos valores da morfologia PS e IMPF das línguas românicas, mais especificamente o português. Isso vai sugerir que PS e IMPF sejam estendíveis a verbos de estado e que, apesar de mudanças de classes serem independentes da morfologia verbal, elas são sensíveis a informação aspectual. Especificamente, são sensíveis ao lado temporal da imperfectividade.

Eu vou defender que esse é o caso tanto para as formas IMPF e PS do português brasileiro quanto à morfologia de pretérito do inglês.

### 5.1 AS LEITURAS DE ‘INSIGHT’ E DE CONHECIMENTO PRÉVIO.

Para começar a avaliar o impacto da oposição PS vs. IMPF para a semântica de estados, vejamos as sentenças de (98). A sentença em inglês (98a) pode ser lida como: (a) um ‘insight’ que o psicólogo teve sobre o caso; ou (b) o fato de o psicólogo saber anteriormente a asseveração do paciente que o caso seria difícil. Em português brasileiro, a leitura de ‘insight’ é permitida com PS enquanto a leitura de conhecimento prévio é permitida por IMPF.

(98)

- a. When the patient claimed to be Gengis Khan, the shrink understood it was going to be a difficult case.
- b. Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo entendeu que não ia ser fácil.
- c. Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo entendia que não ia ser fácil.

A semelhança vale também para sentenças com ‘know’:

(99)

- a. When the patient claimed to be Gengis Khan, the shrink knew it was going to be a difficult case.
- b. Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo soube que não ia ser fácil.
- c. Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo sabia que não ia ser fácil.

A sentença em inglês **(99a)** aceita ambos os tipos de leituras: a leitura de ‘insight’ e a leitura de conhecimento prévio. A sentença em português brasileiro **(99b)** onde ‘saber’ aparece com a morfologia perfectiva permite somente a leitura de ‘insight’. Enquanto a sentença **(99a)** com ‘saber’ com morfologia IMPF permite só a leitura de conhecimento prévio.

Até agora os dados desta seção repetiram os problemas que tinham sido vistos acima na Seção 2 e acrescentaram a observação que há uma relação sistemática entre eles e a distinção entre IMPF e PS como expressa, pelo menos, em português brasileiro. Perceba que as formas PS e IMPF dessas sentenças permitem inferência semelhantes com respeito ao transbordamento do tempo de referência. Isso pode ser verificado examinando se as sentenças com cada uma dessas formas são verdadeiras nos momentos respectivos de proferimento. Tanto **(98b)-(98c)** quanto **(99b)-(99c)** permitem **(100a)** e **(100b)**<sup>5</sup>.

(100)

- a. . . . e ainda sabe.
- b. . . . mas não sabe mais. / Mas mudou de idéia.

---

<sup>5</sup> Um outro argumento para esse padrão de inferência é que, uma vez que estados obviamente não permitem o esquema /-EVMPS/ de inferência, só resta como opção o esquema /2EVMPS/. Uma sentença de estado que permite o esquema /+EVMPS/ de inferência seria um no qual se afirma que o estado ainda valeria a despeito de se afirmar que ele fora modificado pela ocorrência de algum evento o que é absurdo’: assim, verbos de estado permitem o esquema /2EVMPS/ de inferência.

## 5.2 'IMEDIATAMENTE' E 'IMMEDIATELY'.

Os seguintes grupos de sentenças trazem dados para analisar o efeito dos advérbios 'immediately' e imediatamente sobre as leituras de mudança de estado. Pode ser demonstrado que em inglês a felicidade de verbos de estado é sensível aos mesmos fatores que determinam o uso de PS e IMPF em português brasileiro. Por seu significado lexical intuitivo, 'imediatamente' força o evento denotado pela sentença a ficar dentro do tempo de localização em que a sentença assevera que ele ocorre. Em outras palavras, 'immediately' força a leitura de 'insight'. Assim, esses advérbios podem ser usados para nos dizer quando exatamente os verbos de estado vão tomar as propriedades de não-estados. Em português brasileiro acaba sendo o caso que isso só pode acontecer quando a morfologia verbal é PS - nunca IMPF. As contrapartes em inglês sugerem que se 'immediately' é feliz com verbos de estado então permite leitura como a de PS. É importante notar que as condições de felicidade são uniformes para 'know' e para 'understand' em inglês e português brasileiro. Logo, independente de intuições da psicologia popular, mas, como mostram os exemplos, consoantes a elas.

Em inglês, a presença de 'immediately' permite somente a leitura de 'insight' de 'knew' e de 'understood': as sentenças em (101) não pode expressar que o psicólogo tinha previamente à declaração do paciente sobre o conhecimento/compreensão da linha de tratamento a ser seguida.

(101)

- a. When the patient claimed to be Gengis Khan, the shrink knew immediately the line of treatment to follow.
- b. When the patient claimed to be Gengis Khan, the shrink understood immediately the line of treatment to follow.

Qual é o efeito de 'imediatamente' nas sentenças PS e IMPF? Com respeito a 'saber' e a 'imediatamente', quando a morfologia do verbo for PS como em (102a), teremos a leitura de 'insight'. Em outras palavras, (102a) permite a mesma leitura que a sentença (99b) onde não há advérbio. Por outro lado, a sentença (102b, onde a morfologia é IMPF, não é gramatical.

(102)

- a. Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo soube imediatamente a linha de tratamento a ser seguida.
- b. \* Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo sabia imediatamente a linha de tratamento a ser seguida.

O fato de (102b) não ser gramatical e de sua contraparte em (99c) ser gramatical e feliz com a leitura de compreensão prévia permite concluir que ‘imediatamente’ e ‘sabia’ têm traços semânticos incompatíveis.

O que em ‘sabia’ acarreta essa infelicidade? Seria a classe ontológica do verbo ou a semântica de sua morfologia IMPF? Uma vez que imediatamente é incompatível com a forma IMPF (‘sabia’), mas não com a forma PS (‘soube’), a resposta mais intuitiva parece ser que a incompatibilidade é com o valor semântico da morfologia IMPF.

Fatos e conclusões semelhantes valem para as sentenças com ‘understand’:

(103)

- a. Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo entendeu imediatamente a linha de tratamento a ser seguida.
- b. \*Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo entendia imediatamente a linha de tratamento a ser seguida.

### 5.3 ‘JÁ’ E ‘ALREADY’.

Com respeito ao ‘já’ do português brasileiro e ao ‘already’ do inglês, devido aos respectivos significados lexicais, eles forçam uma leitura da sentença onde o evento transborde o tempo de localização. Na sentença em inglês (104) o advérbio ‘already’ impede a leitura de ‘insight’. As sentenças do português brasileiro têm a leitura relevante apenas quando a morfologia verbal é IMPF. Só as sentenças com

as leituras de conhecimento prévio são permitidas por essas sentenças. Mais uma vez, as condições são idênticas para ambos os verbos em ambas as línguas.

(104)

- a. When the patient claimed to be Gengis Khan, the shrink already knew the line of treatment to follow.
- b. When the patient claimed to be Gengis Khan, the shrink already understood the line of treatment to follow.

O ponto importante a se perceber é que a leitura de conhecimento prévio acarreta o transbordamento do tempo de referência; isto é, do momento onde o paciente disse ser Gengis Khan. As sentenças com PS, IMPF e o advérbio 'já' trazem mais complicações. A sentença em **(105a)** não é aceitável com a leitura de 'insight'/mudança-de-estado onde o psicólogo descobre a linha de tratamento a partir da alegação do paciente sobre sua identidade.

(105)

- a. \*Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo já soube a linha de tratamento a ser seguida.
- b. Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo já sabia a linha de tratamento a ser seguida.

O problema de **(105a)** parece ser que ela permite a inferência de que, no momento do proferimento, o psicólogo já não sabe a linha de tratamento a seguir. Essa hipótese é sugerida pelo valor de **(105b)** que permite a inferência de que o psicólogo ainda sabe a linha de tratamento no momento de proferimento.

A sentença com 'understand' permite conclusões semelhantes:

(106)

- a. \*Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo já entendeu a linha de tratamento a ser seguida.
- b. Quando o paciente disse ser Gengis Khan, o psicólogo já entendia a linha de tratamento a ser seguida.



## 6 DISCUSSÃO.

Os dados acima mostram que a forma PS de verbos de estado em português brasileiro são sempre compatíveis com o advérbio ‘imediatamente’, mas nunca com ‘já’; quanto às formas IMPF de verbos de estado, elas são sempre compatíveis com o advérbio ‘já’, mas nunca com ‘imediatamente’. O pretérito do inglês, apesar de não ter uma oposição visível do tipo PS vs. IMPF, mostra o mesmo tipo de comportamento que o PS quando acompanhado de ‘imediatamente’ e mostra o mesmo tipo de comportamento que IMPF quando acompanhado por ‘já’. Ou seja, o pretérito do inglês com ‘immediately’ lê como um verbo PS românico; e com ‘already’ lê como IMPF.

Nas sentenças com IMPF e nas sentenças com ‘past tense + already’ o evento denotado por ‘know’/‘understand’ transbordou o tempo de referência das sentenças com ‘quando’. Nas sentenças com PS e nas sentenças com ‘past tense + immediately’ o evento denotado por ‘know’/‘understand’ ocorreu depois do tempo de referência das sentenças com ‘quando’. Será mostrado que essas distinções são o que causa aquilo que a literatura descreve como mudanças de classe (coerção) dos verbos de estado.

Suponha que os verbos nos seguintes discursos sejam interpretados como  $[e \subseteq t]$ : o evento denotado é um subconjunto do tempo de localização. Com essa interpretação, os verbos estativos desses discursos trazem informação equivalente a PS:

(107) PS for English

- a. Finley read his wife's five-word note and **understood that she had left him**. He telephoned the travel-agent.
- b. Finley read his wife's five-word note and **knew that she had left him**. He telephoned the travel-agent.
- c. Finley bought a book in the shop round the corner. He read it. **He understood it**. He lectured on it the following semester.

d. Finley bought a book in the shop round the corner. He read it. **?He knew its content.** He lectured on it the following semester.

O discurso correspondente em português brasileiro teria a forma PS devido ao **[e  $\subseteq$  t]** que estamos pressupondo.

(108)

- a. Finley leu o bilhete da mulher e **entendeu que ela tinha ido embora.** Ele telefonou para a agência de viagens.
- b. Finley leu o bilhete da mulher e **soube que ela tinha ido embora.** Ele telefonou para a agência de viagens.
- c. Finley comprou um livro na livraria da esquina. Ele leu. **Ele entendeu seu conteúdo.** No semestre seguinte ele lecionou sobre o assunto.
- d. Finley comprou um livro na livraria da esquina. Ele leu. **?Ele soube seu conteúdo.** No semestre seguinte ele lecionou sobre o assunto.

É importante notar que, como fora o caso para o evento nas sentenças com ‘quando’ sobre o psicólogo e o paciente que se crê Gengis Khan, o evento denotado pelas sentenças que antecedem aquelas com verbos de estado são as sentenças télicas para as quais vale **[e  $\subseteq$  t]**.

Nos casos onde o verbo é ‘understand’, o início do estado onde a compreensão é atingida começa ao mesmo tempo que a asseveração pelo paciente/leitura do bilhete/término da leitura do livro mas nunca precede esses eventos. Os casos com ‘know’ admitem explicações nas mesmas linhas. Mas dependendo do objeto do conhecimento, pode ser necessário presumir a existência de algum evento que efetue a mudança de estado, isso é o que dificulta a interpretação de **(107c)** e **(108c)**: O evento presumido não é adequado para efetuar a mudança exigida.

Suponha agora que os verbos estativos seja caracterizados como verbos que denotam eventos indivisíveis. A idéia é razoavelmente intuitiva. Dada a pergunta: De que consiste o evento ‘x’? Pode-se sempre fazer uma lista dos tipos de coisas em que ‘x’ se decompõe se ‘x’ não é um estado. No caso de ‘x’ = ‘construir uma casa’, tipicamente seria:

- ‘comprar material, armar estrutura... colocar tijolos... telos’.

No caso de ‘correr’ será:

- ‘mexer perna direita da forma adequada... mexer braço direito da forma adequada’ . . ‘.

Esse procedimento simples de análise dos eventos incorre em problemas filosóficos de granularidade, o que pode ou não contar como telos de um evento etc. Mas não precisamos nos preocupar com esses problemas. Por ora, o importante é que quando ‘x’ for estativo, a pergunta ‘em que se decompõe?’ vai tipicamente ser respondida com um olhar vago ou uma paráfrase. Vou presumir que isso é suficiente para considerar que estativos denotam eventos indivisíveis.

Uma vez que verbos estativos são eventos não divisíveis, podemos estender (109) para verbos de estado tal qual na interpretação de (107) e (108):

$$(109) \text{ PS : } \forall Y [e \subseteq t \rightarrow \forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i))]$$

Uma vez que estados são os tipos de eventos que não se subdividem em subeventos, o conseqüente vai sempre ser verdadeiro pelos motivos que se seguem. Sendo indivisíveis no caso de verbos de estado o único  $e$  que é um subconjunto de  $e$  é ele mesmo. Uma vez que o evento não tem subpartes apropriadas, ele só vai permitir a existência de um intervalo temporal e não vai dizer nada sobre seus subintervalos. Uma vez que há um único subevento para o qual  $Y$  deve valer, há também um único subintervalo de  $t$  onde  $Y$  tem de valer: o próprio  $t$ . Assim, se estados são caracterizados por sua não divisibilidade, o conseqüente de (109) será sempre verdadeiro.

Com o conseqüente de (109) sendo sempre verdadeiro, teremos uma explicação para as intuições sobre PS e sobre o ‘past tense + immediately’ do inglês que vimos nesta seção. Tome o exemplo da sentença (102) ou de (101). O PS marca

como o tempo de referência o intervalo  $t$  que segue imediatamente o evento da oração adverbial temporal com 'quando' (o paciente declara que se crê Gengis Khan): isso é a mesma coisa que ele (PS) faz quando aparece como o marcador de um verbo não-estativo e ocasiona a progressão narrativa. Uma vez que, para os estativos, o conseqüente de (109) sempre pode ser verdadeiro, o evento de saber (a linha de tratamento a seguir) pode estar contida no tempo de referência ou transbordar o tempo de referência. Isso captura a intuição que, nessas sentenças, pode se inferir ou que o psicólogo chegou ao estado de conhecimento, mas só manteve esse conhecimento durante alguns instantes esquecendo em seguida; ou que ele chegou ao estado de conhecimento e permaneceu nesse estado indefinidamente. Ou seja, captura-se a intuição do esquema /CEVMPS/ de inferência que essas sentenças licenciam. As ocorrências não felizes de 'know' são atribuídas à presunção de que o evento responsável pela mudança do estado de ignorância para o estado de conhecimento que é exigido por 'know' e ao qual o PS é anafórico não é adequado a efetuar essa mudança.

A mesma explicação é possível para os discursos de (107) e (108). No caso de (107a) e (107b) o momento em que o conhecimento/ a compreensão foi atingida segue a leitura do bilhete. O caso de 'know' não é infeliz porque diz respeito a um bilhete de cinco palavras: intuitivamente a leitura desse bilhete é suficiente para atingir o conhecimento de seu conteúdo. Em (107c) a compreensão segue a leitura. A infelicidade de (107d) é explicada pela ausência de um evento adequado para efetuar a mudança do estado de ignorância para o estado de conhecimento; Novamente, isso se faz por intuições de psicologia popular: a leitura de um livro complexo não leva necessariamente ao conhecimento de seu conteúdo.

Suponha agora que os verbos de estado do inglês sejam interpretados como sendo temporariamente semelhante aos casos de 'past tense + already'. Perceba que com a interpretação IMPF há mudança na felicidade das letras (c) e (d) em relação às interpretações PS anteriores.

(110) IMPF para Inglês

a. Finley read his wife's five-word note and **?understood that she has left him.**

- b. Finley read his wife's five-word note and **knew that she has left him**. He telephoned the travel-agent.
- c. Finley bought a book in the shop round the corner. He read it. **?He understood it**. He lectured on it the following semester.
- d. Finley bought a book in the shop round the corner. **He read it**. He knew its content. He lectured on it the following semester.

As contrapartes em português brasileiro teriam morfologia IMPF e o mesmo tipo de marcação para (in)felicidade.

(111)

- a. Finley leu o bilhete da mulher e **?entendia que ela tinha ido embora**. Ele telefonou para a agência de viagens.
- b. Finley leu o bilhete da mulher e **sabia que ela tinha ido embora**. Ele telefonou para a agência de viagens.
- c. Finley comprou um livro na livraria da esquina. Ele leu. **Ele entendia seu conteúdo**. No semestre seguinte ele lecionou sobre o assunto.
- d. Finley comprou um livro na livraria da esquina. Ele leu. **?Ele sabia seu conteúdo**. No semestre seguinte ele lecionou sobre o assunto.

O comportamento de verbos de estado como IMPF pode ser explicado pela extensão da forma lógica para verbos IMPF não-estativos uma vez que tenhamos acrescido que estados são eventos não divisíveis.

(112) IMPF:  $\forall Y [e \subseteq t \rightarrow \neg \forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i))]$

Nesses casos o conseqüente sempre será falso devido à negação. Assim, a única maneira de a forma lógica ser verdadeira é quando o antecedente é falso. Isto é, ela só será verdadeira quando o conhecimento / a compreensão falhar a condição **[e  $\subseteq$  t]** e transbordar o tempo de referência. Isso tem de ser o caso seja o conhecimento / a compreensão verdadeiro(a) para o momento de proferimento da sentença ou não, já que nas sentenças com IMPF e 'already + past tense' o conhecimento / a compreensão precederam a asseveração do paciente.

Nos casos de **(110a)** e **(110c)**, a infelicidade é atribuída ao fato de a compreensão referir a um evento de leitura (do bilhete ou do livro), mas ao mesmo tempo preceder esse evento: Pela intuição da psicologia popular, qualquer tipo de evento pode ocasionar o estado de compreensão, especificamente o evento da leitura pode ocasioná-lo. Logo esses discursos são infelizes porque dizem que a compreensão precede o evento que a ocasiona. Por outro lado, nos discursos **(110b)** e **(110d)** exigem que um evento prévio com propriedades de achievement. 'read não se qualifica como tal. Logo, presume-se a existência de algum outro evento e não há problema com o fato de que o conhecimento preceda a leitura. Explicações semelhantes se aplicam aos casos dos discursos **(110bp)** em português brasileiro com IMPF.

## 7 CONCLUSÃO.

Neste capítulo foi defendido que é possível estender as formas lógicas propostas para PS e IMPF se acreditarmos que estados são eventos não divisíveis. A extensão permite a compreensão de um aspecto importante de como verbos estativos adquirem propriedades semelhantes aos eventos. Por esta proposta, a informação carregada por tanto por PS quanto por IMPF é crucial para essa mudança.

Perceba que parte da hipótese mais geral da qual a explicação deste capítulo faz parte é que sentenças que têm os efeitos modais associados à imperfectividade tendem a ter a morfologia IMPF em línguas românicas. Pela forma lógica proposta, IMPF sempre vai permitir o não pareamento entre as propriedades denotadas pelo evento e as propriedades da localização do intervalo temporal: Sentenças contrafatuais são aquelas onde há o não pareamento; isto é, onde  $(\forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i)))$  é falso.

Relevantemente, os aspectos modais associados à imperfectividade não surgem para verbos estativos românicos em formas IMPF. Para contrafactualidade, estados têm a morfologia subjuntiva. A proposta captura essa diferença entre estados e formas IMPF de verbos não-estativos. Uma vez que verbos estativos denotam eventos não-divisíveis, eles sempre fazem a forma  $(\forall f \subseteq e. \exists i \subseteq t (Y(e, f) \leftrightarrow Y(t, i)))$  ser verdadeira. Uma vez que o conseqüente de IMPF foi negado, ele sempre será falso e o antecedente  $([e \subseteq t])$  deve também ser falso. Isso significa que o transbordamento do tempo de referência é a única opção para as formas lógicas IMPF serem verdadeiras. Com verbos de estado, elas exigem que a estrutura temporal e a estrutura do evento sejam isomórficas, o que conseqüentemente não permite verbos IMPF de estado em contextos contrafatuais.

## **CAPÍTULO 5**

### **MODALIDADE E IMPERFECTIVIDADE.**



## 5.1. INTRODUÇÃO.

Este capítulo começa com uma revisão de tópicos na semântica do progressivo que surgiram a partir da chamada Abordagem do Resultado Eventual que foi popularizada (e de certa forma, criada) por Dowty em sua tese de doutorado, no artigo de 1977 e no livro de 1979. Mostra-se a partir dessa revisão como a abordagem que vê a denotação das perífrases do tipo ‘estar+V-ndo’ como sendo intervalos curtos proposta nos capítulos anteriores lida com os problemas empíricos do tipo de perífrase em questão.

A estrutura básica do capítulo é: A seção 1 mostra como a Abordagem do Resultado Eventual leva a necessidade de uma noção bastante complexa de continuação de um evento. A seção 2 defende que a abordagem defendida nos capítulos anteriores pode oferecer o mesmo ganho empírico usando uma noção mais intuitiva de continuação de um evento, uma vez que o progressivo será visto como uma noção que surge a partir de evidência.

### 1.1 A ABORDAGEM DO RESULTADO EVENTUAL.

Como defendido no capítulo 2, o tratamento da semântica do presente simples como um reportivo levou ao tratamento das perífrases do tipo ‘be+V-ing’ como denotadoras de um evento que é concomitante ao tempo de proferimento da sentença onde aparece. Em Bennet & Partee (1978) as condições de verdade de sentenças com perífrases com ‘be+V-ing’ são dadas por:

(113)  $\text{PROG } \phi$  is true at an interval  $i$  iff  $\phi$  is true at some interval  $i'$  that contains  $i$  as a non-final part.

Ao estender da maneira mais simples e direta essas condições de verdade para ‘be+V-ing’, os problemas começam a surgir. As sentenças progressivas impõem uma perda de telos no processo descrito pelo verbo, consequentemente, quando

um predicado télico como ‘cross the street’ aparece com forma ‘be+V-ing’, isso não acarreta que o evento em questão de fato ocorreu. Assim, a forma lógica (113) não é adequada para a sentença (114a) uma vez que esta assevera a existência de um evento e a sentença ainda seria verdadeira mesmo se o telos não for atingido.

(114)

a. Fido is crossing the street.

b.  $[_T t=n [_{ASP} PROG [_{VP} Fido \text{ cross the street}(e, e')]]]$

Esse problema exige que se vá além de (113) e os limites das lógicas temporais (inglês, tense logic): Isto é, além da definição da verdade de um operador **operador $\phi$**  pela verdade de  $\phi$  em alguma extensão temporal intuitivamente adequada, como observa Szabó (2004). Logo, apesar de aparentemente não haver nada de especial na sintaxe de sentenças como (114a), o mesmo não se pode dizer de sua semântica.

Esse fenômeno inspirou um traço central da análise do progressivo de Dowty: o enriquecimento do aparato da lógica temporal com mundos possíveis. A idéia é que a verdade de sentenças progressivas depende não somente de estados de coisas concretos e reais, mas também de eventuais resultados de estados de coisas reais. O progressivo então é um tipo de condicional e tem propriedades modais. O proferidor vê Fido atravessando a rua e profere ‘Fido is crossing the street’ porque as condições de verdade de sentenças modais são tais que a sentença será verdadeira se, e somente se, quando todas as continuações concretizáveis do evento de Fido andar rumo ao outro lado da rua (e os outros eventos relevantes a esse) prosseguirem da maneira esperada, Fido chegar ao outro lado da rua. Essa idéia, que é bastante engenhosa, no entanto encontra muitas dificuldades técnicas e teóricas. Especialmente com relação à noção de ‘continuação’. Em uma abordagem Davidsoniana com argumentos de eventos implícitos na estrutura argumental dos verbos, as condições de verdade do operador PROG ficariam assim:

(115)  $PROG(S)$  is true at  $(w,i)$  iff

$$["w': w' \text{ INERT w.r.t } (w, i)] [i': i \subset i'] (S \text{ is true at } (w', i'))$$

Essa forma lógica encerra mais elementos que aquela para a sentença não-progressiva. Ou seja, temos agora o quantificador universal sobre mundos possíveis e uma noção de inércia que pode se estabelecer entre diferentes mundos. Com respeito a essa noção de inércia, um mundo é inerte a outro se eles têm as mesmas histórias até um determinado momento, e daquele momento em diante são diferentes um do outro tão somente em que o mundo inercial é tão previsível quanto possível. Isto é, em um mundo inercial tudo o que acontece a partir do tempo  $t$  é esperado: não há explosões, carros furando o sinal vermelho ou a 'carrocinha' para impedir que Fido chegue ao outro lado da rua. É importante notar que a noção de inércia é relativizada para um intervalo temporal: um mundo é inerte a outro mundo em um intervalo se os dois tiverem a mesma história para aquele intervalo temporal.

Com essas condições de verdade, as formas lógicas para as sentenças progressivas vistas acima são (onde @ é o mundo atual):

$$(116) [t = n] [\forall w: w \text{ INERT w.r.t. } (@, t(e))] \\ [\exists (e'', e'): t(e) \subset t(e'')] \text{ CROSS}_{(w, t(e'))} (\text{fido}, e) . \quad ^6$$

Isso captura as condições de verdade de (114a). O predicado télico 'atravessar a rua' é representado como dois argumentos implícitos de eventos  $V(e'', e')$  mostrando que o verbo descreve um processo  $e''$  que termina em um evento  $e'$ . A forma lógica diz que há um evento anterior ao tempo de proferimento da sentença tal que, em todo mundo inercial ao mundo real (@), seu intervalo  $t(e)$  é um

<sup>6</sup> Perceba que as condições de verdade são para verbos de accomplishment e de achievement, que são predicados télicos; como tais, as condições exigem a existência de algum processo que leve ao telos. Além disso, exigem também que esse processo esteja em curso no tempo de referência (isto é, que o tempo de referência esteja incluso nesse intervalo em que ocorre esse processo). No exemplo 'atravessar a rua', esse processo seria 'andar na rua rumo ao lado oposto'. Vlach (1981) notou que a análise original de Dowty (1979) não captura a relação entre o processo de preparação e o telos. Esse problema desaparece se os predicados de accomplishment e de achievement forem representados como  $V(e, e')$  onde o primeiro argumento representa o processo, no caso de 'atravessar a rua', 'andar rumo ao lado oposto'.

subconjunto de  $t(e'')$ ). Logo, em todos os mundos inerciais Fido chega ao outro lado da rua, uma vez que (nesses mundos) nada impede o processo e de chegar a sua culminação e'. Que 'Fido está atravessando a rua' possa ser verdadeira sem que 'Fido atravessou a rua' jamais seja é explicado pois, uma vez que o telos de atravessar a rua só precisa ser atingido em mundos que são inertes com respeito ao intervalo em o que o proferidor observou Fido atravessando a rua. Assim, o mundo atual @ não precisa ser inerte em relação a si mesmo naquele intervalo. Ou seja, o mundo atual pode ser um onde a carrocinha e explosões impedem Fido de atravessar a rua. Mas isso não terá importância para a verdade da sentença progressiva, pois ela não depende do que ocorre ou deixa de ocorrer no mundo real, mas tão somente do que ocorre ou deixa de ocorrer nos mundos que são inertes em relação ao mundo real.

## 1.2 INÉRCIA E CONTINUAÇÕES.

Foi dito que predicados de accomplishment na forma progressiva são verdadeiros no tempo de referência quando houver um evento que, nos mundos inerciais, levarem ao telos. Mas suponha o caso onde há dois eventos distintos que levam ao mesmo resultado, mas onde só um deles pode atingir o resultado. Ou seja, dois accomplishments ou dois achievements ou um accomplishment e um achievement que tenham pontos télicos incompatíveis um com o outro. Um exemplo disso pode ser visto nas seguintes sentenças de Higginbotham (2004):

(117)

- a. John is dying of cancer and of heart disease, although only one of these will kill him.
- b. John is dying both of cancer and of heart disease, although only one of these will kill him.

A estratégia do resultado eventual desenvolvida até agora prevê que essas sentenças são necessariamente falsas, quando de fato não são. Para 'John está morrendo de câncer' ser verdade, deve ser verdade em todos os mundos inerciais

àqueles onde o proferidor observa que João é uma vítima de câncer em fase terminal, que João morre de câncer e não do coração. Para ‘John está morrendo do coração’ ser verdade, deve ser verdade em todos os mundos inerciais aqueles onde o proferidor observa que João é uma vítima de doença cardíaca em fase terminal, que João morre do coração e não de câncer. A forma lógica dessa sentença vai dizer que há (no mundo atual @) um evento cuja continuação em todos os mundos inerciais é João morrer de câncer e que há no mundo atual @ um evento cuja continuação em todos os mundos inerciais é João morrer do coração. Mas nem todos os mundos inerciais ao mundo atual são mundos onde João morre de ambos os males. Na verdade, pela definição de mundo inercial dada acima, não há tais mundos inerciais: Um mundo inercial é um mundo onde eventos seguem o curso esperado sem impedimentos. Mas aqui só uma das duas doenças pode cumprir seu curso. Os mundos que fazem de ‘morrer do coração’ uma verdade e os mundos que fazem de ‘morrer de câncer’ uma verdade são disjuntos.

Há uma maneira de resolver esse problema: trocando o quantificador universal sobre mundos possíveis por um existencial. A forma lógica da sentença vai dizer que, para o evento relevante no mundo atual, há um mundo inercial no qual João morre de câncer e que há um mundo inercial no qual João morre do coração. Apesar da conjunção, a forma lógica não exige que todos os mundos onde João tem uma das duas ‘causa mortis’ ele tenha também a outra. (Veja, no entanto, os argumentos para evitar quantificação existencial em Dowty (1977:59).

Suponha agora, como proposto em Landman (1992), um caso onde sentenças com perífrases do tipo ‘estar+V-ndo’ refiram a eventos cujo completamento é impossível e um caso onde essas sentenças refiram a eventos onde o completamento é altamente improvável.

(118)

- a. Mary is squaring the circle.
- b. Mary was swimming across the Atlantic.

Pelo que foi dito até agora, (118a) será falso: Não há mundo acessível a partir de @ onde os eventos relevantes seguem seus cursos esperados e Maria prova a

quadratura do círculo; então, a despeito de suas crenças, Maria poderia no máximo estar participando de uma tentativa de provar a quadratura, o que permitiria (118a) tão somente se fosse interpretada como ‘Maria está tentando provar a quadratura do círculo’. Em geral, o mesmo se dá com (118b). Mas nadar através do Atlântico não é ‘a priori’ impossível, alguma coisa poderia acontecer que possibilitasse Maria de realizar o feito. Suponha que algo de fato aconteça. Com as condições de verdade dadas até agora, mesmo com a quantificação existencial sobre mundos possíveis, ao invés da universal, prevê-se que (118b) é falsa a despeito de qualquer intervenção miraculosa que permita a travessia de Maria. Uma vez que, para alguém que vê o evento de Maria entrar na água com o objetivo de nadar até a outra margem, o completamento da travessia exige um mundo com um evento inesperado (de fato, um milagre), o completamento da travessia estão excluídos de mundos inerciais - onde tudo segue o curso esperado. O problema então é que as condições-de-verdade para o progressivo dadas acima não distinguem entre a improbabilidade e a impossibilidade dos eventos.

Fazer essa distinção exige alguns incrementos nas condições de verdade dos progressivos. Especificamente, é necessário ser explícito sobre o que é uma continuação para um evento e distinguir entre graus de razoabilidade de uma continuação. Com esse objetivo, a semântica de ‘estar+V-ndo’ foi enriquecida com outras noções, como a seguir.

(119)  $e'$  is a **CON**(tinuation) of  $e \rightarrow e$  is an initial segment<sub>(w', e)</sub> of  $e'$  &  $w'$  is inertial w.r.t to  $(w, e)$ .

A abreviação **CON** é um conjunto de pares  $(e, w)$ . Para se obter esse conjunto de pares, segue-se um evento  $e$  num mundo  $w$  até onde for possível. Quando esse evento parar (o que não é a mesma coisa que terminar), pula-se para o mundo possível  $w'$  mais próximo em que haja uma continuação para ele. Continua-se a fazer isso até não ser mais possível por não haver mundo  $w'$  com uma continuação. Quanto mais vezes esse procedimento for efetuado, tanto menos razoável é a continuação do evento. Isso vai permitir que (118b) seja verdadeiro e vai prever que os mundos onde for verdadeiro são muito, muito remotos.

A noção de continuação pode ser colocada em condições-de-verdade para accomplishments progressivos com argumentos implícitos de eventos como proposto por Higginbotham, como consequência tem-se uma noção mais clara da continuação de evento.

(120)  $PROG_w(e, P) \leftrightarrow$  the world  $w'$  that is inertial w.r.t to  $(w, e)$  is such that  $[\exists(e', e'')][e$  is an initial segment $_{(w', e)}$  of  $e'$  &  $P_{w'}]$ .

Vejamos agora o caso onde Leo está embarcando em um avião para Londres com o objetivo de ir até essa mesma cidade. No entanto, há seqüestradores nesse vôo. Eles redirecionam o vôo para Havana, que é onde Leo acaba por chegar. As sentenças abaixo são proferidas sobre um momento nesse cenário no qual Leo ainda não estava ciente desse fato. Intuitivamente, essas sentenças são verdadeiras.

(121)

- a. Leo was flying to London, but he never made it.
- b. Leo thought he was flying to London, but in fact he was flying to Havana.

Uma nova noção, a de ramificação de continuações pode capturar as condições de verdade as sentenças **(121d)**. Segue-se o evento em @ tanto quanto for possível. Quando @ se tornar incompatível com o evento e tal que e para em @, pula-se para o mundo  $w'$  mais próximo em que e continue e fica-se nesse mundo ou até o evento chegar ao seu telos ou até esse mundo se tornar incompatível com a continuação do evento. Assim, uma vez que Leo não vai chegar a Londres, prevê-se corretamente que **(121d)** é verdadeira nesse cenário. Uma explicação semelhante pode ser dada para **(121c)**.

Mas percebe-se que nesse contexto, diferentemente daqueles onde teriam sido usadas as sentenças sobre pacientes terminais, a sentença é falsa.

(122) Leo was/is flying to London and Havana.

Esse tipo de problema levou ao reconhecimento que a semântica do progressivo é sensível a contexto. Com o objetivo de dar conta da contextualidade do progressivo, Landman menciona a noção de perspectivas que Bonomi e Higginbotham adotam explicitamente. Para ver como a noção de perspectiva é capturada seguiremos Higginbotham (2004) em chamar de ‘progressivos assimétricos’ as sentenças sobre o vôo seqüestrado, e chamaremos de ‘progressivos simétricos’ as sentenças como as da vítima de dois males terminais.

A assimetria do caso do desvio do vôo de Londres para Havana está em que o fato de não se atingir o telos (isto é, chegar a Londres) não implica que se chegará ao outro telos (Havana). Por outro lado, nos casos simétricos, não chegar a um telos (por exemplo, morte de câncer) implica que se vá chegar ao outro telos (morte por doença cardíaca). Nos casos simétricos os eventos são distintos, causalmente independentes um do outro e têm como objetivo um mesmo telos: Pragmaticamente, nós sabemos que o fato de um evento não chegar ao telos **exclui** a possibilidade de o outro evento chegar ao seu telos. Nos casos assimétricos, também há um impedimento de se atingir os dois telos. Mas há também uma diferença importante. No caso simétrico, os dois eventos competem para o mesmo objetivo: a morte do paciente. Por outro lado no caso assimétrico, há dois eventos com objetivos diferentes: Havana e Londres. Logo, vamos dizer que há **interferência** entre as diferentes maneiras pelas quais o evento pode se desenvolver.

Vejamos como a interferência leva a semântica do progressivo a ser sensível a contextos e perspectivas. Suponha que há um plano para seqüestrar o vôo de Maria para Londres que é praticamente perfeito no que toca a passar pelos esquemas de segurança. No **Cenário Um** o seqüestro ocorre. No **Cenário Dois**, o seqüestrador fica doente depois de comer os amendoins oferecidos no vôo e entra em coma antes de ter a oportunidade de tomar o comando da aeronave. Higginbotham (2004) defende que (123a) é verdadeira no Cenário Um, mas que (123b) é falsa no **Cenário Dois**.



(123)

- a. Mary was flying to London, but she flew to Havana. [Verdade no Cenário Um: seqüestro]
- b. Mary was flying to Havana, but she flew to London. [Falsa no Cenário Dois: seqüestrador em coma]

De acordo com Higginbotham, o motivo pelo qual a falsidade de **(123b)** é que a interferência (ou seja, o seqüestro) nunca ocorreu, logo jamais foi verdade que Maria estava voando para Havana. Repetindo, com um pouco mais de detalhe: as propriedades do evento que o fariam culminar como vôo para Londres já tinham começado a se desenrolar; as propriedades que iriam interferir com a chegada a Londres e fazer o evento culminar como um vôo para Havana, inesperadamente, nunca passaram da fase de planejamento. Logo, 'was flying to Havana' poderia ser verdade como um 'futate' mas não como progressivo.

Agora suponha que você é o seqüestrador. Você já tinha comido amendoins antes, até mesmo amendoins servidos por companhias aéreas, e nunca tivera reações alérgicas ou qualquer motivo para crer que estaria suscetível a tais reações. No entanto, você entrou em coma e o seqüestro falhou, tal como especificado no Cenário Dois. Ao comentar o caso em uma ocasião posterior, seria perfeitamente razoável que você usasse a sentença **(123b)**.

O problema agora é que eventos que não podem chegar ao telos – como o vôo para Havana no Cenário Dois – podem também ser usados em sentenças progressivas. Perceba as conseqüências empíricas potenciais desse problema: para começar a investigar o progressivo, assumimos desde o início a estratégia do resultado eventual. Ou seja, que a verdade de uma sentença simples com verbo na forma progressiva depende que como os eventos que observamos no momento de proferimento se desenvolvem. Quando avaliamos a sentença **(123b)** da perspectiva do não participante, nós concordamos que ela era falsa e, coerente com esse julgamento, assumimos uma análise que conseguia prever essa falsidade. Logo, é também importante ter um motivo pelo qual a mesma sentença **(123b)** agora parece verdade quando proferida pelo seqüestrador frustrado.

Afinal, as condições-de-verdade das sentenças com verbos progressivos foram acrescidas de várias complicações, mas, a despeito delas, só se conseguiu chegar a um problema que parece muito com aquele que essas complicações se destinavam a explicar. O caso de ‘Leo was flying to Havana but flew to London’ ser falsa quando proferida por Leo e razoável quando proferida pelo seqüestrador frustrado é simplesmente o problema geral com as variáveis substituídas por:  $PROG\phi$  pode ser verdadeira, ou pelo menos razoável – seja lá qual das duas for o caso, isso é independente do valor de  $\phi$ .

Para lidar com esse problema, Landman (1992) introduziu um par de noções para lidar com o problema: as noções são ‘verdade-em-perspectiva’ e ‘razoável-em-perspectiva’. Com essa distinção uma sentença pode ser falsa, mas permanecer razoável. Razoabilidade em uma perspectiva é quando se abstrai daquilo que impediu a completude do evento de tal forma que ele se torna verdadeiro. Então, proferir ‘Mary was flying to Havana but she flew to London’ o seqüestrador frustrado do Cenário Dois procede da seguinte maneira: ele abstrai sua reação alérgica e suas conseqüências no evento depois ele calcula a verdade da sentença usando (120). Logo, apesar de a sentença não ser estritamente verdadeira, ela continua sendo razoável em uma perspectiva, o que, pode-se dizer, é uma maneira de dizer que é verdadeira depois de ignorado tudo aquilo que a faz falsa. Landman (1992) usa o exemplo do passageiro que profere uma das duas sentenças a seguir (o contexto é um voo para Boston que fora seqüestrado e re-direcionado para Bismarck, no estado americano de Dakota do Norte).

(124)

- a. I was flying to Boston when the plane was hijacked.
- b. I was flying to Boston, well, actually, to Bismarck but I didn't know it at the time.

Ambas são razoáveis, mas não verdadeiras nos casos onde o seqüestro é bem sucedido.

Higginbotham (2004) faz a noção de perspectiva explícita criando um parâmetro com respeito a quais mundos possíveis são inerciais. Assim, em sua análise, a avaliação de um progressivo é relativa a  $(w, e, P)$ : onde  $P$  é o predicado.

(125)  $PROG_w(e, P) \leftrightarrow$  the world  $w'$  inerte em relação a  $(w, e, P)$  é tal que  $(\exists(e', e''))[e \text{ é um segmento inicial}_{(w', e)} \text{ de } e' \ \& \ P_{w'}]$ .

Na página 37 ele conclui que:

Não havendo uma forma contextualmente neutra de distinguir entre ‘interferência’ de um evento e sua ‘preclusão’, parece que não é possível erradicar o elemento contextual o elemento contextual de nossas avaliações do Progressivo.

Assim, se seguirmos a distinção que Higginbotham faz entre proferir ‘Mary was flying to Havana but she flew to London’ depois do **Cenário Dois**, nosso seqüestrador procederá da seguinte maneira: Calcularia que a relação entre a culminação do evento como vôo para Havana e a culminação do evento como vôo para Londres estão em uma relação de interferência; em seguida, identifica o fator de interferência e o abstrai; considera o evento-sem-interferência como um progressivo qualquer e procede a partir daí fazendo a derivação sintático-semântica de um progressivo comum.

A decisão de abstrair dos fatores de interferência é pragmática, ela incorpora o elemento contextual não erradicável do qual falam Higginbotham e os outros autores mencionados. Esse quadro da perspectivização do progressivo é suficientemente intuitivo com respeito à maneira que os proferidores fazem uso de material sintático ou semanticamente codificado para servir seus propósitos comunicativos. Mas o único motivo para relativizar mundos inerciais aos três parâmetros é o problema dos diferentes valores entre diferentes tipos de conjunções de sentenças progressivas que vimos acima. Além disso, lembre-se que verbos do tipo ‘estar+V-ndo’ aceitam também valores de ‘futures’.

Por isso, é difícil entender porque o proferimento de 'Mary was flying to Havana but she flew to London' a forma 'be+V-ing' não pode ser analisada como 'futurate'. Perceba que o juízo sobre a distinção entre os dois valores é extremamente sutil e é improvável que haja uma solução forte no tipo de pesquisa baseada em argumento e intuição que estamos fazendo.

Szabó (2004) deu a essa linha de argumentação uma forma específica. Ele nos pede para considerar a sentença:

(126)

- a. As the architect was building the cathedral he knew that although he would be building it for another year or so, he couldn't possibly complete it.
- b. Quando o arquiteto estava construindo a catedral ele sabia que ainda que ainda fosse estar trabalhando nela por mais ou menos um ano, certamente não a terminaria.

Essa sentença é necessariamente falsa na abordagem do resultado eventual uma vez que não há possibilidade de o arquiteto terminar a catedral. Sabendo que iria morrer antes dela estar completa, o arquiteto abstrai esse fator interveniente para dizer que está construindo a catedral. O problema que Szabó (2004) acusa é que não há uma análise coerente que divida essa sentença complexa em orações e a qual a perspectivação poderia se aplicar dando um resultado intuitivo. Suponha que a sentença toda seja avaliada abstraindo-se o fator interveniente, então a oração com o progressivo é verdadeira-na-perspectiva, mas a segunda oração 'he couldn't possibly complete it' ('ele sabia que certamente não a terminaria) não é verdade nessa mesma perspectiva: abstraída a brevidade de sua vida, o arquiteto poderia completar a catedral. Ou seja, a mudança na perspectivação está ativa na primeira oração mas não na segunda. É muito difícil motivar essa mudança empiricamente, ela aparentemente permite uma mudança livre. E além de explicar por que seria possível em casos como esses, deveria haver alguma motivação sintático-semântica para explicar porque não seria possível nos casos de sucesso inesperado (inglês, 'accomplishing against the odds'). Para citar Szabó:

Porque não poderíamos dizer que Mary está de fato nadando através do Atlântico porque os fatores que vão impedir que ela complete a travessia não estão ativos na perspectiva de avaliação? (A diferença entre o arquiteto e Mary é provavelmente que a construção da catedral tem chance de chegar ao final mas a travessia do atlântico não. Mas isso não ajuda o defensor da [análise por árvores de continuação]. De acordo com [essa análise], a verdade de 'The architect was building the cathedral' exige que a verdade de 'The architect built the cathedral' em cada um dos galhos de continuação.

## 2 UM PONTO DE VISTA SOBRE FENÔMENOS DE RESULTADO EVENTUAL.

O capítulo 2 defendeu um ponto de vista de acordo com o qual a informação semântica que é trazida por perífrases do tipo ‘be+V-ing’ e sua alternância de valores acaba sendo semelhante à abordagem anterior a Abordagem do Resultado Eventual que está em (113). Neste ponto de vista, o presente simples é um tanto diferente de outros tempos verbais em que não traz informação sobre ordem de eventos. Ele traz somente um mínimo de informação, de natureza bastante geral, que o permita a qualificar como sendo indicativo: isso exige para sua felicidade que o tempo de proferimento esteja dentro do tempo de localização do evento asseverado pela sentença. Logo, exige que o comprometimento com a verdade do evento esteja em algum lugar do tempo de localização e não distingue entre tipos de evidência para essa asseveração. Isso vale também para ‘be+V-ing’ perífrases contanto que a cópula auxiliar carregue a morfologia do tempo verbal presente simples. O fator de diferenciação entre os presentes simples e o ‘estar+V-ndo’ é que, devido à natureza da cópula e sua relação adjetival com o gerúndio, o comprometimento com a verdade do evento é menor que aquele da forma simples correspondente. Logo, um(a) proferidor(a) se compromete com a verdade de ‘atravessando a rua’/‘crossing the street’ se ele(a) se comprometer com a verdade do evento em *i* como sendo uma parte de um evento ‘atravessar a rua’/‘cross the street’ em um intervalo *i'* que contém o intervalo *i*.

Devido a isso, poderia ser dito que a semântica proposta para o presente simples em geral e para ‘be+V-ing’ em particular seja uma abordagem que tenta voltar às origens de propostas pré-Dowty. Dado o sucesso limitado da Abordagem do Resultado Eventual, isso não precisa necessariamente ser visto como um retrocesso teórico. Aliás, que a abordagem defendida aqui retorne à visão ingênua de continuação não significa que ela simplesmente se conforme com o paradoxo do imperfectivo e suas dificuldades como sendo problemas insolúveis. No resto desta seção eu vou mostrar que o ponto de vista defendido para os presentes simples no capítulo 2 pode lidar com os fenômenos descritos acima.

Uma parte da proposta do Capítulo 2 era que o valor progressivo de ‘John está correndo’/‘John is running’ ou ‘Maria está atravessando a rua’/‘Mary is crossing the street’ advêm da competição com formas de presente simples. Os casos onde essas sentenças eram interpretadas como progressivas eram aqueles onde o comprometimento com a verdade no momento de proferimento era ocasionado por (parte de) um evento denotado pelo VP ter sido testemunhado no momento de proferimento. Dada a concomitância entre evento e proferimento, a interpretação como progressivo surge para perífrases como ‘estar+V-ndo’ que denotam intervalos curtos, mas não para o presente simples que denota intervalos mais longos. Logo, o processo que faz surgir a leitura progressiva tem natureza diversa do processo que licencia a perífrase do tipo ‘be+V-ing’: este último é devido à semântica enquanto aquele é devido a pragmática.

Lembre-se que a felicidade ou infelicidade de predicados télicos no teste do fundo conversacional mínimo (no fim do capítulo 2) foi atribuído a classificação desses mesmos predicados como habitualizadores ou não-habitualizadores. Habitualizadores seriam aqueles predicados  $\phi$  que são considerados uma propriedade relevante de  $x$  se  $x$  se envolveu com o desenrolar de  $\phi$  pelo menos uma vez e que, conseqüentemente, permitem acarretamento mútuo entre as leituras de habilidade e habitualidade. Não-habitualizadores são predicados  $\phi$  que são considerados propriedades relevantes de  $x$  depois de algum número plural de ocorrências e cujas leituras de habilidade não acarretam leituras de hábito.

Verbos télicos dependem da classificação como habitualizadores ou não-habitualizadores para sua felicidade no teste do fundo conversacional mínimo porque, como foi defendido, só licenciam a leitura de habilidade. Essa asseveração é justificada devido à presença de um telos, que implica a possibilidade de fatores intervenientes interromperem o evento antes de seus completamento. Logo, pode ser o caso que alguém/alguma coisa pode estar envolvido(a) em certos eventos como agente sem ter necessariamente jamais completado esse evento.

Em conjunto, esses dois fatores explicam a felicidade de accomplishments como ‘tocar uma sonata’/‘play a sonata’ no teste do fundo conversacional mínimo: Por ser um habitualizador, suas leituras de habilidade e habitualidade se acarretam mutuamente e logo ter a habilidade é suficiente para inferir que João toca a sonata de tempos em tempos, digamos. No caso da infelicidade de accomplishments como ‘atravessar a rua’/‘cross the street’: não sendo um predicado habitualizador, a habilidade de atravessar a rua é aceita tacitamente e por isso não é uma propriedade relevante de João – não acarreta que João de fato atravesse a rua de tempos em tempos. Predicados não-habitualizadores como ‘atravessar a rua’/‘cross the street’ são infelizes no teste do fundo conversacional mínimo porque só admitem a interpretação onde a leitura de habilidade acarreta a leitura de hábito. Predicados ‘atravessar a rua’ e ‘cross the street’ tipicamente não permitem isso, uma vez que se trata de um tipo perfeitamente banal de evento. Logo, para que sejam felizes exige-se que esses predicados sejam interpretados como habitualizadores.

É importante também lembrar que a forma lógica para ‘Fido crosses the street’ é (127):

$$(127) \exists(e, e'). \exists t: [(n \subset t) \& ((e, e') \subseteq t) \& \text{cross-the-street}((e, e')) \& \text{AGENT}(\text{fido}, (e, e'))]$$

Crucialmente, por essa forma lógica o proferidor de ‘Fido crosses that street’ está comprometido com Fido ter chegado ao outro lado da rua pelo menos uma vez. Se o(a) proferidor(a) identificar o predicado ‘atravessar a rua’ com alguma seqüência de eventos  $e_1, e_2, e_3, e_{telos}$ , então esse(a) proferidor(a) está comprometido(a) com a verdade de Fido atravessar a rua com êxito em algum lugar do intervalo  $t$  ou está comprometido(a) com sua possibilidade. Uma vez que o proferimento feliz é um habitualizador, é indiferente qual dos dois venha a ser caso. O comprometimento é carregado para a sentença com a perífrase do tipo ‘be+V-ing’ a despeito de ela predicar sobre intervalos curtos:

$$(128) \exists e. \exists t. \exists t': [(n \subset t) \& ((e, e') \subseteq t) \& \text{cross-the-street}((e, e')) \& (t \subset t')]$$



Essa forma lógica permite que a sentença seja usada nos casos onde Fido atravessa a rua também em intervalos que não são concomitantes ao tempo de proferimento. Esses não são os casos que nos interessam no momento. No momento, estamos interessados especificamente nos caso onde a travessia é concomitante ao tempo de proferimento. Nesses casos, o proferidor vê o evento no momento de proferimento e considera que esse evento vá seguir seu curso tal que Fido chega no outro lado da rua.

Suponha, por exemplo, que o proferidor veja  $e_2$ . Então, a primeira vista, por (128), o proferidor está comprometido com a continuação do evento tal que o telos seja atingido. Mas há caminhões e pegadores da carrocinha entre outros fatores que podem impedir que isso aconteça. Por outro lado, (128) diz que  $e_2$  necessariamente leva a um telos dentro desse intervalo. Isso é o paradoxo do imperfectivo.

Mas, uma vez que ‘Fido is crossing the street’ é uma sentença que tem verbo no tempo presente, ele dá peso igual a qualquer tipo de evidência para a asseveração feita pela sentença. Logo, testemunhar a travessia de Fido não é um tipo de evidência privilegiada em relação a outro tipo de evidência. A sentença não faz, de fato, uma asseveração sobre a ocorrência de  $e_2$ . Ela diz que o evento se decompõe em  $e_1$ ,  $e_2$ ,  $e_3$ ,  $e_{\text{telos}}$  e que o predicado ‘atravessar a rua’/‘cross the street’ é uma propriedade relevante de Fido naquele intervalo. Ser uma propriedade relevante faz as leituras de hábito e habilidade se acarretarem mutuamente. Logo, o proferidor não distingue entre a mera habilidade de Fido atravessar a rua e o fato de ele já ter feito isso alguma vez e fazê-lo com certa frequência: em particular, a habilidade já licencia o hábito.

O proferidor infere que o telos pode ter sido atingido em alguma outra travessia: uma vez que a sentença é feliz, ‘atravessar a rua’/‘cross the street’ é um predicado habitualizador e, por isso, uma propriedade relevante de Fido no intervalo curto  $[t \subset t']$ . Ter concluído que atravessar a rua é uma propriedade de Fido licencia a inferência que ele já atravessou outras vezes, inclusive completando a travessia.

Suponha agora que Fido seja capturado pelo pegador da carrocinha antes de terminar a travessia. O fato de uma tentativa de atravessar a rua em particular não chegar até o ponto télico não traz problema para a forma lógica de 'Fido está atravessando a rua' 'Fido is crossing the street' mesmo se a tentativa que falhou seja aquela que está sendo testemunhada e referida pela sentença. O proferidor e o destinatário permanecem comprometidos com a possibilidade de outras travessias, o que é o mesmo de dizer que estão comprometidos com algum número de travessias no passado.

### 3 CONTRA EXPECTATIVAS, PRECLUSÕES E INTERFERÊNCIAS.

Nesta seção mostro que as noções usadas para explicar a semântica das formas dos tempos presentes e a concepção pragmática de valor progressivo oferecem explicações semelhantes às aquelas oferecidas pela Abordagem do Resultado Eventual para sentenças como aquelas que foram vistas na primeira seção. A explicação segue um curso que é semelhante em termos intuitivos àquele oferecido pela Abordagem do Resultado Eventual, mas usando noções mais simples.

Vejamos o caso de (117) repetido abaixo:

(117)

- a. John is dying of cancer and of heart disease, although only one of these will kill him.
- b. John is dying both of cancer and of heart disease, although only one of these will kill him.

Nesse caso, o proferidor observa um evento no momento de proferimento que ele identifica como parte de um evento de ‘morrer de câncer’ e de um evento de ‘morrer do coração’. Na explicação proposta a sentença com a perífrase do tipo ‘be+V-ing’ faz uma asseveração sobre um intervalo  $t$ . Uma vez que ambas as orações têm predicados habitualizadores, qualquer envolvimento de  $x$  em um subevento  $e_x$  de um evento maior  $e_1, e_2, e_3, e_{telos}$  é suficiente para dizer que  $x$  tem a propriedade descrita pelo evento maior. Logo, ver alguém ser tratado como paciente terminal de doença cardíaca/câncer é suficiente para dizer que ele tem a propriedade de estar morrendo de doença cardíaca/câncer. O telos não precisa ser atingido porque as leituras de possibilidade e de hábito são indistinguíveis. Pode vir a ser o caso que João morra de uma doença ou outra. O fato contingente que cada pessoa morre uma única vez não interfere: O conhecimento comum simplesmente limita o número de ocorrências possíveis para uma. A conjunção das duas orações com perífrases ‘estar+V-ndo’ é possível pelos mesmos motivos.

Vejam agora a sentença ‘Leo is flying to London and to Havana’. A felicidade da sentença exige que seu predicado seja interpretado como habitualizador: Fala de uma propriedade relevante de Leo para aquele intervalo. Pela semântica da perífrase ‘be+V-ing’ deve haver comprometimento com a verdade de ‘fly to London and Havana’ no superintervalo *t*. Mas ver Leo embarcar no avião destinado a Londres não garante a inferência que ele vai voar para lá mesmo que (considerando em retrospectiva) o vôo acabe pousando lá. Mesmo sendo esse o caso (o vôo é seqüestrado e Leo acaba em Havana), não é uma propriedade relevante de Leo (no momento de proferimento) que ele voa para Havana. Voar para Havana não é um habitualizador para ele: a possibilidade de ser um vítima em um seqüestro não é informativa sobre um passageiro, é simplesmente uma possibilidade remota que é ignorada. Logo, nesse contexto, o sintagma ‘está voando para Havana’ licencia a leitura de possibilidade mas essa leitura não licencia que voar para Havana é alguma coisa com a qual Leo esteve relevantemente envolvido. Mesmo podendo ser o caso que Leo esteja conscientemente envolvido em um evento cuja culminância é a chegada em Londres, mas que ao mesmo tempo esteja, sem saber, envolvido em um evento que culmina como vôo para Havana, prevê-se que a conjunção dos dois sintagmas seja infeliz por que ‘está voando para Havana’ não é uma propriedade relevante.

Prevê-se que a perspectiva do seqüestrador em seu proferimento da sentença no passado ‘Leo was flying to London and Havana’ é feliz. O proferidor tem a perspectiva do criminoso falando de uma de suas vítimas. Isso faz com que tanto ‘was flying to London’ e ‘was flying to Havana’ sejam relevantes. É uma propriedade relevante de um passageiro de um vôo seqüestrado que ele acabe em destinações diferentes.

Com respeito ao sucesso inesperado, vejamos de novo o caso de ‘Mary is swimming across the Atlantic’ proferida quando ela está nadando rumo ao alto mar com o objetivo de fazer a travessia completa. Há dois casos a considerar. Aquele onde se considera razoável a travessia a nado de um oceano de margem a margem por um ser humano e aquele onde não se considera tal travessia razoável. Numa perspectiva onde se acha razoável a travessia, o proferidor vai se

comprometer com a verdade de 'swims across the Atlantic no superintervalo sobre o qual a sentença com perífrase 'be+V-ing' é proferida. O comprometimento com o superintervalo leva ao comprometimento ou com a verdade da possibilidade de Mary ser capaz de fazer a travessia ou com a verdade de ela já ter feito uma travessia alguma vez. Qualquer uma dessas duas opções acarreta a outra, já que a felicidade do proferimento de 'Mary is swimming across the Atlantic faz do predicado um habitualizador. Logo, para quem acredita ser razoável a travessia do Atlântico nada impede a possibilidade de sua verdade no caso de Mary realmente fazer a travessia. Para aqueles que não acham razoável, a sentença no presente simples será falsa. A possibilidade de um milagre é reconhecida. Mas, por definição, milagres não são coisas com as quais se possam contar. Logo, aqueles que não acharem ser razoável a travessia reconhecem a possibilidade muito, muito remota, mas esse reconhecimento não leva à presunção de que Mary a tenha feito pelo menos uma vez. O presente simples 'Mary swims across the Atlantic é falsa para esse proferidor, logo 'swims across the Atlantic não é uma propriedade relevante de Mary. A sentença é infeliz no teste do fundo conversacional mínimo, o que indica que o predicado verbal é não-habitualizador: A leitura de possibilidade não acarreta que tenha havido travessias.

## CONCLUSÃO

Nesta tese foram feitas propostas cujo objetivo era lidar com a ambigüidade de formas lingüísticas com valores imperfectivos. As propostas diferem de acordo com o fenômeno posto sob foco, especificamente, diferem conforme se coloque o foco em formas do tempo pretérito e formas do tempo presente. Duas idéias recorrentes foram: que nem todos os fenômenos que nós associamos intuitivamente com a noção de imperfectividade são linguisticamente determinadas; que formas que expressam imperfectividade não exigem mecanismos mais complicados que as formas que expressam perfectividade. Para capturar a expressão de valores imperfectivos pelas formas do tempo presente foi proposto que elas envolvem representações subespecificadas. Essas representações sugerem que a morfologia do tempo presente é um tipo de ausência informação temporal (tense). Isso levou consideração da noção de evidência para fazer verdadeiro o proferimento de uma sentença com morfologia de presente simples. A noção de evidência teve um papel importante na distinção pragmática entre verbos de acordo com o tipo de comprometimento que eles licenciam. A interação entre a semântica das formas com morfologia do presente simples e as Máximas de Grice explicou como surge a leitura adequada dos presentes simples. Além disso, o valor da perífrase progressiva 'be+V-ing' foi explicada como um valor que surge devido a essa interação. A ambigüidade dos pretéritos com respeito a diferentes valores imperfectivos foi proposta como resultado de conteúdo semântico envolvendo um condicional. Isso permitiu tratar a diferença na informação trazida por formas PS e IMPF nas línguas românicas como sendo mínima. Essa diferença permite que formas PS opcionalmente expressem os aspectos temporais da imperfectividade. Mas isso não permite que IMPF se comporte temporalmente como perfectivo. Na forma lógica para o PS e para IMPF a expressão temporal de imperfectividade foi codificada como uma incompatibilidade entre as propriedades que valem para os subintervalos sobre os quais o proferimento da sentença assevera e as propriedades dos subintervalos do evento denotado nessa sentença. Foi defendido que IMPF era a forma preferida para expressar os aspectos modais da imperfectividade devido ao fato de sua forma lógica permitir tão somente que ele expresse: ou a incompatibilidade entre as propriedades do intervalo temporal em que se deu o evento e o evento em si, ou que o evento transbordou o intervalo temporal sobre o qual a sentença asseverou.

Com respeito aos aspectos modais, o último capítulo mostrou que, a despeito da sofisticação técnica, a Abordagem do Resultado Eventual continua encontrando problemas para lidar com o progressivo – uma das facetas da imperfectividade. Por outro lado, a abordagem pragmática defendida aqui permite lidar com os casos problemáticos de uma maneira intuitiva. Não foi possível explorar mais a fundo o lado modal ou como uma abordagem griceana como aquela defendida para as formas do presente simples se aplicaria também aos pretéritos. Parece justo dizer, com base nos capítulos anteriores, que essa aplicação seja possível.



## REFERÊNCIAS:

ABUSCH, Dorit. Sequence of Tense and Temporal *de re*. *Linguistics and Philosophy* 20: 1—50, 1997.

BACH, Emmon. The algebra of events. *Linguistics and Philosophy* 9:5-16, 1986.

BACH, K. 'Conversational Implicature'. *Mind & Language*, 9: 124-62, 1994.

BACH, K. The Semantics-Pragmatics Distinction: What It Is and Why It Matters. In: TURNER, K. (org.), *The Semantics-Pragmatics Interface from Different Points of View*. Oxford: Elsevier, 65-84, 1999.

BENNETT, M. & PARTEE, B. H. Toward the logic of tense and aspect in English. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1978.

BLUTNER, R. Lexical Pragmatics. *Journal of Semantics*, 1986.

BLUTNER, R. Some aspects of optimality in natural language. *Journal of Semantics*, 17, 2000.

BONOMI, A. Aspect, quantification and when clauses. *Linguistics and Philosophy*, 20.5, 1997.

BONOMI, A. Tense, reference and temporal anaphora. *Lingua e Stile*, XXX.3, 1995.

CAENEPEEL, M. Aspect and text structure. *Linguistics*, 33, 213-253, 1995.

CÂMARA, J. Mattoso. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Padrão – Livraria Editora Ltda, 1975.

CARLSON, Greg. A unified analysis of the English bare plural. *Linguistics and Philosophy* 1:413-458, 1977.

CARLSON, N. & PELLETIER J. F. *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

CASASATI, Roberto, and Achille VARZI. 50 Years of Events: An Annotated Bibliography 1947 to 1997: Philosophy Documentation Center (online), 1997. <http://www.pdcnet.org/eventsbib.htm>

CASATI, Roberto & VARZI, A. Events. In: Stanford Encyclopedia of Philosophy (online), ZALTA, E. (org) Stanford: CSLI, Stanford, 2006. <http://plato.stanford.edu/entries/events/>

COLE, P. (ed) *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press.

COMRIE, Bernard. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COMRIE, Bernard. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

COOPER, R. Tense and discourse location in situation semantics. *Linguistics and Philosophy*, 9, 1986.

DAHL, Östen. *Tense and Aspect Systems*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

DAVIDSON, Donald. The logical form of action sentences. In: RESCHER, N. (org.) *The Logic of Decision and Action*, 81-95. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1967.

DECLERCK, R. Aspect and the bounded/unbounded (telic/ atelic) distinction. *Linguistics*, 17, 1979.

DIESING, Molly. *Indefinites*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

DOWTY, David. Toward a semantic analysis of verb aspect and the English 'Imperfective' progressive. *Linguistics and Philosophy* 1:45-77, 1977.

DOWTY, David. Word meaning and Montague grammar. The semantics of verbs and times in Generative Semantics and in Montague's PTQ: Synthese Language Library. Dordrecht: Reidel, 1979.

DOWTY, D. The effect of aspectual classes on the temporal structure of discourse: semantics or pragmatics?, *Linguistics & Philosophy* 9, pp. 37-61, 1986.

DOWTY, David. Thematic proto-roles and argument selection. *Language* 67:547-619, 1991.

EMMEL, I. "Die kann nun nich', die is' beim treppenputzen!"- O Progressivo no Alemão de Pomerode-SC. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina 2005.

ENÇ, Mürvet. Towards a Referential Analysis of Temporal Expressions. *Linguistics and Philosophy* 9:405-426, 1986.

ENÇ, Mürvet. Anchoring conditions for tense. *Linguistic Inquiry* 18:633-657, 1987.

ERNST, T. *The syntax of adjuncts*. Cambridge University Press, 2002.

FERRERIRA, M. *Habituality and Plurals*. Tese (Doutorado), MIT, 2005.

FILIP, Hana. The quantization puzzle. In: TENNY, C. & PUSTEJOVSKY, J. *Events as Grammatical Objects: The Converging Perspectives of Lexical Semantics and Syntax* 39-96. Stanford: CSLI Publications, 2000.

FILIP, Hana. Measures and indefinites. In: CARLSON & PELLETIER, FJ. *Reference and Quantification: The Partee Effect*, 229-288. Stanford: CSLI Publications, 2005.

GAREY, H. Verbal aspect in French. *Language*, 33, 91-110, 1957.

GENNARI, S. Tense meanings and temporal interpretation. *Journal of Semantics*, 20, 2003.

GEURTS, B. *Presuppositions and Pronouns*. Elsevier, 1995.

GIORGI, A. & PIANESI, F. *Tense and Aspect – From Semantics to Morphosyntax*. Oxford University Press, 1993.

GRICE, P. *Studies in the Ways of Words*. Cambridge-MA, Harvard University Press, 1989.

HACQUARD, V. *Aspects of Modality*. Tese (Doutorado). MIT, 2006.

HIGGINBOTHAM, J. The english progressive. University of Southern California, 2004. Trabalho não publicado. (online)

HIGGINBOTHAM, J. Event Positions: Suppression and emergence. *Theoretical Linguistics*, 31, 2005.

HIGGINBOTHAM, J. On events in linguistic semantics. In Higginbotham et alii (ed.) *Speaking of Events*. Oxford University Press, 2000.

HINRICHS, Erhard. Temporal Anaphora and Discourses of English. *Linguistics and Philosophy* 9:63-82, 1986.

HORNSTEIN, Norbert. *As Time Goes by*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

KADMON, N. *Formal Pragmatics*. Blackwell, 2001.

KAMP, Hans. 1971. Formal Properties of Now. *Theoria* 37:227-273.

KAMP, Hans, and Uwe REYLE. 1993. From discourse to logic. Introduction to model theoretic semantics of natural language, formal logic, and Discourse Representation Theory. Dordrecht: Kluwer.

KENNY, Anthony. *Action, Emotion and Will*. London: Routledge and Kegan Paul, 1963.

KLEIN, Wolfgang. *Time in Language*. London and New York: Routledge, 1994.

KRATZER, Angelika. More structural analogies between pronouns and tense. In: STROLOVITCH, D. & LAWSON, A. *SALT VIII: Proceedings of the Second*

Conference on Semantics and Linguistic Theory 1998,92-110. Ithaca, N.Y.: CLC Publications, Department of Linguistics, Cornell University, 1998.

KRATZER, Angelika. Telicity and the meaning of objective case. In: GUÉRON, J. & LECARME, J. *The Syntax of Time*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

KRIFKA, Manfred. Nominal reference and temporal constitution: towards a semantics of quantity. In: GROOENENDIJK, J. et al. (org.) *Studies in Discourse Representation Theory and the Theory of Generalized Quantifiers* (GRASS Series No. 8), 153-173. Dordrecht: Foris, 1987.

KRIFKA, Manfred. Thematic relations as links between nominal reference and temporal constitution. In: SAG, I & SZABOLCSI, A. *Lexical Matters*, 29-53. Stanford: CSLI, 1992.

KRIFKA, Manfred. . The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, S. (org.) *Events and grammar*, 197-235. Dordrecht: Kluwer, 1998.

LANDMAN, F. The progressive. *Natural Language Semantics*, 1, 1992.

LAPPIN, S. *The Handbook of Contemporary Semantic Theory*. Blackwell, 1996.

LASCARIDES, A. & ASHER, N. Temporal interpretation, discourse relations and common sense entailment. *Linguistics and Philosophy*, 16, 437-93, 1993.

LASCARIDES, A. & OBERLANDER, J. Temporal coherence and defeasible knowledge. *Theoretical Linguistics*, 19, 1-37, 1993.

LEECH, G. *Meaning and the English verb*. London: Longman, 1971.

LEWIS, D. *Counterfactuals*. Oxford, 1973.

LEWIS David. Adverbs of quantification. In : KEENAN, EL (org.) *Formal Semantics of Natural Language*, 3-15. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

MANTOANELLI, I. & R. ILARI. As formas progressivas do português. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 5, 1983.

McCOARD, J. *The English Perfect: Tense-Choice and Pragmatic Inferences*. Amsterdam: North-Holland Press, 1978.

MEULEN, A. ter. *Representing time in natural language: the dynamic interpretation of tense and aspect*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995.

MOENS, M. & STEEDMAN, M. Temporal ontology in natural language. In *Proceedings of the 25th annual meeting of the Association for Computational Linguistics*. Stanford: Stanford University, 1-7, 1987.

MOENS, M. & STEEDMAN, M. Temporal ontology and temporal reference. *Journal of Computational Linguistics*, 14, 15-28, 1988.

MÓIA, T. *Identifying and Computing Temporal Locating Adverbials*. Tese (Doutorado), Universidade de Lisboa, 1999.

MOLENDIJK, A. & H. de SWART. Negation and the temporal structure of narrative discourse. *Journal of Semantics*, 16, 1999.

MONTAGUE, R. *Formal Philosophy*. Yale University Press, 1974

MOURELATOS, Alexander. Events, Processes, and States. *Linguistics and Philosophy* 2:415-434, 1978.

MUSAN, Renate. *On the Temporal Interpretation of Noun Phrases*. New York: Garland, 1997.

OGIHARA, Toshiyuki. *Tense, Attitude, and Scope*. Dordrecht: Kluwer, 1989.

PADUCHEVA, E.V. On non-compatibility of partitive and imperfective in Russian. *Theoretical Linguistics* 24:73-82, 1998.

PARSONS, Terence. *Events in the Semantics of English. A Study in Subatomic Semantics*. Cambridge MA: MIT Press, 1990. .

PARTEE, Barbara. Some structural analogies between tenses and pronouns in English. *The Journal of Philosophy* 70:601-609, 1973.

PARTEE, Barbara. Nominal and Temporal Anaphora. *Linguistics and Philosophy* 7:243-286, 1984.

PARTEE, Barbara. Adverbial quantification and event structures. In: SUTTON, L. et al (orgs.) BLS 17: Proceedings of the Seventeenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, 439-456. Berkeley, CA: Berkeley Linguistics Society, 1991.

PARTEE, Barbara H. Nominal and temporal semantic structure: aspect and quantification. In: HAJICOVÁ, E. et al.(orgs.) Prague Linguistics Circle Papers, v.3, 91-108. Amsterdam: John Benjamins Pub. Co, 1999.

PARTEE, Barbara H. Compositionality in Formal Semantics: Selected Papers by Barbara H. Partee. Oxford: Blackwell Publishing, 59-109, 2004.

PIETROSKI, Paul. *Events and Semantic Architecture*. Oxford University Press, 2005.

PIÑÓN, Christopher. Duration Adverbials for Result States. In: BIRD, S, CARNIE, A, et al. WCCFL 18 Proceedings, 420-433. Somerville: Cascadilla Press, 1999.

PRIOR, A. Past, Present, and Future. Oxford: Oxford University Press, 1967.

QUINE W. v. O. *Word and Object*. MIT Press, 1961.

RAMCHAND, G. *Predication: The Semantics of Argument Structure*. Oxford University Press, 1996.

REICHENBACH, Hans. *Elements of Symbolic Logic*. London: Macmillan, 1947.

REYLE, U., A. ROSSDEUTSCHER & H. KAMP. The ups and downs in the theory of temporal reference. IMS Stuttgart. Trabalho não publicado. (online)

RICHARDS, B. Tense, aspect and time adverbials I. *Linguistics and Philosophy*, 5, 1982.

SCHEIN, B. *Plurals and Events*. MIT Press, 1993.

SCHEIN, B. Plurals. In B. Smith & E. Lepore (eds.), *Handbook of Philosophy of Language*, 2005.

SMITH, C. A theory of aspectual choice, *Language* 59, pp. 479-501, 1983.

SMITH, Carlota. *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Kluwer, 1991.

SPERBER, D. & WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1986.

STECHOW, A. von. Remarks on Kamp & Reyle's analysis of the english perfect. Tuebingen, 2006. Trabalho não publicado. (online)

STECHOW, A. von. On the proper treatment of tense. In: SIMONS, M. & GALLOWAY, T. (orgs.) *SALT V: Proceedings of the Fifth Conference on Semantics and Linguistic Theory* 1995 362-386. Ithaca, N.Y.: CLC Publications, Department of Linguistics, Cornell University, 1995.

STEEDMAN, M. . The productions of time. Dept. of Computer & Information Science, University of Pennsylvania. On-line publication ([ftp.cogsci.ed.ac.uk/pub/steedman/temporality/ temporality.pdf](ftp.cogsci.ed.ac.uk/pub/steedman/temporality/temporality.pdf)).

SWART, H. de. Aspect Shift and Coercion. *Natural Language and Linguistic Theory* 16, pp. 347-385, 1998.

SWART, H. de and Verkuyl, H. Tense and aspect in sentence and discourse: lecture notes of the 11th European summer school in logic, language, and information. Utrecht: Utrecht Institute of Linguistics OTS, 1999. On-line publication ([www.folli.uva.nl/CD/1999/library/pdf/hhh.pdf](http://www.folli.uva.nl/CD/1999/library/pdf/hhh.pdf)).

SZABÓ, Z. G On the progressive and the perfective. *Nous*, 2004.

SZABÓ, Z. G. The distinction between semantics and pragmatics. In B. Smith & E. Lepore (orgs.), *Handbook of Philosophy of Language*, 2005.

TAYLOR, B. Tense and Continuity. *Linguistics and Philosophy* 1:199-220, 1977.



VENDLER, Zeno. *Linguistics in Philosophy*, Ithaca: Cornell University Press, 97-121, 1967.

VERKUYL, H. *A theory of aspectuality: the interaction between temporal and atemporal structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

VLACH, F. The semantics of the progressive. *Syntax and Semantics*, 14, 271-292, 1981.

ZUCCHI, S. Incomplete events, intensionality and imperfective aspect. *Natural Language Semantics*, 7, 1999.